

REVISTA



PORTO ALEGRE
RIO GR. DO SUL

II Trimestre
de 1946

DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

ÍNDICE

DISCURSO DE SAUDAÇÃO AO EXMO. SR. GAL. JOÃO BATISTA MASCARENHAS DE MORAIS, <i>pron. pelo Dr. Darcy Azambuja</i>	159
ORAÇÃO <i>pron. pelo Cel. Luiz Carlos de Moraes, em comemoração da Semana de Tiradentes</i>	164
ALFREDO CLEMENTE PINTO — <i>Palestra pelo sr. Afonso Guerreiro Lima</i>	170
DISCURSO <i>com. do 1.º centenário do falecimento de Francisco A. Machado e Vasconcelos, por Manoel Duarte</i>	175
REVISTA TRIMENSAL DO INST. HIST. E GEOGR. DA PROVÍNCIA DE S. PEDRO, <i>Ano III, Vol. III — Reedição</i>	202
RELATÓRIO CIENTÍFICO DAS VIAGENS DE ESTUDOS ETNOGRÁFICOS, <i>pelo P. Balduino Rambo S. J., da Universidade de Pôrto Alegre</i>	234
ANÁLISES QUÍMICAS DAS TINTAS USADAS NA CERÂMICA PELOS EXTINTOS INDÍGENAS DA CACHOEIRA DE EMAS, RIO MOGI GUASSÚ, <i>pelo biólogo Manoel Pereira de Godói</i>	241
PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS E LIVROS ENTRADOS PARA A BIBLIOTECA DO INST. HIST. E GEOGR. DO R. G. S.	246

REVISTA

DO

Instituto Histórico e Geográfico do Rio G. do Sul

ANO XXVI — II TRIMESTRE DE 1946 — N.º 102

Discurso de saudação ao Exmo. Sr. General João Batista Mascarenhas de Moraes

pronunciado no Instituto Histórico
e Geográfico do Rio Grande do Sul, pelo dr. Darcy Azambuja.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul quis associar-se, de modo expresso e solene, às homenagens que o povo rio-grandense vem tributando a V. Ex.^a.

Assim procedendo, testemunhamos o nosso aprêço e a nossa admiração a um brasileiro insigne por tantos títulos e virtudes, ao chefe militar sob cujo comando, em circunstâncias de tempo e lugar verdadeiramente históricos, o exército nacional juntou aos seus anais algumas das maiores glórias de que se pode orgulhar.

Por uma admirável coincidência, esta homenagem se realiza no primeiro aniversário da batalha de Forno, dia entre todos gloriosos na rude campanha da Itália, data que ficará indelével na nossa história. Há um ano precisamente, mais de cem mil homens dos exércitos do "eixo" eram derrotados pela Força Expedicionária Brasileira e a ela se rendiam incondicionalmente com formidável cópia de material. É um dia de glória para V. Ex.^a e um dia de glória para o Brasil; é uma efeméride já incorporada às nossas datas nacionais.

Não é o tempo que torna históricos e memoráveis os acontecimentos, e sim a sua importância social, política e humana.

Há fatos de transcendência tão evidente que dispensam a perspectiva do tempo para se inscreverem na história. Eles falam desde logo à nossa razão e ao nosso coração como os monumentos que os séculos transformaram em ouro e bronze das tradições nacionais.

A presença da Força Expedicionária Brasileira nos campos de batalha da Europa, na segunda guerra mundial, é desses episódios que não morrem mais, pois têm consigo a tremenda significação do sacrifício e a imperecível sugestão da glória.

Para as nações aliadas contra o "eixo", essa guerra foi humanamente inevitável e moralmente justa e necessária.

Humanamente inevitável ela foi porque a organização, a política e a vontade do povo alemão era de guerra e para a guerra. Os seus chefes, os seus sinistros filósofos do pan-germanismo, os professores de suas universidades sob o do-

mínio nazista, os magnatas da indústria, os operários, as mulheres e as crianças, tôdas as classes, a Alemanha tôda trabalhava para a guerra e queria a guerra para esmagar a Europa, apoderar-se da África, dividir a América em colônias governadas por "gauleiters", entregar a Ásia aos japoneses, dominar o mundo e escravizar a humanidade aos semi-loucos da mitologia materialista do nazismo.

E foi moralmente justa a guerra, porque ante as ilimitadas ambições, os processos brutais, a imoralidade e a corrupção do nazismo, o dever de todo o homem digno era lutar, pois a vida seria o menor dos bens que haveria de perder se os novos bárbaros fossem vitoriosos.

Infelizmente parece que se vai esquecendo bem depressa que essa guerra foi diversa de tôdas as anteriores, não sômente pela extensão formidável do cenário e pela horrenda sucessão de morticínios e devastações. Nas outras lutas combatiam exércitos, nesta lutaram e sofreram populações inteiras, e os homens que se defrontaram eram semelhantes apenas no corpo. Suas almas diferiam tanto como se fossem habitantes de planetas diversos.

Em verdade esta guerra foi entre dois mundos: o mundo nazista e o mundo cristão. Em um desses mundos, que era o nosso, queríamos que vigorasse a lei de Cristo, que é a lei da justiça e da fraternidade; no mundo nazista imperava a lei de Cain, que, na expressão de Rui Barbosa, é a "lei da força, a lei da insídia, a lei do assalto, a lei da pilhagem, a lei da bestialidade; lei que nega a noção de tôdas as leis, lei da inconsciência, que autoriza a perfídia, consagra a brutalidade, agaloo a insolência, eterniza o ódio, premeia o roubo, coroa a matança, organiza a devastação e semeia a barbárie".

Quando o Brasil entrou no conflito, só a confiança na justiça divina permitia esperar a vitória das forças do bem. Os exércitos germânicos e japoneses dominavam a Europa, a Ásia e o norte da África e se mostravam cada vez mais formidáveis. Mesmo depois de expulsos da África, parecia que na Itália e nas costas da França os alemães lutariam com vantagem até obter uma paz que lhes conviesse.

Pesada e grave foi, portanto, a missão confiada a V. Ex.^a no comando da Força Expedicionária Brasileira. Mas as perdas e os duros revezes que o inimigo poderoso inflingiu aos nossos heróicos soldados foram afinal compensados por magníficas vitórias e pelo esmagamento do adversário.

A palavra dos mais altos chefes aliados, como o depoimento de todos que acompanharam de perto o desenrolar da peleja, são unânimes em ressaltar a bravura, a disciplina e o patriotismo dos soldados brasileiros, a competência, a energia, a previdência e a decisão admiráveis do seu comandante em chefe, que assim se situou, com glória sua e do Brasil, entre os mais destacados generais da maior de tôdas as guerras.

Eis algumas das poderosas razões, Exm.^o Sr. General, que ditaram ao Instituto Histórico e Geográfico o dever de homenagear V. Ex.^a como um vulto insigne, digno da admiração de todos os brasileiros.

Outros motivos ponderosos concorreram também nêsse designio. Ninguém melhor do que os que estudam a história compreende o valor inestimável da paz e os incontáveis malefícios das guerras.

A paz é a imagem transitória da felicidade eterna, a bençã de Deus sôbre

as nações e o prêmio com que a sua infinita bondade recompensa as consciências virtuosas. Unicamente sob o império benigno da paz florescem as mais belas criações do espírito. A ciência, a arte, o direito, a moral, a filosofia, a civilização nasceram dela e nela se desenvolvem. A guerra é o mais espantoso e inexorável pecado do homem, porque é o produto ou a ocasião ótima de todos os outros pecados. Delírio de perversos e assassinio de inocentes, ao seu banho de sangue expluem do inferno que todos os homens escondem dentro de si a crueldade, a miséria e a morte.

Mas, entre amar a paz e acreditar na possibilidade atual da paz, vai uma enorme distância, que a razão e a experiência não permitem transpor.

A guerra nasceu com as primeiras sociedades humanas e quase nada nos encoraja a esperar que ela desapareça do mundo, pelo menos nestes decênios por vir. E isso porque as suas causas são inerentes à natureza humana, são necessidades e instintos incoercíveis, que só almas privilegiada conseguem dominar completamente e que na quase totalidade dos homens latejam sob uma camada tenuíssima de civilização e explodem facilmente ao menor choque.

Entre as sociedades primitivas, as causas mais comuns da guerra, ou pelo menos as mais aparentes, eram a fome e o amor. A necessidade, quando não a simples ambição de possuir terrenos mais férteis para agricultura e mais abundantes em caça, lança as tribus, as hordas e as populações selvagens e bárbaras umas contra as outras. O rapto de mulheres, para os grupos que praticavam a exogamia, foi também o rastilho de milhares de guerras, entre as quais, avulta a guerra de Troia, como símbolo imortalizado pela arte.

Pelos séculos adiante, se por nenhuma outra Helena lanças e escudos se chocaram, a fome continuou a ser geratriz de catástrofes. Não a fome no sentido rigoroso e restrito, não a fome na acepção grosseira mas sincera que faz um selvagem esfacelar o crânio de outro para devorar o pedaço de carne que ele estava devorando. E sim a fome nas suas manifestações requintadas pelo próprio progresso humano: a fome de territórios, a fome de matérias primas, a fome de ouro, de dominação, de bem estar, de poder.

A Natureza humana é assim formada, que muitas vezes o desejo de supérfluo se torna uma obsessão irresistível como se fora uma necessidade fundamental. Se a ambição, em suas formas superiores, é às vezes a causa do progresso, em seus aspetos mais comuns tem sido sempre a dos mais terríveis desastres para os povos. Eis por que a história universal, para desespero dos pacifistas, é um relato de guerras sucessivas. Para a humanidade, a paz tem sido apenas um breve intervalo entre duas guerras. E tudo indica que será ainda assim por muito tempo.

Não devemos alimentar ilusões quanto ao que a civilização tem feito pelo aperfeiçoamento moral do homem; sob esse aspeto, é muito pouco. Ele continua a guardar, no fundo de si mesmo, os instintos agressivos das eras pre-históricas. E' um animal de presa, tem arraigado nas origens do seu ser o instinto da luta, da aventura e do risco, a ambição de ser cada vez mais forte e submeter os fracos ao seu poder. Dividido contra si mesmo na luta entre o que tem de mau e o que tem de bom a sua natureza, o homem encheu a história das mais horrendas tragédias da crueldade, da estupidez e do orgulho, e das mais sublimes vitórias do amor, da caridade e do altruísmo.

O advento do cristianismo e a aceitação por todos os povos ocidentais dessa divina moral da fraternidade e do perdão, deveria ter suprimido a guerra. Mas, em verdade, apenas superficialmente, e só nas relações privadas, as palavras dos evangelhos frutificam entre os homens. Quanto às relações entre os povos, a moral continuou sendo o que era para o homem das cavernas: a lei da força.

Certo, alguns poucos, muito poucos, mercê de fatores e circunstâncias excepcionais, possuem uma concepção da vida realmente cristã, amam a paz e detestam a violência. Entre eles, o Brasil é um dos que mais sinceramente têm praticado a justiça em suas relações externas. De caráter benevolente, com uma atitude de tolerância e simpatia deante da vida, senhores de um vasto e rico território, nenhum designio odiento nos moveu a lutas com outros povos, nenhuma ambição armou jamais o nosso braço. Se de nós dependesse, há muito que uma Corte Internacional de Justiça resolveria os dissídios entre as nações e a paz reinaria enfim sobre a terra.

Mas, não devemos esquecer que vivemos em um mundo sem alma; na verdade, sob muitos aspetos, um mundo selvagem. Ao século XX estava reservada a triste celebridade de ultrapassar de muito os anteriores, quanto às relações internacionais, na violência dos métodos, na deslealdade, na má fé, na astúcia das atitudes, na prepotência, na crueldade, no desrespeito ostensivo da palavra empenhada e até da mais elementar dignidade. A história deste último quarto de século dá a impressão de loucura universal, pois não foi por ignorância que cada povo criou para si e para outros povos a série de problemas que ameaçam subverter a civilização. Foi o orgulho, o egoísmo, o desejo de dominação o que tornou esses problemas insolúveis, suspendendo sobre a face angustiada do mundo as nuvens da tormenta, que de quando em quando deflagra e arraza cidades e países inteiros. Ainda agora presenciamos a segunda conflagração mundial, cujo vórtice nos arrastou também.

No entanto, durante os primeiros anos que se seguiram à conflagração de 1914 a 1918, generalizara-se a esperança de que não haveria mais guerra. Os indizíveis sofrimentos e as imensas devastações causadas por aquela catástrofe pareciam ter definitivamente convencido os homens da necessidade da paz. Ao serviço desta generosa idéia criaram-se custosas instituições internacionais destinadas a evitar outros conflitos e uma generalizada propaganda, que se valeu até da exibição dos mutilados pelas balas e granadas, procurou incutir o horror à guerra e o amor à paz.

Geralmente se afirma que as conferências de desarmamento foram um enorme malôgro, e sem dúvida isso é verdade quanto ao desarmamento universal. Mas foram bastante eficazes para os planos dos que forjavam uma nova guerra. Enquanto os Estados que realmente queriam a paz reduziam o aparelhamento bélico e praticamente se tornavam quase indefesos, o Japão e a Alemanha preparavam-se para assaltar o mundo e escravizar o resto da humanidade. Se o seu armamento conhecido já era ameaçador, o que secretamente fabricavam só depois se soube como era formidável. Por todos os processos, os mais traiçoeiros e os mais indignos, procuraram dividir, perturbar, desmoralizar e enfraquecer os outros povos até que sobre eles se lançaram, não sem antes representar aos olhos do mundo iludido e estarecido a mais espantosa farça, a mais vasta encenação do

cínismo, a mais torpe organização de fraude e violência, de astúcia e crueldade.

Com a derrota do nazismo, espalhou-se novamente a esperança de que esta foi a última guerra. Prouvera a Deus que assim fosse, que jamais se repetissem as cenas infernais, os inomináveis martírios que milhões e milhões de criaturas inocentes suportaram. Mas, a menos que um ato de graça da onipotência e misericórdia divinas transforme instantaneamente a natureza humana, não é de crer que esta seja a última guerra. Ninguém poderá prever por quanto tempo ainda o orgulho, a ambição, o desejo de poder, disfarçados sob mil denominações diferentes, serão o móvel da conduta da maioria dos homens e dos povos. Lento e difícil é o progresso moral dos indivíduos e das coletividades, feito de sacrifícios e de esforços incessantemente renovados. O dia virá em que os instintos predatórios e agressivos sejam dominados definitivamente pelas virtudes cristãs da fraternidade, da justiça e da tolerância.

Até lá, porém, o dever das nações que queiram permanecer livres, é serem fortes. Fortes pela coragem, pelo patriotismo, pela cultura, pela consciência de seus direitos e de suas responsabilidades, e fortes materialmente, pelo aparelhamento militar, pela posse de um exército, esquadra e aviação eficientes, de grandes reservas de homens adestrados para a guerra moderna.

Nós brasileiros precisamos compreender em tempo as conseqüências lógicas desta guerra e o lugar que compete ao Brasil, pela população, extensão e recursos materiais. Mas essas posições não se pedem nem se compram; merecem-se e conquistam-se. Bastaria a cultura e o caráter para merecê-la, se a humanidade fosse perfeita; nesta altura dos tempos, porém, é preciso conquistá-la, não empregando a violência e sim deixando bem claro que se for necessário não faltará força para mantê-la.

Chegou o momento de o Brasil deixar de ser um Estado de terceira classe; os acontecimentos nos puseram, mais cedo do que seria de prever, na obrigação moral de afirmar o nosso destino no mundo. Tudo depende de nós, do nosso esforço e da nossa decisão, para tomar o lugar que nos cabe na tarefa gloriosa e formidável de salvar a civilização ocidental, reconstruindo-a em bases mais sólidas e melhores. Séculos decorrerão ainda até que a consciência humana creia na vitória do direito sem a força; mas é tempo de que a força somente seja usada a serviço do direito, assegurando a justiça para os indivíduos e preparando o advento da paz entre os povos.

A V. Ex.^a, sr. General, coube a fortuna e a glória de comandar os brasileiros que se bateram por um mundo melhor, pelo direito, pela justiça e pela liberdade. O Instituto Histórico e Geográfico, homenageando-o e comemorando esses acontecimentos, cultua a tradição do Brasil que lutou sempre pelas causas nobres, e concorre para avivar no espírito dos brasileiros a consciência de suas graves responsabilidades perante a civilização.

ORAÇÃO

proferida pelo Cel. Luiz Carlos de Moraes, do
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, no
dia 27-4-1946, em comemoração da Semana de Tiradentes.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, associando-se às comemorações da Semana de Tiradentes, designou o dia de hoje para cultuar a memória desse símbolo das nossas liberdades cívicas, confiando, porém, a tarefa desse propósito, ao último dos seus membros.

De início, peço-vos indulgência para a minha pobre oração.

Senhores, os acontecimentos históricos que caracterizam os anseios de liberdade de um povo, são helos de uma grande cadeia que se propaga pelo tempo e pelo espaço, como se emergisse de um foco misterioso, espargindo-se em todas as direções, despertando os povos e acordando as consciências adormecidas. Não se diga que os povos são levados por simples imitação, quando tomam atitudes em antagonismo com os preconceitos e prejuízos de uma época. Não é a imitação servil que os conduz na luta, mas sim a idéia da liberdade inata nas consciências de todos os componentes do grupo social. Em uns o estado de tensão - mais forte, e, em outros, mais moderado e comedido, a espera de um agente catalítico que venha provocar o deflagrar da centelha, que apenas existia em estado latente. Assim, em bom conceito, não se poderá responsabilizar simplesmente a tirania e a opressão do governo inglês, sobre as suas 13 colônias norte-americanas, na causa que levou aqueles povos a banirem o jugo que lhes manietava a liberdade.

Não seriam os gravames do fisco, que o governo fez incidir sobre aqueles povos, com cujo produto pretendia aliviar-se das aperturas financeiras, consequentes da Guerra dos 7 Anos, a causa ou motivo para romperem os grilhões que os prendiam à metrópole longínqua, mas sim o desejo ardente e a ansia insofrível de liberdade latente na consciência daqueles povos. Tais encargos pesados, então, obrariam como o agente catalítico de que vos falei há pouco.

O século 18 veio encher o mundo de grandes acontecimentos. A Independência Americana e a Grande Revolução Francesa, são marcos de uma época histórica com repercussão dentro das nossas fron-

teiras, onde o terreno era propício e vinha sendo preparado de há muito. A conquista que alcançamos a 7 de Setembro de 1822 nas margens do Ipiranga, foi a resultante de um esforço continuado, embora com intermitências aparentes, que bem demonstra a fibra da geração que surgiu deste lado do Atlântico, rebento daquela raça forte cantada pelo grande vate português. Mas não foi uma luta sómente de idéias, uma luta incruenta, mas luta onde catadupas de sangue assinalam os lances heróicos, os feitos gloriosos da gente de que vinha se formando a nossa nacionalidade. Para ela, a condição de colônia, era apenas suportada pela lógica da força e a sanção dos Capitães-mores, e nunca pelo consentimento expontâneo dessas gerações passadas. E' que a terra, rica de seiva, onde o sol resplandece grandioso, dando vida aos prados e frescura às matas verdejantes, convida a rasgar os horizontes em vôos alcandorados. A alma brasileira vinha sendo, de há muito, fustigada pelo acicate das novas idéias do século. Eis se não quando uma mocidade sôfrega, não encontrando ambiente próprio para o cultivo do seu espírito, procura, então, a Metrópole, porque só a ela era dado o privilégio de manter Escolas e Universidades, como convinha aos seus interêsses de domínio. Do Brasil só lhe eram interessantes o ouro e as mercadorias, para alimentar o Tesouro, arrebatado pelos desmandos dos seus govêrnos, empenhados em obras magostas ou em dádivas de finalidades duvidosas.

A nossa mocidade teria de cruzar assim o Oceano em busca de pasto para o seu espírito. Foi numa dessas levas que ali se reuniu um pugilo de 12 estudantes brasileiros, que passariam à história, ocupando um lugar digno nos fastos do nosso evoluir em busca da emancipação política da Pátria. Sem menosprezar outros componentes daquele apostolado insigne, citarei, por brevidade de exposição, sómente alguns dentre êles: Vidal Barbosa, de Minas; José Mariano Leal e José Joaquim da Maia, ambos naturais do Rio de Janeiro. Maia, ardendo de entusiasmo pela causa da libertação do Brasil, não vacila em procurar entender-se com Thomaz Jefferson, ao tempo, Embaixador Americano em Paris, perguntando-lhe como receberiam os Estados Unidos a idéia da Independência de sua Pátria, e, até que ponto, poderiam os brasileiros contar com o apóio do govêrno americano para levarem avante a grande emprêsa. O fino diplomata, é claro, não podendo comprometer-se, visto estar o seu país em boas relações com Portugal, se fez de desentendido, dando-lhe desculpas evasivas, mas como se diz em linguagem gaúcha, **por baixo do poncho**, não descurou do assunto, e nêsse sentido escreveu a seu govêrno, relatando a conversa que tivera com o moço brasileiro. A morte, porém, surpreendeu a Maia em Lisbôa, quando já de malas prontas, preparava-se para partir para o Brasil ao serviço do seu apostolado, cessando, assim, os seus nobres propósitos. Domingos Barbosa, entanto, já médico, chega a Minas, quando a então ela sofria as consequências dos desmandos de Luiz da

Cunha Meneses, de nefanda memória, quando no govêrno daquela Capitania.

Quasi ao mesmo tempo, chega também ali, José Alves Maciel, filho igualmente de Minas, formado em filosofia, e que, em Coimbra, teria feito parte do grupo insigne. O descontentamento reinante naquele meio, veio tomar vulto com a chegada dos apóstolos da santa causa, e os ânimos se reanimaram. Em 11 de Julho de 1788, toma conta do govêrno daquela Capitania, o Capitão General Visconde de Barbacena, trazendo, na sua bagagem, a ordem de cobrar, custasse o que custasse, os direitos devidos à Corôa de Sua Magestade, procedendo a **derrema**. Foi a conta para a intensificação das atividades dos patriótas. Articula-se o movimento, interessando S. Paulo e Rio de Janeiro na conjura, embora com parcimônia e grandes cautelas, não comparável ao fervor que se notava no fóco de onde êle se irradiava — Minas Gerais. — Aí os conjurados, às vezes com prudência, e às vezes abertamente, confabulavam animando o ambiente em efervescência. Um vulto logo aparece sobrepujando os demais — O Alferes de Cavalaria Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, como passou à posteridade — Tiradentes, nasceu em Pombal, perto de S. João del-Rei, em 12 de Novembro de 1746, filho de Domingos da Silva dos Santos e de sua mulher D. Antônia da Encarnação Xavier; foi batizado na capela de S. Sebastião do Rio-Abaixo, sendo celebrante o Capelão, Padre João Gonçalves Chaves, e padrinho João Ferreira Leitão, e não teve madrinha, como se vê na História do Brasil, do Barão de Pôrto Seguro. Na Genealogia Mineira, de Arthur Rezende dá, porém, o seu nascimento, como ocorrido em 1748 em S. José del-Rey, conforme depoimento do próprio pai de Tiradentes. Parece haver confusão com a data do nascimento do seu irmão Antônio que teria sido no ano de 1746, ainda de acôrdo com aquele documento.

Tiradentes era um homem de imaginação fértil e de gênio empreendedor, às vezes, varsátil e inconstante. Começou a vida, muito jovem ainda, na profissão de dentista, de onde lhe viria a alcunha com que ingressou na história; praticou o comércio ambulante e a mineração, pelo interior de Minas. Fracassando nessas profissões, resolveu assentar praça, e, como tal, entrou para a segunda Companhia dos Dragões Reais de Minas Gerais, unidade essa que, passando por várias transformações, é hoje o 11.º Regimento de Infantaria do nosso Exército, que, com brilho e denodo, tomou parte na recente Campanha da Itália. O Govêrno da Republica, tendo em atenção os serviços por ele ali prestados, instituiu o seu estandarte, onde se depara a inscrição do lema da velha bandeira da Inconfidência "LIBERTA QUOE SERA TAMEN". Tiradentes, pelo seu comportamento e bons serviços prestados, chegou ao posto de Alferes, correspondente ao atual 2.º Tenente. Daí não prosseguindo, segundo alegava, por falta de proteção, deixa a vida militar, quando a sua unidade achava-se mobilizada para marchar para as fronteiras do Sul, conturbadas pela guerra, e atira-se a outros em-

preendimentos. Vai começar para ele nova trilha com o seu cortejo de desilusões e dissabores. Retorna, então às minerações que já tentára antes, e aí, mais uma vez, é mal sucedido. Volta ao Exército, porém, não muito seguro de êxito, pois, concomitantemente, procura outras fontes de renda, tentando organizar uma Companhia para explorar os serviços de trapiches, e outra de encanamento dagua na Metrópole brasileira, onde, então se encontrava. Tudo isso, porém, fracassou como as empresas anteriores. Como se vê os negócios saíam-lhes sempre às avessas, o que deu lugar a que o Visconde de Pôrto Seguro assim se expressasse: "Cumpre acrescentar que para alguns dos malogros do mesmo Alferes, em suas pretensões, além da circunstância de ser **tiradentes**, devia também contribuir o seu físico. Era alto e muito espadado, figura antipática, e **feio e espantado**."

Dir-se-á que Tiradentes nascera sob um mau signo, que o predeterminou a todos os revezes, para o malogro de tôdas as empresas que tentava.

Têm a palavra os astrólogos para o desvendamento do mistério. Vai começar agora o drama memorável, articulando-se a conjura. Tiradentes é a alma do movimento, com o seu espírito e gênio irriquietos, não se sofre na empresa. Aborda o seu próprio Comandante, Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, convencendo-o e levando-o a alistar-se entre os conjurados. Trabalha junto aos demais conspiradores, que eram, então, a flôr da sociedade mineira: magistratura, clero, intelectuais e personagens do alto comércio. O seu **Slogan**, como modernamente se diz, consistia: "era pena que uns países tão ricos se achassem reduzidos à maior miséria, só por que a Europa, como uma esponja, estivesse chupando tôda a substância; e os excellentíssimos generais, de três em três anos, traziam uma quadrilha que chamavam criados, os quais, depois de comerem a honra, a fazenda e os officios, que deviam ser dos habitantes, saíam rindo-se dêles".

Avoluma-se o rôl dos conspiradores: Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Antônio Gonzaga, o cantor de Marília de Dirceu; Carlos Corrêa de Toledo, e José da Silva Rolim, êsses dois últimos, altos representantes do clero; e tantos outros. Não demorou, porém, que, entre os aliciados, aparecessem os desanimados e arrependidos; e isso não era tudo, os traidores, perfidamente levados pelo interesse e pelas alvíceras que iam receber como prêmio da sua felonía. Só Tiradentes, no meio da frouxidão de seus companheiros, ficava de pé, firme nos seus propósitos. Com grandes sacrificios, pedindo empréstimo em dinheiro, segue para o Rio de Janeiro, sob o velado pretexto de tratar de assuntos particulares, quando é certo que para ali seguia para articular o movimento sedicioso. Enquanto perlustrava as alcantiladas veredas da terra mineira, rumo a capital brasileira, atrás de si, na mais infame traição, era tecida a rede que o havia de perder e levá-lo ao cadafalso. Ponteara o côro de traidores, aquele que passou à história como o símbolo da delação e da perjúria — Joaquim

Silvério dos Reis, — filho de Leria, Portugal, Coronel de um Regimento de Auxiliares, que procurou Barbacena para vender-se pelos 30 dinheiros que immortalizaram também o seu longinquo antepassado — Judas Escariotes — Barbacena, cauteloso e solerte, vai dando asas à delação, estimulando a quantos venais tinham dívidas a saldar com o fisco da Corôa. A lista crescia a cada passo: Tenente-Coronel Basílio do Lago, e Mestre de Campo Inácio Pamplona, com Silvério dos Reis, formam o trio sinistro da intriga e da perfídia. Todos, porém, para honra nossa, nasceram fóra do Brasil.

Estava consumada a fase negra do drama da Inconfidência e ia agora ter início a tragédia: A 10 de Maio de 1789, “por uma série de fatalidade” é preso aquele que nascera sob o signo maligno, Silva Xavier, quando, escondido em um sotão, na hoje rua Gonçalves Dias, outrora rua dos Lateiros, procurava escapar da prisão. Inicia-se o processo e prossegue com as delongas de costume. Aos 18 de Abril de 1792 é proferido o acordam, sendo condenados à morte por enforcamento, Tiradentes, Alvarenga, Freire de Andrade, Dr. Maciel, Abreu Vieira, Vaz de Toledo, Oliveira Lopes, Vidal Barbosa, os dois Rezendes, e Amaral Gurgel, ficando declarados infames seus filhos e netos, e mais outras penas tão bárbaras e vingativas como as enumeradas, conforme a mentalidade daquela época. Por carta régia de 1790, fóra, porém, com antecedência ao julgamento, determinado que a pena de morte devia recair tão sómente naqueles, onde a clemência não fôsse possível, pela “atrocidade e escandalosa publicidade de seus crimes, revestidos de tais e tão agravantes circunstâncias que fizessem a commiseração impossível”.

Por tal porta, escaparam-se os demais, tendo atenuadas as suas penas, e como sempre, a má estrela de Tiradentes o conduziria ao suplício infamante da fôrca, sem remissão possível.

O bom coração de uma rainha piedosa, porém, D. Catarina, salvára do cadafalso os outros, mas não assim quanto aquele nascido sob o máu signo. Silva Xavier ouviu a sua sentença “com tôda a serenidade; e que, com maior abnegação de si, chegou a dizer quanto estimava vir a pagar as culpas daqueles que êle havia comprometido. Por essa fôrma êle se adiantou a aceitar para si a responsabilidade desta nobre tentativa das glórias do martírio que hoje confere a posteridade”. Assim diz Pôrto Seguro.

A 21 de Abril de 1792, com o aparato usual da época, tôda tropa disponível fôrma, e a população curiosa, enche as ruas e praças para o espetáculo sinistro, que se avizinhava.

Tiradentes marcha impávido, sereno, ante a multidão, olhos pregados no Crucifixo, levado pelo Cura que lhe assistia. Chegado ao cadafalso, o carrasco dirige-lhe a palavra, pedindo desculpas, por ter de vestir-lhe a alva de condenado, e exclama, então, o mártir: “Oh meu amigo! Deixe-me beijar-lhe as mãos e os pés. Também o nosso Redentor morreu por nós”. E marchou sereno para o cadafalso, pedindo

lhe abreviassem a morte. Estava, assim, consumado aquele ato que mereceu de Ruy Barbosa o seguinte trecho, com o qual terminarei a minha pobre oração, que ouvistes com tanta benevolência e tanta gentileza. Disse Ruy, na maneira inimitável do seu estilo:

“Da força, onde padeceste a morte infamante reservada aos malfeitores, baixou à tua pátria o sonho republicano, que outras gerações tinham de ver consumado. Teu suplício é um dos grandes crimes de perseguição historicamente fatais aos perseguidores. A posteridade enflorou o teu cadafalso em altar, porque o vilipêndio da expiação que te imolou, fez de tua memória divinizada a padroeira nacional do direito. Morto pela República, Oh! Tiradentes, és a lição imortal, dada à República, de aversão ao sangue e à intolerância; és, perante a República, o advogado geral contra a vingança e a opressão”.

Disse.

Alfredo Clemente Pinto

Palestra realizada na sede do Instituto Histórico e Geográfico, em sessão de 12 de junho de 1946, pelo sócio fundador Sr. Afonso Guerreiro Lima.

O dr. Alfredo Clemente Pinto foi uma figura solar no magistério do passado.

Eu venho também do passado e mui grato me é rememorá-lo através das brumas da minha saudade.

Venho do passado e trago ainda no cérebro e no coração os ensinamentos recebidos daquela pléiade de mestres insignes que ilustraram as cátedras da Escola Normal daquele tempo.

Ainda aos meus ouvidos ressoam as lições magistrais de um Clemente Pinto, de um Souza Lobo, de um Franckenberg, de um Duplan, de um padre Souza Lima, de um Emilio Meyer, de um maestro Lino, de um Laurent, de um Frederico Bieri ou de uma Maria José Olinto de Carvalho.

Venho do passado e sentei-me nos mesmos bancos em que aprenderam Candido de Barros, Horácio Maisonette, Lourenço Langendonck, Cirino de Azevedo, Bemvindo Pires de Sales, Inácio Montanha, Ivo Afonso, Leão Puente e tantas outras saudosas figuras do magistério riograndense, de que talvez algum dos presentes guarde ainda a lembrança.

* *
*

Meus confrades.

A educação das massas foi sempre um árduo problema que os governantes tiveram de enfrentar e que, quanto à mim constitue ainda o máximo assunto de nossa atualidade sombria. Do desempenho consciente e apostolar da missão educativa depende este mundo de após guerra.

E essa missão deve ser exercida, a meu ver, visando sempre a contínua e crescente espiritualização do ser humano por meio de uma

evolução, na qual se vão cada vez mais sobrepondo aos instintos meramente animais os interesses intellectuais, o afan de saber, as aspirações estéticas e morais.

Estes conceitos devem estar sempre presentes no ânimo dos educadores, nesta singular e temerosa hora em que a humanidade se extravia pelas veredas de um desolador materialismo.

Não resta dúvida que o homem de nossos dias tem realizado prodígios assombrosos.

Suavizou as asperezas da terra, domou a fúria dos oceânos, vôou pela estratosfera; mas não soube ou não pôde sopitar a fúria de suas próprias paixões e mergulhou nesse delírio de sangue que foi a grande guerra.

O homem de nossos dias anulou as distâncias, reduziu o tempo; mas não conseguiu ainda o domínio de seu próprio ser e a cada momento põe em evidência a sua falta de lealdade e a hipocrisia que reveste seus atos.

Atrevessamos uma época calamitosa em que domina o egoismo, em detrimento de todas aquelas nobres virtudes que produziram a grandeza das pátrias humanas das passadas éras.

Cabe, portanto, à educação a missão salvadora de encaminhar as classes sociais, da mais humilde à mais altamente colocada, dando-lhes como base uma moral pura e rehabilitante, uma noção de bondade generosa e firme que lhes permita contemplar serenamente a vida, sem âncias invejosas, sem lutas alimentadas pelo desejo egoísta e criminoso de prevalecer e triunfar, tripudiando sobre os direitos alheios.

Com a intuição de verdadeiro educador, Alfredo Clemente Pinto, já naquêles recuados tempos se apercebera dessas verdades e, de corpo e alma, se dedicára, de preferência, à essa missão apostolar.

E quão longa foi e trabalhosa a trajetória do venerando mestre, cuja memória hoje evocamos.

* *
*

Alfredo Clemente Pinto era o quarto de seis irmãos, tendo nascido em Pôrto Alegre no dia 15 de agosto de 1854.

O ilustre professor era filho do comerciante Clemente José Pinto, natural da freguezia de Besteiras, do bispado de Pôrto em Portugal, falecido em Pôrto Alegre a 24 de julho de 1866, com cincoenta e cinco anos e de sua esposa d. Maria Emilia de Alcantara, natural de Rio Pardo; neto paterno de Antonio José Pinto e de d. Maria Joaquina da Silva, naturais de Portugal; neto materno de Inácio José Machado, natural da freguezia de S. Mamede de Negrilos, em Portugal e de d. Maria Inácia Veloso, natural de Rio Prado.

Bem criança ainda desprendeuse dos carinhos maternos, pois seguiu para a Europa, afim de começar os seus estudos.

Oriundo de família de arraigadas crenças católicas, parece ter êle revelado desde pequeno propensão para a carreira eclesiástica. Isso influuiu, de certo, para que seu pai, negociante da praça, em relações comerciais com firmas da Alemanha, resolvesse enviá-lo para êsse país.

A travessia do oceano era feita, naquêles tempos, quasi exclusivamente por navios veleiros e, em um dêles, seguiu o menino.

Em 1865, não tendo ainda completado 11 anos de idade, Clemente Pinto iniciava seus estudos em um colégio alemão.

Morosas como eram as comunicações entre o Velho e Novo Mundo, sômente passados três-anos é que o pai veio a saber que êle estava internado em um ginásio protestante.

Tratou imediatamente de transferi-lo para a Itália e, no começo de 1869, Clemente Pinto entrava para o Colégio Pio-Latino-Americano de Roma e continuava seus estudos de preparatórios no Arquiginásio Romano.

Em 1870, as tropas garibaldinas ocuparam a Cidade Eterna. O edificio do Arquiginásio foi transformado em quartel. As aulas passaram a funcionar no próprio Colégio Pio-Latino-Americano e ali continuou Clemente Pinto o curso ginasial. Em 1872, com 18 anos de idade, recebeu o grão de bacharel; em 1873, o de licenciado no curso de filosofia; em 1875, aos 21 anos de idade, o de doutor.

“Em 1876, — diz um de seus biógrafos, — o seu nome não apparece mais, nem nos relatórios do Arquiginásio, nem nos do Colégio Pio-Americano, de onde, mais ou menos nêsse tempo, voltou para o Brasil, tuberculoso, desenganado pelos médicos, por causa das repetidas e violentas hemoptises, o que já determinára o retardamento de sua formatura.

Fosse, porém, por efficácia das exhalações marinhas na travessia do Atlântico ou pelo benéfico influxo do clima pátrio ou por efeito das drogas que veio ingerindo durante a viagem, ele chegou a Porto Alegre em estado mais lisongeiro. E, como, então, começasse a tomar vulto a difusão do sistema Kneipp, começou a applicá-lo a si próprio com resultado sempre satisfatório”.

Eu tive a ventura de acompanhar de perto o velho mestre e posso dar testemunho da singular terapêutica por êle usada.

Tendo passado boa parte de sua mocidade na Alemanha, Itália e França, conhecia os bons vinhos franceses, italianos e o velho Reno das adegas de Heidelberg.

“O vinho é o leite dos velhos”, costumava dizer e, moderadamente, os empregava, quando os seus achaques se agravavam.

Foi, talvez, por isso que o dr. Alfredo Clemente Pinto conseguiu ultrapassar os oitenta e tres anos de idade, pois veio a falecer em Minas Geraes, a 21 de janeiro de 1938.

* *

*

Desde que regressou à terra natal, o dr. Alfredo Clemente Pinto dedicou-se inteiramente ao magistério, no conceituado Ginásio S. Pedro, de afamada tradição.

Por efeito de aprovação em concurso passou para o magistério público como lente de Português, na antiga Escola Normal. E sobre a sua atuação nêsse estabelecimento de ensino, encontramos no Relatório de 1890, apresentado ao Governador do Estado pelo diretor Paulo Emilio Loureiro de Andrade, a seguinte informação: “A 1.^a cadeira (Lingua Nacional) é magistralmente regida pelo distinto professor Alfredo Clemente Pinto, a quem esta Diretoria tem o dever de tecer os maiores louvores pela assiduidade e pelo zelo no ensino e no julgamento dos exames.”

Na monarquia, foi Clemente Pinto diretor da Instrução Pública e da Escola Normal, cargos que, em junho de 1889, passou, por determinação da Presidência da Província, ao dr. Adriano Nunes Ribeiro. Na República, chefiou a comissão de professores que, em 1913, foi estudar a organização escolar do Uruguai; voltou a dirigir a Escola Normal então transformada em Escola Complementar e aí se conservou até sua jubilação.

Em 1938, o Instituto de Educação prestou-lhe singela e tocante homenagem, distribuindo a todos os alunos o seu retrato com a seguinte legenda: “De cultura invulgar, latinista emérito, e profundo conhecedor das belezas de nosso idioma, foi o dr. Clemente Pinto o mestre incomparável que, por mais de meio século, passou modestamente ensinando a mocidade de nossa terra”.

E, tempos depois, seus antigos discipulos, por iniciativa patriótica da Liga de Defesa Nacional, durante as solenidade da Semana da Pátria, em 1944, inauguraram a herma do ilustre mestre, em local fronteiro ao Instituto de Educação.

* *
*

Paralelamente à sua intensa atividade na prática do ensino, publicou o dr. Alfredo Clemente Pinto várias obras didáticas que lograram êxito nas escolas brasileiras.

São elas — a Seleta em Prosa e Verso, as Leituras Escolhidas, os Cursos da Língua Materna.

Para avaliar o vitorioso resultado dêsses livros, basta citar apenas o primeiro — a Seleta — que conta mais de 60 anos de circulação, em edições sucessivas que montam a mais de meio milhão de exemplares e conserva-se ainda em uso na maior parte de nossas escolas.

Grande êxito obtiveram outros livros traduzidos do alemão pelo dr. Clemente Pinto, tais como “O Meu Sistema Hidroterápico de Sebastião

Kneipp" e "Os Muckers do Padre Schupp", que receberam os maiores louvores da crítica.

* *
*

Trabalhador incansável, apesar da cruel enfermidade que lhe minava o organismo, o dr. Pinto, que era fervoroso católico, empregou todo o seu talento e a sua invejável cultura na defesa de seus ideais.

Assim foi fundador e redator da "Época", órgão do catolicismo em nosso Estado, nos primórdios da República, e nêsse caráter sustentou cerradas polêmicas doutrinárias.

Eleito deputado à Assembléia Constituinte do Estado, pelo partido católico, conjuntamente com Lacerda de Almeida e Luiz Englert, colaborou e foi um dos signatários da Constituição Política, promulgada em 14 de julho de 1891.

* *
*

Meus confrades.

A vida do venerando mestre Clemente Pinto foi um exemplo constante de amor ao trabalho, de dedicação ao ensino, de inquebrantável fortaleza na defesa de um ideal.

Ele foi o exemplo persuasivo de que a vida não é tão somente a realização de nossas faculdades, a atividade de nosso ser, a encarnação de nossas idéias, a sucessiva e gradual forma que vai tomando o nosso espírito para manifestar-se no tempo; mas que tudo isso se deve realizar para, em lenta e insensível evolução, atingir o bem, — objeto supremo da existência.

E o maior dos bens é iluminar inteligências, fortalecer corações...

E, assim, só se pode dizer que viveram a vida os que, como Alfredo Clemente Pinto, deslembados de si próprios, deram aos outros o saber, a virtude, a força de ânimo necessária para vencerem nas lutas do mundo.

Êsses são os que — sem mescla de interesses de outra espécie, — souberam construir a felicidade para si, dando felicidade aos outros.

DISCURSO

lido em sessão de 4 de julho de 1946, comemorativa do 1.º centenário de falecimento de Francisco Alvares Machado e Vasconcelos.

MANOEL DUARTE

A uma hora da manhã do dia 4 de Julho de 1846, no mosteiro de São Bento, em Niterói, falecia Francisco Alvares Machado e Vasconcelos, nascido em S. Paulo, aos 21 dias do mês de Dezembro de 1791. Descendia, pelo lado materno, de Amador Boeno da Ribeira, e, pelo lado paterno, corria-lhe nas veias o sangue comum com o colateral gaulês insigníssimo, João Batista Say.

Herdara, pois, de Amador Boeno, o culto autonômico da rechã nativa, inseparável da unidade territorial que as bandeiras homéricas andaram dilatando e encorporando na constelação lusitana da futura nacionalidade, que se ia caldeando à fusão de três sangues iniciais. Herdaria do sangue ilustre que pulsava as veias de Batista Say, o estigma da meditação, a vocação da generalização do pensamento, a argúcia da pesquisa, o anseio de cultura universal, o sentido profundo da síntese analítica e o método de sistematização intuitiva, de autodidata de gênio.

Em verdade, Alvares Machado nasceu sob o signo da predestinação e, como essas grandes inteligências-cimos, nasceu alguns decênios adiantado de seu tempo. A assertiva se impõe, per si: acima da indecisa color da própria ambiência remota, Alvares Machado aparece tribulado de inquietação e tortura sem remédio, a devassar e transpôr longes horizontes, malmal entrevistos na didática da época. Mergulha no domínio das ciências, devora livros, acumula pasmoso conhecimento: desgarra-se, predestinado, de seu meio, semi bucólico e monótono, ainda.

Autodidata prodigioso, assombra o seu divinatório poder de assimilação, a maravilha de sua memória e a sua faculdade excelsa de aplicá-la, improvisamente, à própria.

Figura singular de sua época, sem nunca ter tido escola, onde sistematizasse conhecimento, sem nunca ter saído de S. Paulo, Al-

vares Machado, mui jovem ainda, era já versado em ciências, inclusive as naturais, anatomia; já conhecia literatura de ciência e prosa, de França e Inglaterra. Já lhe eram familiares os grandes clássicos franceses, ingleses e, principalmente, portugueses cuja coorte inumerável versava a fundo e de cujas obras tinha de cor composições seletas, poemas inteiros. Insaciável e insatisfeito, à eterna busca da cultura do espírito e ao serviço das ciências, nas quais pressentia o atrativo irresistível das grandes vocações, o mimoso filho do cirurgião-mór Joaquim Teobaldo Machado e Vasconcelos cêdo se consagrava à fremente inclinação nativa. Do pai tivera o exemplo e recebera preleções iniciais. Elegera a carreira paterna, e, ainda na adolescência, alcançava êxitos excepcionais. De feição que, logologo, é o anatomista consumado, é o conhecedor das ciências naturais e aplicadas. Decidir-se-ia pelo curso de cirurgia, para cujo estudo se voltava aquela peregrina cerebração de escól.

Avidamente bebidas as primeiras lições e prática de cirurgia com a autoridade benevolente e honesta do pai, Alvares Machado verifica praça, em 1806, na Legião de Voluntário de S. Paulo, onde juntamente se inscreveria ajudante de cirurgião “para poder ter direito, não só a ouvir as lições, dadas, naquele tempo, pelo dr. Mariano José do Amaral, físico-mór das tropas daquela província, de cuja escola saíram não medíocres facultativos, como para praticar no Hospital Militar daquela cidade”.

“Pela sua constante aplicação aos estudos inerentes à profissão que com dedicação abraçara, pela prática a que se dava desveladamente, e que adquiria, fôsse no Hospital Militar, fôsse coadjuvando a seu pai em sua clínica, pelo seu feliz natural, de pronto desenvolvido e auxiliado por assíduas lucubrações, por êste talento fecundo... a ouvir as eruditas preleções do dr. Amaral, seu ilustre mestre...”

“...exigiu e obteve, em 1809, sua demissão de ajudante de cirurgião da Legião de Voluntários... começava a gozar de grande reputação médica seu ilustre pai, jamais desmentida...” (Anuário Político, Histórico do Brasil, 1.º Ano, 1846).

“Francisco Machado nunca tinha, pois, visto Academias nem seus Hospitais; era um homem de gênio, e era quanto bastava”, — escreve Melo Moraes. E continua: — “Na idade de 18 anos, achava-se em Santos, empregado no Hospital Militar. O capitão de um baleeiro inglês pedia com urgência um cirurgião para um de seus marujos, que caíra de um dos mastros sôbre o convés e tinha fraturado o crâneo. Apresentaram-lhe Francisco Alvares, cuja mocidade não lhe inspirou a menor confiança. Logo depois, ao ouvir aquele moço lhe falar com ciência e consciência da operação que cumpria fazer, e lhe citava os melhores operadores ingleses, êle lhe entregou o marujo, que sofreu a operação do trépano, e foi salvo. Maravilhado, o

capitão quis levá-lo para a Inglaterra, para o fazer estudar; mas o governo de S. Paulo, informado do fato, obsteu à sua viagem, chamando-o à capital, sob fútil pretexto”.

Em 1812, aos 21 anos de idade, Alvares Machado já se sentia apto a clinicar por conta própria, e transferiu-se para Itú, onde se consagraria à profissão, ao mesmo tempo que daria aso ao seu gênio meditativo e, por igual passo, prescrutador. Aí se entregaria exclusiva e profundamente aos estudos médicos e cirúrgicos, que amenizava com investigações e análise sobre variados objetos da história natural, história e literatura geral.

Entrementes, segundo outro biógrafo, Alvares Machado mergulhou no estudo do direito público-social, pois já se sentia com vocação para a política.

Breve, sua clínica alcançou imensa autoridade, a qual lhe gerou tal confiança pública, que lhe valeu, em 1814, a nomeação de cirurgião-mór do 1.º Regimento de 2.ª Linha, confirmada por carta patente de D. João VI.

De Itú, onde contraiu matrimônio com D. Cândida de Barros, pertencente a uma das mais distintas famílias ituanas, Alvares Machado transferiu residência para Pôrto-Feliz, já senhor de vasta nomeada clínica e cirúrgica, e, juntamente, de ativo militante político.

Já naquele entrementes decisivo para a sua grande existência, de predestinado, Alvares Machado iniciaria, em Itú, os primeiros passos de sua rumorosa e brilhante carreira política. Entraria em permanente contato, conjuraria, formaria clubes políticos com os grandes nomes da sua máscula geração de patriotas e titans, cuja projeção juntamente encheria a história dos primeiros trinta anos da Independência nacional. Reuniam-se, ali, e eram íntimos de Alvares Machado: Feijó, Vergueiro, Paula Souza, Costa Carvalho...

Mas o terremoto catastrófico do ciclo napoleônico abalaria a Europa e repercutiria nas Colônias da América do Sul, cujos sentimentos emancipacionistas veio estimular e fazer explodir. O ideal de libertação despertaria tôdas as camadas sociais das oprimidas colônias luso-ispânicas, enquanto ambas as Metrôpoles malmal se refaziam da tremenda hecatombe continental.

A partir de 808, a situação de Portugal era dolorosamente especialíssima e única: com a Côte fugitiva, no Brasil, desde então, a velha Lusitânia ficara entregue a Juntas. Decaía progressivamente, ao passo que o Vice-Reino do Brasil desfrutava posição vantajosa, acoroçada pelas simpatias de D. João VI, que o ia administrando e lhe decretava numerosos melhoramentos, — construía-se, pois, o Reino do Brasil, sob as ruínas de Portugal, abandonado e longínquo.

Por outro lado ainda, as idéias político-jurídicas da revolução francesa irradiavam-se e percorriam o mundo ocidental, cuja fisionomia absolutista iam a truncar e varrer para sempre, o rumo das liberdades humanas.

Foi quando rebentou subitânea revolução, no Pôrto, que se alastrou triunfante até Lisboa. Clamava-se pela convocação das Côrtes e por um governo constitucional, sob a dinastia de Bragança. Foi imensa a repercussão que êsses acontecimentos vieram a ter no Brasil, cujas Capitânicas, dora avante, apelidadas de — províncias — aderiam imediata e espontâneamente ao nobre ideário, e significavam, assim, a sua aversão definitiva pelo absolutismo anterior. No Rio, povo e tropa compeliram D. João VI a jurar, desde logo, a Constituição que em Lisboa se estava elaborando, e a applicá-la ao Reino do Brasil.

Com o decreto de juramento ao novo sistema — sistema constitucional — publicaram-se instruções para a eleição de deputados às Côrtes, conforme se anunciou em S. Paulo, pelo Bando de 12 de março de 1821.

Reunidos os eleitores paroquiais de Itú, para escolherem, entre si, os que deveriam, com os das outras comarcas, formar a Junta da Província, para a eleição dos deputados às Côrtes, intimaram, em 17 de maio, o ouvidor, para presidir a sua reunião e deferir ao colégio eleitoral o juramento da futura Constituição lusitana.

O ouvidor Medeiros Gomes vacilava em atender à intimação eleitoral, e só aquiesceu, quando se lhe afirmou que, com a sua anuência ou sem ela, se cumpriria o que entre êles fôsse deliberado. Transcrevemos, na íntegra, a narrativa ao grande livro — “O Senador Vergueiro” — do erudito escritor, sr. dr. Djalma Forjaz:

“Foi então que por proposta de Nicolau Vergueiro, Paula Souza e Alvares Machado, respectivamente eleitores de Piracicaba, Itú e Pôrto-Feliz, o ouvidor deferiu aos eleitores o juramento à futura constituição portuguesa; foi ainda proposta dêles que se expedissem ordens a tôdas as câmaras da comarca para o mesmo fim e se fizesse sentir ao governador Oeynhausén a necessidade de se cumprir em tôda a província aquêde decreto”.

A atitude resoluta dos três compatriotas obrigou a definir-se o ouvidor e fez que S. Paulo se antecipasse em abraçar a grande idéia liberal, que próximamente enunciava a emancipação política do Brasil, cujos pródromos paradoxalmente se esboçavam, naquela suggestiva encruzilhada de grandes destinos.

Já aí, vinculada a de dois gloriosos patriarcas da nacionalidade, avulta ação decisiva e forte de Alvares Machado.

Independência, escamoteação bragantina, lisnada, ainda, a fronte imperial do sangue quente dos heróis e gênio, martirizados em Recife, em 1817, na hora santa da nascente nacionalista; 1.^a Constituinte; sua dissolução; dôa da Carta outorgada; abdicação do primeiro Imperador; tentativa federalista; incipiência cruel do “regresso”; Ato Adicional... que de aluvião de sucedimentos agitaram e tumultuaram a alma nacional, ensaiada no impacto destino de se aclimar no regime monárquico, estáticamente unitarista!...

Urge passemos por alto e fixemos o lento assomo do gigante parlamentar, eleito para a legislatura de 1834-37.

Discutia-se, na sessão de 17 de Maio de 1834, o projeto Henriques de Rezende, de banimento de Pedro 1.^o. Alvares Machado, liberal autêntico, profere breve, conciso discurso favorável à medida: vota a favor do projeto, porque a nação brasileira, e, com particularidade, a sua província, não querem a D. Pedro no Brasil, nem como regente, nem como cidadão brasileiro, porque já o não é, nem como estrangeiro...”

Na discussão do projeto de reforma constitucional, interveio Alvares Machado, liberal e autonomista: — “era de suma necessidade aumentarem-se os poderes das províncias. Se, porventura, se não admitisse a inviolabilidade dos membros das assembléias provinciais, valia o mesmo que ser illusória tôda a reforma da constituição, porque não poderiam êsses membros livremente emitir a sua opinião...” A respeito, citou um fato acontecido em Castro, onde certo vereador acusou de arbitrariedades o ouvidor da câmara: — foi completamente perseguido pelo juiz, que era o mesmíssimo ouvidor...

Com referência à autonomia, descentralização das províncias, é oportuno aludir à confusão reinante, até entre espíritos do porte intelectual e cultural de Bernardo de Vasconcelos, avançado corifeu do centralismo e inventor do “regresso”, que o imortalizaria. Discutindo o projeto de reforma constitucional, Vasconcelos definiu-se: — “...não podia considerar as províncias soberanas e, ao mesmo tempo, sujeitas. Limitava-se a oferecer à circunspecção da câmara o sentimento de grandes autoridades, contra a ficção de tais soberanias, à qual se atribuiam as calamidades do México e Guatemala... Não era compatível com a constituição, nem com a soberania nacional delegar às províncias o direito de se constituírem... Não se devia entender a federação como alguns pretendem: soberanizar as províncias, por independizá-las naquelas atribuições que lhe dizem respeito...”

Entretanto, fiel à sua orientação de mais franquias provinciais, bateu-se Alvares Machado pelo princípio de se definirem atribuições às assembléias das províncias e aumentá-las, tanto quanto possível, e, enfim, estabelecer-lhes a negativa daquilo que às assembléias não competia. Era o primeiro impulso a prol da autonomia localista.

Dentre as graves mutações por que passou a nacionalidade, sob a dura experiência da monarquia ferrenhamente centralizadora, sobreleva encarecer a efetivada tentativa de mais absurda centralização, proposta e realizada pelo chamado projeto de interpretação do Ato Adicional, oferecido por Paulino de Souza, Miranda Ribeiro e José Clemente, na sessão de 26 de Setembro de 38 e apresentado à discussão na sessão de 3 de Junho do ano seguinte. Era a vitória da grande turma do "regresso", triunfante com a queda de Feijó.

Pôsto em discussão o projeto, Alvares Machado pede a palavra e profere veemente e vibrantíssimo discurso:

"...está sobre a mesa o boa constritor, o Sucury, que vai lançar "as províncias, e esmagá-las contra a capital; está sobre a mesa, não "o laço de recíproco interesse, que é o único que pode manter a "integridade do Império, mas, a cadeia de ferro que vai prender essas "mesmas províncias, que voluntariamente se coligaram para formar "o Império Brasileiro; está sobre a mesa a redação desse ominoso "projeto que, debaixo do esfarrapado pretexto de interpretação ao "Ato Adicional de constituição, reforma a mesma Constituição, com "clamorosa usurpação de poderes, e com notável opressão das liberdades das províncias, garantidas pelo Ato Adicional, que se quer "modificar.

"Esta redação não deve ser aprovada, porque o projeto é impolítico, inoportuno, absurdo e contraditório. E' impolítico, sr. presidente, porque o Brasil já antes da vinda do sr. D. João VI, professava "idéias liberais; o país estava coberto de sociedades patrióticas, que "se propunham a estabelecer o regime das leis sobre as ruínas do "absolutismo. O sr. D. João VI veio para o Brasil, e os brasileiros, "generosos sempre, entenderam que se não devia doestar o nosso "rei, que, buscando asilo, veio lançar-se nos braços de seus súditos "americanos...

"O sr. presidente: — o sr. deputado divaga.

"O sr. Alvares Machado: — Não divago, sr. presidente, nem sei "como possa V. Ex. adivinhar o método pelo qual eu dirijo as minhas "idéias, para chegar a uma conclusão afinal; cada um tem o seu "método de raciocinar: nem V. Ex. pode apresentar a sua inteligência "como bitola das nossas capacidades.

"Arrehentou em Portugal a revolução; nós aderimos a ela, porque "não devíamos deixar comprometidos e desamparados nossos irmãos "da Europa.

"O sr. Andrada Machado: — E porque não devíamos ficar abaixo "dêles.

"O sr. Alvares Machado: — Eu passo de um salto o intervalo da "independência, para chegarmos à assembléa constituinte do Brasil. "Reunida ela, formado o projeto de constituição, o monarca recuou "diante dêle, — tanta soma de liberdade talvez não quisesse. Mal

“aconselhado por imprudentes amigos da monarquia, deu o fatal golpe de estado, dissolveu a assembléia constituinte. Desde então, dois campos se estabeleceram no estado: o monarca declarou que queria tudo, o povo declarou que não cedia nada. A Federação do Equador provocou o aparecimento e juramento da constituição, que nos rege. Foi como uma composição que não agradou cordialmente a nem-uma das partes litigantes. Os conselheiros imprudentes da corôa apelaram para uma reforma no sentido da côrte, o povo apelou para uma reforma que desenvolvesse o elemento federal, encerrado na constituição. O espírito público se desenvolveu de maneira poderosa contra as tentativas do govêrno. O monarca se assusta, parte para Minas Gerais, proclama aos povos, e se declara abertamente contra a idéia da reforma; daí para diante, a crise era inevitável: ou o país havia de ficar sujeito ao regime arbitrário, ou o monarca havia de abdicar. O monarca abdicou. As reformas se fizeram e foram recebidas por tôda a parte com o maior entusiasmo. O espírito público ia deixando a política e já se voltava para a prosperidade material do país. A agricultura e o comércio principiavam a florescer; os ânimos, os rancores a se apazigoar, quando um partido bem conhecido hasteou a bandeira do regresso, e chamou de novo tôdas as idéias para a praça pública.

“O sr. Paulino de Souza: — Quem é que quer o regresso?

“O sr. Alvares Machado: — O sr. ex-ministro da justiça e seus companheiros. À vista desta história, não está bem claro que o projeto de reforma é impolítico, que pode provocar nova luta, na qual não sabemos que pensamento triunfará?

“Também é inoportuno: a província do Maranhão arde na guerra civil; a Bahia parece revolver-se debaixo do ensanguentado pano mortuário que a cobre; o Rio Grande do Sul triunfa de todos os empenhos da legalidade; Santa Catarina, massacrada e perseguida pelos falsos ou imprudentes amigos da legalidade, vê parte de sua população lançar-se entre os braços dos republicanos, para procurar asilo contra tantos vexames; tôda a população do Império assustada com a ominosa idéia de regresso; Bento Gonçalves apontando para a capital do Império como para o ponto em que se forjam grilhões para a liberdade, convida a tôdas as províncias à federação geral; é nesta triste conjuntura, é à face de tantos perigos, que levantaremos nossas mãos profanas contra a constituição, contra o Ato Adicional?

“O projeto é absurdo, pois que a nada menos se propõe, que a fazer passar, com o título de interpretação o que é verdadeira reforma atentatória dos foros provinciais.

“O sr. presidente: — Limite-se o sr. deputado aos lópicos de absurdo e de contradição.

“O sr. Alvares Machado: — V. Ex. tem consentido em divagações,

“em sermões, em tudo quanto se tem querido, e agora a mim quer
“prender-me ao poste! Pois assim mesmo prêso ao poste (o orador
“cruza os braços sôbre o balaústre como se nele estivesse atado)
“continuarei...”

E prosseguiu, sempre eloquente, espontâneo e sugestivo. — Não se opunha à interpretação do Ato Adicional. Opunha-se porém, à reforma sub-reptícia da constituição. Faça-se essa reforma, se tal medida convém aos interesses gerais.

Foi, pois, dêste vulto a interferência do grande orador na impugnação do projeto de interpretação do Ato Adicional, a qual, infelizmente, me veda o tempo que possa desenvolver mais.

Pedro 1.^o era consumado espécime de rei arbitrário, absolutista e resoluto, impulsivo e violento. Jamais se aclimaria na conformista posição de méro monarca constitucional.

Arrastou o Brasil na desastrosa guerra platina, finda a qual, permitiu que o ministro José Clemente encomendasse, em 1829, copioso material bélico, à firma Guilherme Young & Filho. Após os sucessos de 7 de Abril, José Clemente foi denunciado pela Câmara dos deputados, por haver, sem autorização da Assembléia, contraído tão avultado compromisso, que orçava por mais de quinhentos contos de réis. O Senado, composto da fina flor de absolutistas, absolveu-o, pois que do contrato constava a ressalva de que a obrigação só se tornaria líquida e certa, depois que a Assembléia o autorizasse. Entretanto, o judiciário deu ganho de causa a Guilherme Young & Filho, e condenou o governo ao pagamento sôbre o que judiciariamente se liquidasse.

Já em Outubro de 30, chegou, ao Rio, êsse armamento, que não foi aceito pelos técnicos do Exército, porque não veio nas condições da encomenda. Entrementes, a firma intermediária o recebeu e tratou de revender a diversos países (Paraguai, Turquia e ao próprio Brasil).

Na sessão de 23 de Junho de 40, entra em discussão a resolução que mandava pagar a G. Young & Filho, a importância de 748... 522\$680 réis, capital, perdas e juros de mora.

Rompe o debate o grande mineiro Teófilo Ottoni: — Pelo documento exibido, em defesa própria, se verifica que a encomenda só teria o seu efeito, mediante a aprovação do corpo legislativo, a que se sujeitara Young & Filho. Em razão desse documento, José Clemente foi absolvido, ao passo que a pobre nação aparece condenada a uma enorme soma de setecentos e tantos contos.

Carneiro da Cunha também nega fôsse a nação obrigada a êsse pagamento, visto não haver o ministério pedido crédito para mandar

vir o armamento, ilegalmente encomendado. Andrada Machado não concebe como se possa despender tão grande soma, sem que, para isso, fôsse o ministério autorizado. Contudo, entende que essa dívida está autorizada por uma legislatura, que ordenou se fizesse um arbítrio, que foi aceito. Não sabe como se há de agora destruir a autoridade do caso julgado, pois que seria a destruição da própria Assembléia... Carneiro de Campos acha que o judiciário decidiu a questão e reconheceu o direito do reclamante. Pela resolução de 3 de Outubro de 37, o legislativo autorizou o governo a pagar na forma da sentença. Carneiro da Cunha replica: — Não pode votar pelo direito do reclamante, sem que se lhe prove que o ministro podia fazer despesas além das votadas na lei do orçamento. Pacheco, membro da comissão, explica que o judiciário só vem ao legislativo, para que este decrete os meios pelos quais esta sentença tem de verificar-se.

Numerosos outros oradores falam, entre os quais o próprio José Clemente, cujo discurso é pitoresco, arrojado e sem escrúpulos:

“O ministro de então podia tratar esse negócio, porque estava convencido da urgente necessidade dos gêneros encomendados... “a esse tempo, nem um armamento existia, e era necessário comprá-lo, por haver urgente necessidade de preparar forças para poder negoci ar com vantagem o tratado definitivo de paz com as nações vizinhas, e para prevenir esses movimentos da província do Rio Grande (sublime profeta!) que mais tarde tiveram lugar, mas de que o governo de então já tinha conhecimento!... na minha defesa aleguei esses motivos, e ofereci documentos, que os comprovam...”

Afinal, vai à tribuna Alvares Machado. O grande orador inicia o seu discurso, com estas palavras de santa amaritude:

“Não sei, sr. presidente, que mau fado persegue a nação brasileira, que ela é sempre condenada a ter sentenças contra si, a pagar quase sempre o que não deve! Nós declaramos a nossa independência, defendemo-nos contra as forças mandadas pela nação portuguesa; vencemos todos os empenhos da mãe-pátria, que se esforçou contra a nossa justa causa em todos os pontos do Brasil; nossa esquadra perseguiu a esquadra portuguesa até a fóz do Tejo e do Douro; arvorou-se a nossa bandeira diante das baterias de S. Julião da Foz; mandamos algumas balas para asseverar a existência do nosso pavilhão; e, quando esperávamos que da parte de Portugal não houvesse senão pleno reconhecimento de nossa independência, como dignos filhos de antigos portugueses, que se constituíram independentes da Espanha; quando esperávamos, digo, o reconhecimento de nossa independência, foi quando nos vimos obrigados a pagar a nossa carta de alforria!!... Os inimigos da independência do Brasil mandam munições de guerra e bôca para as forças portuguesas que combatiam contra a independência do Brasil; vencemos essas forças,

“e depois nos vimos obrigados a pagar o importe dessas mesmas munições que eram mandadas a Madeira, João Félix e outros; foram julgadas más prêsas as embarcações que conduziam armamento, pólvora, bala e mantimentos para as forças portuguesas! Ora, srs., que nação tem passado por igual sorte? Os Estados Unidos da América fariam igual pagamento? As mesmas ex-colônias espanholas, que até agora não têm podido sair do cáus da anarquia, têm passado pelas ignomínias por quê tem passado a nação brasileira?....

“Um ministro da corôa manda buscar à Europa, por meio de “comerciante residente no país, grande porção de armamento; toma “incremento, toma vulto a acusação que a êste ministro se fazia, “de mandar buscar êste armamento, para armar com êle aos inimigos “da liberdade do Brasil, aos conspiradores contra as instituições do “país; tais foram as idéias apresentadas nesta câmara, quando se “tratava da acusação do ministro...

“O sr. Nunes Machado: — Cairam.

“O sr. Alvares Machado: — Essas idéias não caíram, porque a “acusação passou na câmara, e se o ministro foi absolvido no Senado, “foi porque alegou que o armamento tinha vindo com a condição “de ser pago, quando a assembléia geral o aprovasse...

“O sr. Nunes Machado: — Isto não prova nada.

“O sr. Clemente Pereira: — Não há tal.

“O sr. Alvares Machado: — Consta do processo impresso. Depois “que o sr. ex-ministro é absolvido no Senado, procura-se então o “pagamento dêste armamento. Dizem (eu não sou dêsse tempo, recordo unicamente o que se disse na casa e no Senado), dizem que “não aparece uma nota, um documento passado por Guilherme “Young, em que dizia que S. Ex. o sr. ex-ministro tinha mandado “buscar o armamento com a condição de se pagar, quando a assembléia aprovasse...

“O sr. Clemente Pereira: — Nunca existiu; êsse papel ninguém “viu.

“O sr. Alvares Machado: — Declaro que o não vi, porque não “sou dêsse tempo, mas há bastantes pessoas que dizem que o viram, “que dizem que o tiveram em suas mãos, que ao menos me permitirá o sr. ex-ministro que, diante de sua autoridade, suspenda o “meu juízo a êste respeito.

“O sr. Clemente Pereira: — Há de aparecer o original.

“O sr. Alvares Machado: — Manda-se, pois, sr. presidente, vir “uma porção não pequena de armamento contra a vontade dos legisladores, contra a vontade do povo; a assembléia não aprova a “vinda dêsse armamento, rejeita-o, acusa o ministro, entrega o armamento ao negociante, êste o recebe, manda-o distribuir mercantilmente por outras partes onde o pudesse vender, e, passados tempos, vem reclamar o pagamento dêsse armamento que a nação bra-

“sileira não aceitou, não recebeu, não se serviu dêle! Mais valia “nesle caso que nós tivéssemos ficado com o armamento, porque “então não pagávamos os prejuizos, perdas e danos; pagávamos unicamente o capital com o lucro correspondente...”

E continua o grande orador na sua argumentação impressionante, cerrada, maciça, contra a aprovação daquele pagamento, cuja mercadoria a nação não recebeu, mas foi vendida por Young a países estrangeiros: estávamos, — exclama Alvares Machado, estávamos em condições de desmanchar o patronato pelo qual se mandou fazer êste pagamento, que deve ser feito pelo próprio José Clemente, pois que a nação brasileira está, relativamente, mais pobre do que S. Ex.

Segue-se com a palavra Carneiro Leão. O futuro Paraná apressa-se em rebater a alusão a patronato, do qual não teria participado, se o houve, o ministério de 19 de Setembro. Diz que pode até acontecer que êste negócio venha a ser objeto de alguma reclamação diplomática...

Montezuma combate, com veemência, êsse pagamento. Volta à tribuna Alvares Machado, que responde eloquentemente a Carneiro Leão, em magnifico e incisivo discurso, contra um patronato escandaloso...

Final, na discussão do orçamento, em 1841 (ausente Alvares Machado) o ministro da Fazenda, Calmon, declara achar razoável e justo o pagamento a Guilherme Young, Filho. Responde-lhe vigorosamente Teófilo Ottoni, que logrou ser eleito contra o enxurro conservador. Secunda-o o deputado Marinho, igualmente vencedor. Nunes Machado pronuncia-se pelo pagamento, que é igualmente defendido pelo deputado Maciel Monteiro. A êste responde desassombadamente o deputado Marinho, que torna à tribuna. Pergunta-lhe se há paridade entre aquilo que se devolve a seu dono, e aquilo que o governo gasta e consome, pois que o armamento veio, mas foi, outra vez, entregue a seu dono. Em cabo, na sessão de 23 de Setembro de 41, foi aprovada a resolução que autorizava o governo a pagar a Guilherme Young & Filho, a importância de 748.522\$680 réis, “porque, segundo indiscreto aparte do grande Ottoni, ao discurso do deputado Marinho”, tinha Young por padrinho a lord Palmerston...

A mística do trono, quanto antes ocupado pelo “órfão nacional”, que o drama nacionalista de 7 de abril confiara aos carinhos paternos do patriarca da Independência, exaltava tôdas as consciências liberais, às quais se filiava Alvares Machado, cansadas de regências e ensaios reacionários, caracterizados, precisamente nos severos efeitos da política do “regresso”, da inventiva Carneiro Leão-Torres-Vasconcelos, entrementes no poder, des o ministério das capacidades

o reinado de casaca, de Araujo Lima. "Araujo Lima" — escreve illustre autoridade, — "com todo o seu tato, não conseguiu manter coeso o partido que assumira o governo em 19 de Setembro de 1837: a 16 de Abril de 1839, caíra o ministério das capacidades... sem o pronunciamento da Câmara, mas, por divergências quanto à situação do Rio Grande do Sul e quanto à escolha de Calmon para o Senado". (Tarquinio de Souza, — "H. de dois Golpes de Estado").

Aprensões e desassossêgos, revoltas e ameaças de separatismo, — tudo isto alarmava os homens de responsabilidade pelo futuro do Brasil. A salvação, desde 1835, com o projeto Luiz Cavalcanti, sobre a declaração da maioridade de Pedro II, aos 9 anos; aos 14 anos, segundo o projeto Vieira Souto, que dispunha fôsse declarado maior, "desde já", o Imperador menino, em 1840, — a salvação da nacionalidade, da unidade do Império e da autoridade sem contrastes, estava na ascensão de Pedro II ao trono. A sensibilidade das almas patrióticas, entronizar o Imperador menino seria a aurora radiosa da pacificação, o milagre da ordem geral, a confraternização, o esquecimento, a cessação das lutas que dilaceravam a pátria martirizada. Esse, o fervente ideário que ritmava o sentimento dos corações liberais. Já, em 1839, Alvares Machado profere um dos seus formidáveis discursos, de alada eloquência. Combatia vigorosamente o projeto que autorizava o governo a aliciar mercenários, importados da Europa, a fim de se levar a efeito invencível ofensiva contra os Farrapos riograndenses. Ao perorar, exclamou o insigne orador:

"Derribe o governo essa bandeira do regresso, respeite as instituições do país, chame em torno de si tôdas as ilustrações, todos os homens bem intencionados; e verá reaparecer todos os milagres do patriotismo. A paz se restabelecerá nas províncias; e, sem estrangeiros e sem sangue, os republicanos do Rio Grande derribarão sua fatal bandeira e voltarão à pátria. O sr. D. Pedro tomará as rédeas do governo no meio da paz e da prosperidade pública".

Finalmente, em 12 de Maio de 1840, presente o projeto de resposta à fala do trono, assinado por Antonio Carlos, Aureliano e Montezuma, desfralda-se o vexilo da propaganda antecipacionista. Honório Hermeto aceifa o desafio e levanta a luva, hábilmente lançada no estrelário de suas ambições políticas. Foi, naquele passo, a missão inglória do incauto Paraná. O projeto de resposta à fala do trono terminava nestas palavras sugestivas e desafiadoras:

"A câmara, sr..... e vendo com prazer aproximar-se a maioridade de V. M. Imperial, assegura a V. M. Imperial que se ocupará com tôda a solícitude dêste objeto..."

Paraná rompeu os debates, em longo discurso. Ora, hábil, ora, sinuoso, pesado, foi divagando, até que atingiu o alvo em que tinha fito o pensamento: — "...como promete ela (a comissão referida) tratar do negócio oportunamente, e quando chegar a maioridade do

Imperador?! Julgo que não foi bem pensado este tópico da resposta...” Porisso, propôs Honório Hermeto se suprimissem as palavras do projeto —... “e vindo com prazer aproximar-se a maioridade...”

A luta estava iniciada. Responde-lhe o deputado Marinho, que mantém aquele período e o justifica brilhantemente. Rezende, Tosta e Nunes Machado apoiam a supressão proposta por Paraná. Antonio Carlos e Montezuma defendem a redação do projeto. Montezuma atea fogo à fogueira incipientemente já trepidante: — “...nem-uma de nós hesita, srs., em declarar S. M. o Imperador maior: — considerações de interesse público podem fazer que um ou outro membro da casa tenha essa hesitação, enquanto à época; pode parecer a algum que S. M. ainda se não acha completamente habilitado para ser Imperador efetivamente!”

Carneiro Leão replica: — “...eu desejo muito que elle tome efetivamente conta do governo do país, quando a lei do país o chame, ou quando suas faculdades estiveram tão desenvolvidas, que nós julgemos que elle tem chegado a esse grau de maturidade, a que ordinariamente se costuma chegar na idade de 18 anos...”

Era visível o espirito de resistência no animo do poderoso homem do dia.

Intervém nos debates Alvares Machado: — analisa a situação nacional, carregadas de apreensões, ameaças e desassossegos, e profere estes conceitos incisivos: — “...O que vejo e o que me parece que escuto, é que o povo do Rio de Janeiro, com a população do Brasil, vê com muito prazer aproximar-se a maioridade de S. M. o Imperador, e que deseja que elle quanto antes tome conta das rédeas do governo, porque está cansado deste governo republicano...”

“Eu, felizmente, não tenho nada a temer; monarchista, e sempre monarchista de boa fé, não temo que apareçam essas contrariedades, porque Deus há de sustentar a monarchia...”

Ainda na mesma sessão de 23 de Maio, Alvares Machado accelera mais impulso à marcha da campanha maioritária, apenas esboçada: narra haver caído no Senado o projeto de lei pelo qual se julgava maior a S. M. Imperial, e desde esse momento toda a especulação se voltou para a câmara dos srs. deputados, porque o povo do Brasil deseja ver entregar-se as rédeas do governo ao homem que não pode ser vivo, senão sendo viva a nação brasileira; deseja ver entregar-se as rédeas do governo ao homem que não pode ser forte, senão sendo forte a nação brasileira; deseja ver entregar-se as rédeas do governo ao homem que não pode ser respeitado, senão sendo respeitada a nação brasileira, que não pode ser grande, senão com a grandeza nacional...

Mas, Carneiro Leão, estadista e homem de mando, afeito à direção do partido de que fôra proeminente fundador, previra a extensão e o vulto dos acontecimentos em torno dos planos de anteci-

pação da maioria imperial, cuja conjuração estava patente nos termos do projeto de resposta à fala do trono. Não vacilou em aventurar golpe temerário e ousado: — ofereceu projeto de lei, pelo qual os deputados eleitos no futuro pleito teriam poderes especiais para reformar o art. 121 da constituição, “afim de que S. M. o Imperador atual possa ser declarado maior antes da idade de 18 anos completos”.

Era o truque da protelação, pois à época de se reunir a nova câmara o Imperador já seria maior, pelo simples decurso de tempo.

Ante as manobras dilatórias, constantes do projeto eleitoral de Paraná, susteve-se a discussão de antecipação de maioria. Na sessão de 3 de Julho de 40, ao discutir o absurdo pedido de pagamento a Guilherme Young & Filho, Alvares Machado termina o seu magnífico discurso de impugnação: — “...Não deixaremos o país entregue a govêrno já indicado pelas folhas públicas como ilegal; salvemos a ordem pública, entregando o govêrno ao sr. D. Pedro II. Discuta-se, pois, quanto antes, esse projeto de reforma, destinado a procrastinar uma época reclamada pela nação inteira. Eu declaro que não quero mais provisórios; mas, se o govêrno do sr. D. Pedro II tem de ser acintemente demorado, ao menos entregue-se, no entanto, a suprema administração a quem compete pela constituição. Se queremos a paz pública, demos-lhe poderoso apôio; remova-se um govêrno que pode causar abalo nas províncias, e que já luta com descontentamento geral. Venha a maioria do sr. D. Pedro II”.

Na sessão do dia seguinte, Paraná pede urgência para a discussão de seu projeto sobre reforma constitucional. Em seu discurso, Paraná alude à anterior atitude de Alvares Machado, quando, em 1837, combateu o projeto que àquela época proclamava maior o Imperador, então com 9 anos de idade. Apoiada a urgência, entra em discussão o projeto Paraná. Alvares Machado defende-se com ironia vivaz e diafanidade irretorquível: — “...é sempre coerente com os seus princípios... desejaria que essas acusações de pretendidas incoerências não partissem do lado que fez a reforma das reformas da constituição, do lado que, entrando para o Poder, desertou vergonhosamente os princípios que estabeleceu, quando oposicionário, do lado que proclamou a bula das circunstâncias; do lado, finalmente, que, falseando nossas instituições, faz da nossa constituição o guarda-chuva do partido, que se abre ou fecha conforme o interesse da facção e de seus membros... Combateu a antecipação de maioria aos nove anos de idade do monarca...”

Em discussão final o projeto, Andrada Machado profere longo e notável oração, de combate à reforma constitucional. Termina, com esta advertência de bom-senso: — “Não quereis remediar os males, não quereis salvar o país das revoluções, o termo se aproxima: eia, tempo virá em que o queirais, mas será sem remédio; então ficareis

perdidos, morreréis nas ânsias e agonias das revoluções e comoções políticas”.

Pela ordem, fala Alvares Machado. Diz achar-se maravilhado do silêncio de Carneiro Leão, autor do projeto de reforma do art. 121 da constituição, diante do discurso de Andrada Machado, que, de maneira irrefragável, demonstrou que o art. 121 não é constitucional, ao mesmo tempo que precisou a necessidade urgente de governo estável, sob a bandeira da ordem, governo de prestígio, que chame e una todos os brasileiros... Ora, quando se pôs em discussão o projeto de maioridade no Senado, só o venrando presidente falou com a sua eloquência lógica a favor do projeto, e nem-um senador se levantou; nem-um dêles disse a menor palavra; e pôsto em votação o projeto, sobre êle caiu uma pancadaria de votos que o derribaram... Dar-se-á que tudo esteja preparado no meio de nós, para cair o projeto, ou para o aprovar, sem se dizer sobre êle uma só palavra?... apareçam os deputados adversários, com suas razões... rebatem os princípios apresentados pelos adversários... digam as razões que os levaram a considerar como constitucional um artigo que o não é...

Em cabo, na sessão do dia 13 de Julho, Alvares Machado profere grandiloquo discurso, na defesa da antecipação da maioridade do jovem Imperador e na demonstração de que o art. 121 não é constitucional. O excelso orador fala doente. Invoca a timidez natural que sente, ao ir tratar de assunto jurídico, depois do discurso de Antonio Carlos: só toma parte na discussão, para se defender da acusação que lhe fez Carneiro Leão, sobre sua incoerência. Essa estranheza de Carneiro Leão e vários deputados, seus acólitos, que a repetiram, muito honra o orador, porisso que “se os meus ilustres colegas estivessem habituados a ver em mim uma dessas bandeirolas políticas, que hoje são republicanas; amanhã, monarquistas; hoje, constitucionais; amanhã, absolutistas; hoje, participando a idéia exagerada da emancipação das províncias, e, logo depois, partilhando idéias inteiramente centralizadoras; se os nossos ilustres colegas estivessem costumados a ver-me sempre nessa mobilidade de idéias, sem dúvida nem-uma não me honrariam muito, estranhando um fato de mudança de convicção sobre a questão de ser ou não constitucional a doutrina do art. 121 da constituição...” De seguinte, desenvolve erudita demonstração sobre casos de maioridade na Inglaterra, Espanha, França, Portugal e outros povos, cujas leis e doutrina evoca e confronta com o texto constitucional em debate. Dessa comparação, a mudança que se operou no orador. “...proscreever a mudança de convicção, proscreever as reformas, as modificações nas idéias, é proscreever a perfectibilidade da espécie humana! Eu acho com Mme. Stael que é rebaixar a espécie humana ao grau de bruto ou irracional! Eu acho que proscreever a mudanças das

idéias, pensamentos e convicções, é, como diz o célebre Lamartine, proscrever a perfectibilidade do género humano, perante o qual a providência abre todos os dias, e cada vez os mais dilatados horizontes”.

Apreeia o direito público dos povos europeus, analisa os tratadistas, põe em confronto com o dispositivo constante do artigo 121 da constituição do Império, regras semelhantes. Mostra a doutrina observada nesses países, desde a remota antiguidade até a época atual, a partir da implantação do regime constitucional, na Europa, cuja história passa em paciente e exaustiva revista. De caminho, provocado por apartes dos conservadores que se opõem à antecipação da maioridade imperial, desde que se acham no Poder, Alvares Machado traz à balha opiniões e atitudes desses políticos e estadistas, e aponta contradições e mudanças contínuas. Quando citava, a respeito, a opinião de Souza Franco, este o aparteia:

— Só se lembra do que eu disse a este respeito; do mais, não fala; — Alvares Machado replica e, de improviso, o confunde:

— Pensei que o nobre deputado dizia que só nos lembramos disto, quando nos achamos no Poder; porque eu queria citá-lo desde já para uma reconvenção...

Isto é, na opposição ao governo, defendia a antecipação maioritária. No governo, o seu partido, era contrário a essa medida, aventada pelos liberais no ostracismo político.

Provocado nominalmente, Carneiro Leão lhe dá este aparte:

— Tôdas essas generalidades em que o sr. está, — responde Alvares Machado:

— Generalidades em que tenho estado, e o sr. nem nelas quer entrar; quer-se conservar calado para depois fazer digestão de tudo o que se tem dito, apresentar as suas idéias e imediatamente — votos, votos...

Depois de esgotar o exame de autores europeus e comparar textos constitucionais, exaustivamente, eruditamente, Alvares Machado vira-se para Carneiro Leão e lhe joga este desafio sem resposta:

— Compete ao nobre colega por Minas a glória de ensinar às nações cultas da Europa, que o art. 121 da nossa constituição não é simples condição de tempo, mas pode influir sobre os limites e atribuições dos poderes políticos e individuais dos cidadãos; mas temo muito que os publicistas não estejam pela decisão do ilustre colega, e nem recebam suas citações...”

Após haver falado, doente, por espaço de três horas a fio, terminada a hora da sessão, Alvares Machado pede lhe seja mantida a palavra para o dia seguinte, em que pronuncia outro discurso igualmente estupendo, monumental e brilhante. Expõe nova bateria de erudição em legislação comparada, desde ciclos longínquos até as constituições mais recentes de seu tempo. Traz o direito europeu,

as tradições imemoriais, através das idades. Estuda a atualidade nacional, salteada de revoluções e desordens generalizadas, de desconfinça e aviltamento. “E qual o meio de tirar o govêrno do Brasil dêsse aviltamento? E’ elevar ao poder a pessoa que tem prestígios, a pessoa que não será atacada, porque nós temos recebido triste lição depois de 7 de Abril até agora...” Ao perorar, exclama: — “Agora devo dizer, sr. presidente, que nem-um motivo pouco generoso me leva a votar desta maneira. Sr. presidente, eu sou homem da roça; não tenho uso da côrte, não sou palaciano, e nem frequento o palácio do monarca, conquanto o ame muito, e mais que muito, e cada vez mais êste amor cresce, à proporção dos males que vejo padecer o país. Todavia, não vou à quinta da Boa-Vista, não me apresento ao sr. D. Pedro II; contento-me em amá-lo, prezá-lo e estimá-lo de longe e só de longe... assim continuarei a servir o sr. D. Pedro II como garantia da paz, da tranquilidade, da permanência de ordem e de prosperidade e não como fonte de graças e de favores”.

Também o deputado Marinho falou, a seguir. Proferiu longo, elegante e eloquente discurso, em rebate aos argumentos da constitucionalidade do art. 121. Limpo de Abreu pronuncia convincente, sereno e elevado discurso doutrinário, pela declaração da maioria imperial por meio de lei ordinária.

Sucedendo-se um ambiente de exaltação na câmara, à medida que os acontecimentos chegavam a seu fim: eram discursos sobre discursos, inflamados e cheios de recriminações e doestos. A exacerbação de ânimos atingia o zenite, e urgia solução prática. Deu-a Paraná, que em discurso extenso e confuso, no qual procurou inverter argumentos da dialética de Alvares Machado, terminou retirando o seu projeto.

De imediato, buscou Alvares Machado reconciliar a representação nacional, naquele instante decisivo da história: — “...que mais nos resta do que apressarmo-nos em proclamar a maioria de S. M. o Imperador, entupir o abismo, abraçarem-se os dois lados e formarmos um só partido...”

Na sessão do dia 20, esforçou-se ainda o grande orador e herói da maioria por formar corrente de unidade nacional em torno da aclamação de Pedro II: transformar-se-ia em improvisa convenção a assembléia geral, naquele minuto extraordinário. Urgia que a aclamação fôsse feita pela nação inteira e com satisfação de todos os da casa: — “...nuvens se aglomeram sobre o horizonte do Brasil que ameaçam iminente tempestade!... se nuvens se aglomeram prenhes de raios que ameaçam grandes estragos, essas nuvens não podem ser impelidas e espancadas para longe, sem que raie o brilhante sol que é hoje o sr. D. Pedro II. E’ êle que nos há de fazer passar o Lethes, afim de esquecermos nossos ódios e dissensões nascidas das circunstâncias excepcionais em que nos temos achado!... só com o govêrno

do sr. D. Pedro II se poderá conjurar a tempestade que ronca, e não longe”.

Na sessão do dia 24, volta à tribuna Alvares Machado: — seu discurso é comovente, embora declare reacear mover afetos. Pede, clama às galerias, ao recinto. Deixemos as explosões de nossos orações para o dia em que o monarca subir ao trono, com a unanimidade de todos os legisladores: elevemos ao trono do Brasil o órfão augusto, cuja minoridade foi confiada à lealdade e à fidelidade da generosa nação brasileira...

Reclama contra o adiamento da entronização, conforme propõe o projeto formulado e em discussão... Pede lhe perdoem a confusão com que falava. A emoção, enfim, tudo fez que desmantelasse o que desejava dizer...

Falam outros oradores. Fala Antonio Carlos: — não quis irritar, não quis a oposição doestar, mas representam a opinião do povo e porisso exigem que S. M. o Imperador entre já no exercício do Poder...

Na sessão do dia 22, fala novamente Alvares Machado: — “...desde o dia 7 de Abril até hoje, o único ligamento que tem havido para reunir os partidos tem sido a câmara dos deputados... Agora, aparece um adiamento da câmara, e em que circunstâncias? Quando a tranquilidade era a mais absoluta (refere-se ao decreto do meteórico ministério Bernardo de Vasconcelos, ministro do Império, por 24 horas) quando nem-uma voz apareceu que perturbasse a ordem, aparece o adiamento fundado na calamitosa acusação de perturbações publicas; trata-se de adiar a câmara; trata-se de fazer sair para fora da capital do Império ao monarca que faz objeto de nosso amor e de nossas esperanças. Onde irá dar tanta audácia?... protesto contra todos os atos praticados por este governo ilegal, intruso e usurpador, ao qual é lícito a todo o brasileiro resistir; vamos para o campo...

Realizado o golpe de estado, a 23 de Julho de 1840, na primeira sessão ordinária da câmara fala Alvares Machado: agradece o concurso das tropas, da mocidade, do povo em geral, na hora sublime da aclamação do jovem Imperador. Desfralda a bandeira da concórdia, em tórno da qual se devem reunir todos os brasileiros amigos de nossa pátria...

Desta distância, à luz dos Anais da Assembléia, compassemos os acontecimentos vertiginosos, que a pouco e pouco se foram avolumando, até o desfêcho patético das câmaras reunidas nas salas do Senado, em pacífico e desconcertante golpe de estado. Ou, confrontemos as personagens parlamentares, de maior projeção e re-

lêvo, naquele drama da nacionalidade. Ninguém foi maior, ninguém foi mais convencido, mais abnegado, mais sublime, eloquente e empolgante; ninguém foi mais autêntico herói da jornada antecipacionista, do que Alvares Machado, com cuja grandeza genuína transpôs já esta centúria, mas grande, maravilhosamente grande, coerente e sincero, só igual a si próprio.

Por igual, ninguém teve carreira parlamentar mais brilhante e agitada, pungida de renúncia, mas também, mais trabalhada de injustiças e iniquidades, nos primeiros 24 anos de soberania.

Contudo, outras faces dessa grande vida merecem enumeradas, nesta espécie de piedoso balanço do primeiro século de sua morte. Na impossibilidade material de reunir numa só palestra todos os lances dessa grandiosa existência de consumado parlamentar, insigníssimo orador, homem de estado, intelectual poeta e homem de ciência, resta-nos o dever de relato de sua desinteressada e providencial ação tribuniária, em defesa dos Farrapos riograndenses, sem nunca ter deixado de ser sincero monarquista liberal.

Mas, monarquista, constitucional, representativo e liberal, como invariavelmente se declarou, Alvares Machado nunca deixou de ser nobre e puro de caráter. Sempre justo, jamais deixara calar a confissão de sua imensa sinceridade. Porisso, havia e êle nunca occultaria, havia próxima afinidade eletiva, entre o idealismo farroupilha e a formação moral e política de Alvares Machado. Como os Farroupilhas, Alvares foi sempre autonomista e, pois, descentralista: bateu-se pela autonomia das províncias, cuja aspiração máxima foi a causa precípua da grande revolução riograndense. Alvares Machado definiu a sua orientação quase federativa, no combate à migalha do Ato Adicional, e, mais tarde, na sua vigorosa impugnação à chamada interpretação ao Ato Adicional, que mais não seria que simples centralização administrativa contra as províncias.

Homem de partido, militante, mas, mais que tudo, homem de raro caráter, Alvares Machado foi exemplar sem igual como homem independente, incapaz de transigir na sua consciência sem falhas. Do primeiro lance ao epílogo da grande revolução riograndense, Alvares Machado foi, assim, admirável espécie de defensor, senão francamente da finalidade daqueles centauros intemoratos, pelo menos, defensor do caráter riograndense, da qualidade de seus vultos insígnies, da lisura diáfana de seus processos guerreiros e do cavalheirismo de bravos autênticos e sublimes na sua generosidade transparente. Homem ativo na coragem de suas afirmações, Alvares Machado exclamara em plena Assembléa Geral: — Entre as revoluções que têm surgido, é preciso não confundir a rebelião do Pará com as revo-

luções de 17 e 24, de Pernambuco. Isto é, estas representavam idéias políticas, aspirações elevadas. Doutra feita, rebatia afirmações contidas na fala do trono, quando no governo o ministério das capacidades, que se referiu aos desordeiros do Pará e Rio Grande do Sul. Alvares Machado disse: — “Os desordeiros da provincia do Rio Grande do Sul não são certamente daqueles nos quais se possa fazer uma carnificina. Desgraçadamente para nós, aconteceu que a melhor mocidade do Rio Grande do Sul se deixou ilaquear pelas idéias exageradas do republicanismo, e as melhores famílias da provincia do Rio Grande do Sul, a mocidade mais interessante, mais forte, mais corajosa, mais rica do país, os proprietários do interior abraçassem a rebeldia...”

Quando em 39, aludiu o ministério ao “emprêgo da força para abater, a ferro e fogo, os Farrapos, ecoou no recinto da Assembléia a inspirada eloquência de Alvares Machado, de apêlo à concórdia:

“...É’ porque desejo chamar à ordem o Rio Grande do Sul, e não o seu solo coberto de cadáveres de seus habitantes, mas, os riograndenses; é porque desejo ver nas fileiras da legalidade êsse Bento Gonçalves, que foi sempre a muralha do Brasil, daquelle lado, e, com êle, Bento Manuel, êsse primeiro mestre de campo daquela guerra; é porque quero chamar o Rio Grande à ordem, e, com êle, êsse jovem guerreiro Neto, digno de puxar a espada por outra causa; é porque quero chamar à ordem o Rio Grande, e, com êle, um dos cidadãos mais honrados que o Brasil possui, uma espécie de estrêla, (deixe assim dizer) que caiu do céu... êsse João Antonio da Silveira...”

Ao subir o ministério da maioridade, sob a chefia de Antonio Carlos, estaria naturalmente indicado, a preceito, o homem público, apto a inspirar confiança aos assombrosos lidadores gaúchos que, há já cinco anos, desafiavam a perícia guerreira aos defensores do unitarismo do Império bragantino. Êsse homem era Alvares Machado, que, aliás, ficara fora do ministério, de cuja exclusão a história não encontrará elementos, para decidir e justificar, à plena satisfação da curiosidade perquiridora...

Ao compôr o seu ministério da maioridade, Antonio Carlos diligencia liquidar com a guerra dos Farrapos. Interperlado na câmara, o velho Andrada tropeja:

“Quanto aos negócios do Rio Grande do Sul, devo dizer francamente o que disse outrora: — hei de fazer a guerra, e guerra forte, aos rebeldes, se acaso recusarem obedecer e entregar-se a seu legítimo monarca; a administração, porém, está pronta a escutar os rebeldes, se acaso fizerem êles, e não nós, proposições, se resolverem entregar-se ou render-se, requerem uma ou outra segurança para as suas pessoas, contanto que não tendam nem de longe a ferir a dignidade nacional. Quanto aos que, arrependidos, vierem,

“farei o mesmo que a administração passada devia fazer. Sua Magestade perdoará, por conselho nosso. Quanto, porém, aos vencidos “que houverem de se julgar, a administração terá cuidado que “nem-uma só porção de rigor, além daquela que a lei destina, cáia “sobre as cabeças dos miseráveis, porque sendo culpados estão “debaixo da lei”.

Galopava, — já escrevi eu, noutro passo decisivo — galopava nos trôpos imponentes de sua eloquência a arrogância típica dos grandes Andradas, já agora, em côro comum nos arroubos de vaidade e ostentação de mandonismo político, cujo penacho molduraria os homens de governo, durante o Império. Queria cada situação que transitava nas culminâncias do Poder, semostrar alguma promessa de novidade, da pureza das suas intenções no governo. Na caricatura de parlamentarismo, tinha cada ministério o desejo utópico de “fazer a felicidade da Nação”.

Antonio Carlos nunca deixou de ter simpatias pela causa dos riograndenses, diante de cuja epopéia foi sempre discreto e moderado: — não se desdenhava de se corresponder com grandes vultos gaúchos. Mas o Andrada do gabinete da maioridade, na pasta do Império, afirmaria que “a administração atual, porém, está pronta a escutar os rebeldes, se acaso fizerem êles, e não nós, proposições...”

Acochado, na mesma sessão, por Honório Hermeto, Rodrigues Torres e Maciel Monteiro, responderia Antonio Carlos: — “o governo ia tratar da pacificação riograndense...” Aí se definiu o grande Andrada. E era coerente: — ao discutir a proposta de prorrogação de suspensão das garantias constitucionais no Rio Grande do Sul, pois que o ministério de 1.º de Setembro também intentava realizar guerra, e guerra forte, Antonio Carlos afirmou, da tribuna, este preceito de bom-senso:

“...cuido que o Rio Grande do Sul, hoje, tem mais precisão de “calmantes... O sr. ministro continuando no sistema conciliatório, “fará grandes serviços à pacificação da provincia...”

Era de conciliação, em verdade, a ação de Antonio Carlos, embora impressionasse a opinião pública naquela tirada de guerra, e guerra forte. Para isso, resolveu enviar ao Rio Grande a Alvares Machado, a quem chamara, por intermédio de Montezuma. Antonio Carlos informara a Alvares Machado que “recebera cartas de Bento Gonçalves pedindo que fôsse ao sul ou seu irmão (Martim Francisco) para com êle tratarem de uma pacificação amigável da provincia; que o sr. Antonio Carlos queria ir, mas os seus colegas não aprovavam a sua ida, nem a de seu irmão, e que porisso se lembrou de confiar a Alvares Machado essa missão; que Alvares Machado poderia desempenhá-la, visto que os rebeldes não tinham queixas contra êle”. E assim partiu Alvares Machado para o sul, em missão secreta, à custa própria, sem nada receber do Tesouro, afim de

ninguém descobrir o que tramava o insigne Antonio Carlos, sobre entendimento pacifista com os riograndenses.

Iniciadas as conversações entre o enviado oficial e os revolucionários gaúchos, em caráter particular, foi Alvares Machado, logo depois, nomeado e empossado presidente da Província. Ao mesmo tempo que a administrava, curava de preparar a ofensiva contra os Farroupilhas e lançava os meios suasórios de os desarmar moralmente. Apenas no governo da Província, Alvares Machado, tentou êle prosseguir negociações pacificadoras. Para isso, manteve entendimento com Bento Gonçalves, e, juntamente, mobilizava recursos para a ofensiva paralela às combinações encetadas. Publicou comoventes e altivas proclamações aos revolucionários, a conclamá-los à pacificação do Rio Grande. Entretanto, eu já tive oportunidade de asseverar: — havia no seio do ministério desarmonia quanto à política ministerial para com o caso riograndense. Alvares Machado era, no Rio Grande, o mediador oficial do governo, para acertar a pacificação da Província, com os Farroupilhas. Interpunha-se antagonismo no seio do novél gabinete e Antonio Carlos e isto, bem é de ver, enfraquecia a orientação de seu grande enviado:

— “Vença” — dizia o governo. “Negocie e apele para a persuasão” — aconselhava Antonio Carlos”. Essa, a lição de Calógeras.

“O ministério, — explica o insigne Calógeras — “o ministério vivia paralisado entre tendências contraditórias: a séde principal “do dissídio era a conduta da guerra no Rio Grande do Sul, os Andradas, favoráveis a parlamentar com os rebeldes, e, voto único “por uma política de emergência e de pacificação pelas armas, “Aureliano de Souza Coutinho. Decidiu o jovem soberano seguir “esta corrente conservadora...”

Aureliano queria a pacificação pelas armas. Resultado: vencedor o ministro áulico, o ministério caiu e, com êle, o presidente da Província, pois que Alvares Machado era sincero e lealíssimo, para aceitar e cumprir a ação arrogante, dissolvente, de Aureliano Coutinho, cuja ascendência política na vida nacional constitui, segundo Joaquim Nabuco, genuino enigma indecifrável.

Ainda, consoante Calógeras, Antonio Carlos aspirava debelar a rebelião riograndense, mas queria chegar a tal pacificação negociando acórdos: “Iniciou sua tarefa de modo tão incapaz e saltitante, que conseguiu apenas enfraquecer a posição oficial do Império na província, e, consequência natural, logrou sómente prolongar a revolta por mais cinco anos”.

De sorte que essa incapacidade e saltitância do ministro do Império fatalmente se haviam de refletir na ação de seu grande delegado na presidência riograndense. Não houve, entre Alvares Machado e Antonio Carlos, sequer, sofrível unidade de vistas e orientação. E assim se explica a razão, segundo a qual, Bento Gon-

çalves, interpelado sobre a conciliação de cujas bases sumárias era portador Alvares Machado, respondeu a este "que estavam esperando resposta do ministro do Império". Tal duplicidade de atitudes, entre as instruções levadas por Alvares Machado e veladas promessas aos revolucionários, daria como resultado precípuo o enfraquecimento da autoridade, ao mesmo tempo que geraria desconfiança nos republicanos. Porisso, e só porisso, se explica o incrível mau humor no grande Andrada, quando desabridamente contestou a Alvares Machado a significação da embaixada e as razões originárias que determinaram o desfêcho das negociações pacifistas, tão ardentemente acariciadas pelo excelso Antonio Carlos.

Em homenagem à verdade histórica, de advertir é que ondeava atmosfera trepidante, carregada de intriguilhas e de insinceridade, nos grandes desígnios políticos da Côrte. Para ferir a sensibilidade legalista, "dizia-se que o ministério aqui e o presidente no Rio Grande do Sul queriam entregar a Província aos rebeldes, não queriam pacificar, e queriam dar ganho de causa aos revolucionários..." Melhor elucidada a situação inglória, corrente àquella época, o próprio Alvares Machado, quando respondia ao deputado Marinho:

"...a intriga diminua minha força moral perante um e outro campo: cartas de fingidos republicanos, cartas anônimas idas daqui e de Porto Alegre, inundavam os arraiais dissidentes; elas diziam 'lhes que não se fiassem em mim, que os ia iludir... a intriga lançava mão de todos os ardis para nulificar a minha empresa. Para que eu levasse a pacificação a seu termo era mister a melhor cooperação da legalidade; também porisso a intriga lançou mão do recurso mais atroz e cruel: quando por um lado me intrigavam com os rebeldes, por outro me nulificavam perante os legalistas. O deão da ordem mandava escrever por seus sabujos que eu ia para o Rio Grande entregar a Província aos rebeldes... Espalhavam as fôlhas da calúnia que o ministério da maioridade estava moribundo... Que garantias de duração nos oferece o sr. Alvares Machado, — me diziam os rebeldes, — que garantias de duração poderemos ter do govêrno que assim nos chama e nos perdôa? Quem sabe se, a esta hora, em que o sr. nos está falando, êsse govêrno já não existe; quem sabe se, a esta hora, está o país entregue a êsses homens implacáveis que nos empurraram, apesar nosso, no vórtice republicano; quem sabe as perseguições que ainda vão aparecer; quem sabe se o sr. poderá voltar para o meio dos seus?!" E pergunta o grande orador: — No meio de tais circunstâncias tão contrárias, seria possível efetuar-se a reconciliação?

Os acontecimentos que se desenrolam no Império, durante o memorável drama farrroupilha, foram de tal abalo político, que, em verdade, repercutiam intensamente nos próprios gabinetes, cuja precária existência se contava pelos revezes que sofriam as armas legais

nas coxilhas riograndenses. Na Assembléia Geral foram os negócios do Rio Grande o tema permanente nas discussões. Ainda depois de terminada a pasmosa epopéia federalista, abatidas as armas rebeldes, invencíveis e heróicas, eram êsses feitos homéricos o assunto predileto nos arroubos da eloquência parlamentar.

Até no Senado, a Sibéria do Brasil, até no Senado escaudava os temperamentos a indagação de tais sucessos trepidantes.

Assim que ao grande Andrada coube levantar a luva da provocação ardilosamente lançada pelo terrível Vasconcelos, o homem que mais contas tinha a ajustar com o grande Alvares Machado, cuja eloquência peregrina tanto o havia perturbado em sua sinuosa política saltitante e ambiciosa.

De feito, insinuou e exacerbou o velho Andrada, com sofisticas interrogações e censuras, quanto ao êrro do então ministro do Império, na escôlha de Alvares Machado, como embaixador da pacificação riograndense, cujos reveses Vasconcelos partilhava e lamentava. Antonio Carlos tomou o pião na unha e vociferou: — “Alvares Machado se oferecera para desempenhar aquela missão. Antonio Carlos se opunha; entretanto, seus colegas de ministério o aceitaram, e, pois, o chefe do gabinete concordou, a contra-gôsto. Expôs que Alvares Machado, a princípio, era pelos rebeldes, mas que, depois, se atirou para o outro lado, “...e disse que, conquanto eu fôsse paulista (fala Alvares Machado) todavia não podia campar de corajoso, e assim procurou lançar sôbre mim a responsabilidade de se não efetuar a pacificação...”

O grande orador, cruelmente atingido, em hora infeliz, pelo seu religionário e velho amigo, replicou em discurso estupendo. Foi, talvez, o lance mais doloroso dos triunfos oratórios do insigne orador: era o rompimento com velha e cordial amizade, de terrantêzes e fraternais companheiros, em memoráveis jornadas.

Narra Alvares Machado a história de sua missão; fa-lo, porém, em termos sóbrios, contidos e corteses, de nobre amigo e amestrado campeão da tribuna, sem rival entre os contemporâneos. Os períodos desfilam singelos, espontâneos e impecáveis. “...a memória do sr. Andrada Machado é, na verdade, prodigiosa; mas ela falhou inteiramente sôbre êste objeto... O sr. Montezuma, cuja ausência desta casa o Brasil deve deplorar, foi à minha casa despedir-se para a Europa, e me disse que o sr. Andrada Machado queria falar-me naquele mesmo dia, para me incumbir de missão importante... o sr. Montezuma fez-me entender que era para o Rio Grande do Sul; como dias antes se me tinha tocado a respeito da presidência daquella província, e eu havia respondido que não era próprio para aquella missão, o mesmo respondi ao sr. Montezuma... Mas êste só me dizia que fôsse ao ministro; fui, e, então, o sr. Andrada Machado comunicou-me que recebera cartas de Bento Gonçalves pedindo que

fôsse ao Sul o sr. Andrada Machado ou seu irmão para com êle tratarem de uma pacificação amigável da província, que o sr. Andrada Machado queria ir, mas que os seus colegas não aprovavam a sua ida, nem a do seu irmão, e que por isso se lembrou de confiar-me essa missão; que eu podia desempenhá-la, visto que os rebeldes não tinham queixas contra mim. Ponderei ao sr. Andrada que aquele passo podia bem ser um estratagema da rebelião: e o sr. Andrada Machado me perguntou que ganhavam êles com isso? Tornei-lhe que podiam ganhar adormecendo ao ministério com essas esperanças illusórias, e deixar arrefecer o fogo do entusiasmo que a maioria tinha difundido na nação, que se não recusaria a uma leva em massa sobre o Rio Grande, se tanto fôsse preciso, para repor ao país em seu estado normal... Respondeu o sr. Andrada Machado que a politica do gabinete era de moderação e força; que a minha ida não suspendia a marcha de grande força para o Sul... Aceitei a comissão cuja delicadeza, dificuldades e perigos eu previa; mas não quis que os remorsos perturbassem um dia o meu sossego, acusando-me de não me sacrificar a favor de uma tentativa, que, coroada de successo, acabava com uma guerra tão longa e tão prejudicial ao meu país... A missão seria secreta, nada receberia do Tezouro, faria tudo à minha custa. Pedi passa-porte; recebi as instruções e officios, e parti... Não me ofereci para ir ao Rio Grande: a tanto não chegava nem o meu patriotismo nem a confiança que pudesse ter em mim; e, demais, acho-me com muito poucas disposições para representar Dom Quixote... Como o sr. Andrada Machado respondendo à opposição de então, disse que eu fui a meu negócio à Província do Rio Grande; sofri tudo nesta casa e fora dela, sem revelar o segredo do governo, e, se agora falo nisto, é porque o mesmo homem que me mandou, rompeu o mysterio, e nesse caso saiba-se o modo por que os factos se passaram, e não de maneira que me fique desairosa, pois que nossa honra é nossa primeira propriedade, é a propriedade de nossos filhos, amigos e da pátria... agradava, atraía, chamava a mim os rebeldes: era essa a minha missão... A politica do governo era a da conciliação apoiada pela força: logo que os dissidentes rejeitaram uma cousa, aceitavam outra necessariamente. Assim fiz. Mas não apelamos só para a força material... enquanto o general encarregado da campanha atacava ao inimigo, eu ainda os aliciava e os chamava ao grêmio da pátria..." À peroração, exclama: — "...porque descobre no seu aliado politico só razões menos nobres e generosas, porque me pinta como um fátuo, um presumido, versátil e degenerado da coragem vernácula?..."

Na sessão de 29 de Agosto de 45, no Senado, Andrada Machado replica a oração de Alvares Machado, em virulento discurso. Entretanto, o grande tribuno doutras épocas divaga, sofisma, inverte proposições claras, sempre em tom arrogante e cioso do penacho, que

o distinguia. Já o raciocínio daquele insigne espírito e formidável inteligência claudicava: assim que declara "...manifestei-lhe os desejos do governo, aos quais êle acedeu prontamente... Ora, tal aceitação que é senão oferecimento?" Isto é, transmitira a Alvares Machado a vontade do governo de enviar Alvares Machado, para secretamente sondar o ânimo dos Farroupilhas, e, como, segundo alega, Alvares aceitou prontamente a missão, pergunta: — tal aceitação que é, senão oferecimento?

Infelizmente êsse discurso não depõe para a história, mas depõe contra a história.

Ao terminar, esbraveja o grande tribuno: — "...restando-me dizer-lhe que de hoje em diante se eleva entre mim e êle um muro de bronzes".

Pungente ironia do destino: — a 4 de Julho de 1846 falece Alvares Machado, e é inumado em carneira do Mosteiro de São Bento. Andrada Machado falece logo depois e é sepultado em outra carneira do Mosteiro de São Bento, mas de modo que entre os dois gloriosos lutadores apenas estreita nesga de tijolos os separaria no sono eterno...

A angústia necessariamente delimitada à extensão desta palestra comemorativa, me impede de apreciar outras faces da vida heróica de Alvares Machado, — o poeta insigne, o naturalista, o clássico da língua; e, na Assembléia, outras campanhas memoráveis que êle desempenhou, na sua agitada e agigantada existência de notabilíssimo parlamentar e patriota. De feição que deixo para outra hora de laser o seu culminante papel na discussão da "pretensão dos Caraças", sobre colonização, aliciamento de mercenário, a pacificação do Rio Grande, pois que nesses lanços, proferiu eruditos discursos de transfiguração épica.

Figura culminante no seu tempo, na tribuna parlamentar, coube-lhe o destino de tersar armas com os maiores vultos da Assembléia Geral: Bernardo de Vasconcelos, Maciel Monteiro, Marinho, Paraná, Rodrigues Torres, Calmon, Nunes Machado... Contra todos se bateu o titã, e sempre, pelas idéias mais liberais e avançadas. Foi a maior eloquência que, até hoje, já se ergueu em defesa da Farrapiada homérica, cujos vultos titânicos tiveram nele a grande voz de redenção nacionalista. Também nunca a eloquência parlamentar subiu tão alto, no Brasil, senão quando o gigante orador defendia os Farrapos, mas defesa tôda sua, tôda original e única: sem nunca ter sido republicano, Alvares Machado compreendeu (privilégio do gênio que lhe nimbava o cérebro) a nobreza do gesto farroupilha, avaliou e exalçou o merecimento, quase fenomenal, de seus campeadores imortais. Sentiu a vibração ideológica e sublime,

que animava a fronte e o coração daqueles campeadores incomparáveis.

Personalidade marcante, intransigente, no feitio de seu carácter puritano, de autêntico predestinado, Alvares Machado foi individualidade representativa, que simbolisa o Brasil, no século em que viveu. Pois que foi a mais tocante e alada expressão da tribuna parlamentar, a pról dos maiores interêsses nacionais. Homem-montanha; homem-culminância, cuja projecção intellectual e cuja eloquência gigantea já transpuseram, intactas, a primeira centúria de sua morte e mergulham na vertigem indefinida, da segunda, perpetuado na glorificação da nacionalidade.

Recordá-lo é exaltar o merecimento, que não morre, e apontá-lo, como exemplo de inspiração nacionalista, nestes dias de incerteza interrogativa, de "áustera, apagada e vil tristeza".

REVISTA TRIMENSAL

do

Instituto Historico e Geographico

da

Provincia de S. Pedro

Anno III

Volume III

Pôrto Alegre

Typografia do Correio do Sul

Beco da Opera n.º 21

— 1 8 6 2 —

(Continuação do n.º 101) *

ADMINISTRAÇÃO DO 3.º ANNO SOCIAL DO INSTITUTO, ELEITA EM

SESSÃO DE 25 DE MARÇO DE 1862

Presidente — O Exm.º Sr. Barão de Porto Alegre, (reeleito).

Vice-Presidente — Dr. Manoel José de Campos.

1.º Secretário — Dr. João Luiz d'Andrade Vasconcellos.

2.º Secretário — Dr. Paulo José Pereira.

Orador — Tenente Coronel Felipe Bethezé d'Oliveira Neri.

Thesoureiro — Firmiano Antonio d'Araújo.

1.ª Comissão — Fundos e Orçamento. — Relator, João Damasceno Ferreira — João Cavalcanti de Mello Albuquerque — Antonio Vieira d'Aguiar.

2.ª Comissão — Estatutos e redacção da Revista — Relator, Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba — Tenente Coronel Felipe Bethezé d'Oliveira Neri — Dr. Jacinto da Silva Lima.

3.ª Comissão — Revisão de manuscriptos. — Relator, Dr. José Antonio do Valle Caldre Fião — José Feliciano Fernandes Pinheiro — Cirurgião-mór de brigada Ignacio Manoel Domingues.

4.ª Comissão — Trabalhos historicos. — Relator, Francisco de Paula Soares — Carlos Hoefer — Dr. Thomaz Lourenço de Carvalho Campos.

5.ª Comissão — Trabalhos geographicos — Relator, Dr. Antonio Augusto de Arruda — Dr. Paulo José Pereira — Dr. Antonio Dias da Costa.

6.ª Comissão — Archiologia, ethonographia e lingua indigena. — Relator, João Miguel Spencer — Nathaniel Plant — Carlos Hoefer.

7.ª Comissão — Admissão de socios. — Relator, Francisco de Paula Soares — José Maria de Andrade — João Cavalcanti de Mello Albuquerque.

8.ª Comissão — Pesquisas de manuscriptos. — Relator, bacharel José Feliciano Fernandes Pinheiro — Tenente Coronel Pedro Maria Xavier d'Oliveira Meirelles — Tenente Coronel Felipe Bethezé d'Oliveira Neri.

N. R. — Conforme prometemos, reeditarmos aqui o 3.º e ultimo volume da "Revista" do antigo Instituto Historico e Geografico da Provincia de São Pedro.

INSTITUTO HISTORICO

2.ª SESSÃO ANNIVERSARIA EM 23 DE FEVEREIRO DE 1862

Presidencia do Exm.º Sr. Tenente General Barão de Porto Alegre.

Aos vinte tres dias do mez de Fevereiro de mil oitocentos e sessenta e dous, reunidos no salão da Câmara Municipal desta cidade o Exm.º Sr. tenente general Barão de Porto Alegre e socios presentes do Instituto Historico Geographico Rio Grandense; comparecendo por convite do mesmo Instituto o Exm.º Sr. Presidente da Provincia, os Srs. presidente da Camara Municipal, consules de França e Portugal, commandante da Escola Auxiliari, chefe de Thesouraria da Fazenda e outros diversos e grados cidadãos, abriu o Exm.º Sr. Presidente a sessão, lendo o seguinte discurso:

“Ha dous annos, que a nobre associação que festeja hoje o seu segundo e auspicioso anniversario, era apenas um embrião informe, o pensamento audaz de algumas imaginações patrioticas, a aspiração ingente de alguns corações robustos.

“Tinhamos contra nós o frio da descrença; as preoccupações da quadra; as recordações de uma tentativa abortada; e as desconfianças que acompanhavão sempre toda empreza nova.

“Porém, quizestes vós, que tinheis n'alma a fé robusta do porvir da nossa nobre terra, e esta terra feita para grandes cousas não illudío as vossas esperanças.

“Criastes o Instituto: planteastes um bello e grande pensamento!

“Forão incertos seus primeiros dias, e são ainda hoje difficeis seus destinos. Ainda a planta carece da dedicação e affectos do cultor zeloso que a lançou á terra; pede o amparo de todas as dedicações, a collaboração de todas as intelligencias; mas quão longe que lhe ficão hoje os sustos e as fraquezas de hontem, e como transparece no seu gesto altivo a vitalidade deste torrão generoso, em que nunca bate uma empreza nobre, sem que lhe surja logo uma existencia forte!

“O relatorio do nosso digno 1.º secretario interino resume a acção do anno social passado, fazendo a animada resenha do muito que devemos esperar dos pacientes e modestos esforços, com que sós e desajudados de todo favor e influencia publica, tendes accrescentado o cabelal historico, que deve conservar ás gerações futuras os grandes feitos de nossos bons maiores.

“Avulta entre elles o meritorio empenho de escreverdes as biographias dos mais illustres varões, que por armas ou letras brilharão no firmamento rio-grandense; e essa obra, quando a terminardes, quando reunida n'uma só grinalda tiver tecido a mais bella corôa da nossa terra, terá, só ella illustrado tambem o vosso nome entre os mais benemeritos da provincia.

“Como me ufana esta idéa, senhores, e quanto me honro de haver partilhado della! Homem de espada, gasto no rude, em que glorioso, mister da guerra o tempo que houvera devido dar a mais amplo cultivo da minha acanhada intelligencia, eu não vos pude trazer mais que as animações de

uma alma afeita a enthusiasmar-se com a idéa da patria, e a firmeza de quem aprendeu nas duras provações dos campos a não succumbir ás difficuldades. A vossa bondade disse-me que era muito, e quiz honrar nas cans do mais obscuro soldado da Independencia as tradições daquelle heroico exercito, de que eu vos poderia contar a imperterrita coragem, o animo inapeavel, e as virtudes com que soube vencer os quasi invenciveis lusitanos.

“Durante dous annos tenho acceitado grato e submisso essa pesada e immerecida gloria. Contemplava-a como um tributo das novas gerações ás que as precederão; porém hoje é tempo de que a robusta intelligencia desta época rica de nobres esperanças reclame o lugar que lhe pertence.

“Coube-nos a nós, homens da geração passada, uma bem formosa missão; a vós, senhores, que florões do presente vêdes lusir o futuro, a vós pertence-vos continuar nossa obra, e conservar na sua memoria as formosas lições que ella vos lega.

“Vêde: abre-se no campo glorioso do Ypiranga, com o grito marcial do Rei-libertador, para fechar-se nas sangrentas quebradas de Monte Caseros, aos victores da ordem e da liberdade sobre a anarchia e o despotismo.

“Acolá o brado nacional surge dos labios do Rei, e se converte em lâbaro invicto ás plagas do estrangeiro, para quebrar-lhe os ferros.

“Aqui e alli, sempre e em toda a parte, a mesma vida pelo mesmo sôpro — a gloria do Brasil, pelo estreito amplexo da liberdade com a monarchia!

“Sr. presidente, a presença de V. Ex. neste recinto nos é um novo penhor de prosperidade. Digno delegado daquelle que honra o seu reinado protegendo as letras, e continuando o intimo laço que une a coroa do Brasil a todas as grandesas da patria, V. Ex.^a não desdenhará dar a esta nascente associação a protecção publica de que careça. Em todo caso V. Ex.^a poderá dizer a S. M. o Imperador que esteve no meio de uma reunião de Rio-Grandenses que desvividos pela historia patria, achavão em cada pagina desta um novo titulo de gratidão e amor para com a excelsa Dynastia do Immortal Fundador do Imperio.

“Está aberta a sessão”.

Em seguida lêo o Sr. Dr. João Luiz d'Andrade e Vasconcellos, nomeado anteriormente para servir de 1.^o secretario no impedimento do respectivo 1.^o secretario o seguinte relatorio dos trabalhos e andamento do Instituto durante o anno do exercicio:

“Impedidos os dous distinctos secretarios do Instituto, por causas que este em sua justiça reconhece forçosas, quiz a sua benevolencia honrar o mais acanhado de seus membros com a immerecida distincção de substitui-los nesta sessão solemne.

“Ardua seria já a tarefa para quem como eu tem tão poucos titulos a occupar-a; porem a difficuldade requinta vendo-me collocado inesperadamente no lugar que outros mais habeis illustrarão, e lutando com o eco autorisado de vozes mais profundas e eloquentes.

“Devo em seu lugar fazer o relatorio da vida desta illustre associação durante o anno passado, preenchendo o encargo detalhado no art. 29 de seus

estatutos; e peço-vos senhores que não me julgueis pelo acanhado e insufficiente da obra, mas sim pela profunda dedicação com que a comprehendo em respeito das determinações deste distincto corpo.

“Seja-me todavia licito, antes de entrar na tarefa que propriamente me incumbe, dar neste lugar sincero testemunho da adhesão e reconhecimento do Instituto ao distincto varão que hoje o preside, a S. Ex. o Sr. general barão de Porto Alegre, cujo nome parece destinado a ir na frente dos mais gloriosos continentes desta privilegiada provincia, e que reúne á gloria de fundador e primeiro presidente do Instituto, a de haver sido seu mais firme esteio, dando o exemplo de dedicação e amor pela formosa obra, que deve levar ás gerações futuras a tradição famosa de tantas nobres acções e grandes feitos, como deixarão nossos pais escriptos com o mais puro de seu nobre sangue.

Organisação do Instituto.

“No brilhante e preciso relatorio do anno passado expoz-vos, senhores, o seu incansavel e intelligente 1.º secretario o pensamento da criação deste Instituto, registrando nomes respeitaveis, que conquistarão na historia da provincia e na historia do paiz a veneração, que se consagra ás acções grandiosas. Vistes, senhores, que no curto periodo de um anno já o Instituto contava em seu seio um numero crescido de intelligencias que se apressavão a acolher um pensamento, plantando a semente do porvir que a provincia terá de referir ao facto desta criação.

“Não era facil a empresa. A prevenção que facilmente encara com desfavor as obras da dedicação patriótica, buscava a esta outra fonte menos airosa e pura explicando-a por conveniencias de occisão, e como parte de combinações politicas. Não negamos até certo ponto. O Instituto não era um meio para chegar a um fim politico qualquer: mas não se lhe pôde negar uma influencia necessaria, que precisamente ha de ter não só na politica como em todo movimento social tendente ao engrandecimento da provincia.

“Assim, senhores, a essa barreira a seu andamento escalava o espirito pertinaz, quebrando com o choque de sua eloquencia as sophisticas idéas, que poderião acarretar o desfallecimento do plano monumental, que nascia a um tempo de um limitado circulo de cidadãos honestos e devotados á gloria de seu paiz.

“Um anno de existencia, bastou para que o Instituto tivesse colhido o fructo de suas sollicitudes, e já muito houvesse contribuido para o estado em que o encontramos, vencendo impavido os primeiros entraves de uma existencia votada a maiores destinos; e revelando-se a todas as intelligencias como uma bella aspiração e um grande facto, foco incessante de labor patriótico, e avido quanto illustrado recollector desses mil nadas, que são desapercibidos dos contemporaneos; porém sobre os quaes a historia formula ás vezes todo o character e a vida de uma epoca.

“Assim, senhores, o Instituto Historico sente não ter podido elevar o numero de seus socios para abrir terreno a eminentes illustrações, que

almeirão a honra de ligar o seu nome á sua corporação: hoje completo com a aquisição escrupulosa que tem feito durante o periodo de seu 2.º anno, tem esperado o fructo da experiencia para pensar com madureza na conveniencia de não cercear-se o numero prefixado pelos seus estatutos organicos.

“Nem sempre a mais perfeita obra é o fructo de um unico esforço: nem sempre tambem esforços differentes e multiplicados dão em consequencia todo desenvolvimento e perfeição. Firmado neste principio logico tem procedido o Instituto procurando apreciar o resultado de sua lei organica, e colher, para melhora-la, os dados, que durante sua existencia a observação e a experiencia lhe tem ministrado.

Estatutos.

“Desde sua organização tem sido o Instituto regido pelos seus estatutos de 26 de Fevereiro de 1860. Dous annos de experiencia mostra-lhe a necessidade de ligeiras reformas afim de evitar difficuldades, em que se tem visto collocado, e que raras vezes são previstas em um primeiro trabalho. Entre outras medidas á adoptar é essencial a da creação de uma classe para aquellos socios, que, admittidos como socios effectivos durante o exercicio de commissões nesta capital, obstat o completo para os trabalhos ordinarios logo que são chamados para identicos cargos em outros pontos do paiz.

“Conciliar esta necessidade e a gratidão de sellar relevantissimos serviços prestados por esses socios durante o seu exercicio como taes, é uma das primeiras idéas do Instituto na reforma que precisa fazer nos seus estatutos vigentes.

“Tambem lhe merece attenção a idéa de premiar indistinctamente os serviços especiaes prestados á provincia no aperfeiçoamento das artes e da industria fabril, e para o que discute sobre a natureza de premios con-dignos á importancia desses serviços.

“Estas e outras considerações moverão o Instituto a acceitar a proposta de alguns socios no sentido de reformar alguns pontos dos seus actuaes estatutos, e com o especial fim de estimular o adiantamento da industria desta favorecida parte do Brasil, que não mui longe conquistará um lugar a par das mais producentes do mundo.

“O Instituto procedendo com o escrupulo, que attestão todos os seus actos, tem confiado ao juizo da respectiva commissão a proposta da reforma, encarregando-lhe alterar o que em sua esclarecida intelligencia opinião mais consentaneo a seus fins.

Archivo.

“E' sobremodo pesado o serviço á cargo do 2.º secretario. Não julgo possivel que sem o auxilio de um escriptuario possa conservar-se o archivo no pé a desejar.

“A par desta circumstancia nem todos se entregão a um trabalho

todo gratuito com o zelo e interesse preciso ao melhor arranjo de uma parte tão importante das associações desta natureza; e nem mesmo é possível assistindo os melhores desejos pelo bem da sociedade, recahindo a eleição desse cargo em cidadãos affluenciados por penosos trabalhos inherentes a seus cargos publicos.

“E’ forçoso confessar que não bostante estas ponderações, o archivo do Instituto está escripturado com methodo e regularidade.

Bibliotheca e muzeo.

Predominão ainda as causas que vos forão referidas no relatorio passado de não poder enriquecer-se com o recurso dos fundos do Instituto a bibliotheca e museo creados pelos seus estatutos. As despezas incessantes e grandes, com a impressão de seus trabalhos e com o serviço do expediente, absorvem-lhe a sua ainda pequena receita: assim pois poucas tem sido as aquisições feitas por este meio, e apenas algumas de sua primeira intuição. Em compensação porém não tem faltado ao Instituto o generoso auxilio de benemeritos socios; e ao pensamento de organisar-se uma bibliotheca florecida pelas obras mais especiaes sobre estatistica, industria, artes e sciencias é lisongeiro o mappa das obrás este anno offertadas.

“A este auxilio espontaneo deve o Instituto o progressivo augmento de sua bibliotheca que já anima a quem se devota ao estudo das sciencias indispensaveis a seu fim.

“Não menos favorecido tem sido o seu museo: não é pequena a collecção de preciosas amostras mineraes, e de objectos raros, que attestão a passada vida de tribus indigenas: no entretanto muito ha a fazer para que atinja o Instituto nesta parte á sua devida altura; e tanto compene-tra-se desta verdade, que á sua attenção prende-se o mais importante trabalho neste genero, confiado como foi a uma commissão, que com laboriosa dedicação se emprega na organização de um museo, aonde a existencia animal, mineral e vegetal seja representada desde as primeiras metamorphoses da terra, caracterisando sua marcha em todas as épocas.

Revista.

“A commissão a quem confiastes a impressão da revista, a fonte de luzes que legais á posteridade na parte historica e geographica desta provincia, tem cumprido quanto tem cabido nas forças do Instituto a imposição de seu regulamento. Estão publicados os dous primeiros numeros deste anno, devendo em breve ser-vos apresentado os seis ultimos que, por motivos excepcionaes deixarão de o ser opportunamente.

“A affluencia de manuscriptos importantes, e que agradece o Instituto ao patriotico empenho com que se associação os membros commissarios ao pensamento primordial de sua duração, é superior ás forças da commissão, subordinada á autorisação que tem para este ramo transcendente. Convem dar-lhe toda a plenitude afim de que possa conjunctamente ás compilações

historicas que lhe são fornecidas dos curiosos manuscriptos offerecidos, a coordenação de mappas e descripções geographicas em que devidamente se aprecie o adiantamento desta sciencia, comparando-se com os mais antigos trabalhos, que, com quanto imperfeitos, tem o valor de sua idade.

Trabalhos historicos e geographicos.

“No empenho de colligir e methodisar os factos que possam illuminar-nos sobre a historia da provincia, as commissões para esse fim creadas tem lutado com os maiores embarços, pelo pauperismo dos archivos das repartições.

“Ardua tarefa lhes tem sido o pouco que tem feito, e que é por certo muito incompleto para uma provincia que tem atravessado as mais variadas phases.

“Um ou outro documento e não digno de maior fé, tem podido alcançar de algum archivo; e teria a lamentar a falta absoluta se não lhe coubesse venerar os nomes dos illustrados patriotas os conselheiros Antonio Manoel Corrêa da Camara, e visconde de S. Leopoldo. Ao aferrado sentimento pelo estudo e a applicação desses genios prodigiosos deve agradecer a provincia e ao Instituto os mais preciosos documentos para sua historia: delles tem podido enriquecer-se o archivo do Instituto e fornecido-se ás commissões da substancia de seus trabalhos.

“Commentar os factos desordenados, taes quaes se pôde conhecer de um ou outro documento, historiando a serie desde suas primeiras povoações até á epoca do seu primeiro governador, desta á da organização da séde presidencial e a ultima até nossos tempos, são as tres grandes divisões da historia da provincia que merecem o estudo da respectiva commissão.

“Foi trabalho deste anno a primeira parte dessa classificação, e que o Instituto tem a gloria de ver publicada nas suas revistas.

“Na parte relativa aos trabalhos geographicos possui o Instituto escla-recimentos preciosos, e com particular especialidade sobre os mananciaes liquidos dessas vastas e gigantescas cintas, testemunhas da homenagem que os seculos proximos lhe consagrarão.

“Grande é a tarefa, e necessita portanto de grandes dedicações: mas não é de crêr que resista ao presente, que a sollicita quando no passado teve quem tanto se esmerasse para sua realisação. Um dos mais lidadores neste proposito foi sem duvida o venerando visconde de S. Leopoldo unico de quem possuímos uma memoria historica desta provincia, serviço que em tanto avalia o Instituto, que se apressa a dar-lhe, como devia um testemunho de sua gratidão.

“A proposta de um de seus socios para ser tirado o retrato do distincto benemerito e collocado na sala de suas sessões foi approvada com geral acceitação pelo Instituto.

“E’ esta, uma homenagem tão justa, quanto merecida e bem cabida, animando a sua effigie uma creação para quem escreve as primeiras pagi-

nas. Venha ella assistir ao progresso da obra para que lançou a pedra fundamental.

“Não devo deixar passar desapercibido um facto litterario que se prende por dous laços á vida do Instituto no derradeiro anno.

“Um de seus membros mais distinctos o illustrado Sr. conego João Pedro Gay, respeitavel vigario de S. Borja, annuncio para muito breve a appareição de uma obra de grande alento na Historia da Republica Jesuitica do Paraguay, escripta por S. Rym. nos laboriosos ocios da sua vida parochial.

“A par desta pretende publicar nosso consocio uma grammatica da lingua guarany, obra e estudo de muitos annos, e do feliz achado de interpretes e memorias que o habilitarão para levar a effeito não só esta como a antecedente.

“Senhores. — O Instituto Historico Geographico, recente criação de dous annos se assoberba dos grandes resultados, que tão rapidamente tem colhido. Muito tem feito em relação ás suas forças: e quando lhe não fique a convicção de seu extraordinario empenho no presente, restar-lhe-ha a gloria do fructo que a posteridade colherá da semente, que tem lançado com abençoada mão de quem só prosegue inspirado pelo amor de elevar esta pequena fracção do mundo á altura que lhe pedir sua opulenta natureza.

“Humilde órgão do Instituto neste acto solemne comprehendendo ter sido menos feliz na narração de seus feitos, que lhe impõe apresentar sua lei organica. Comprehendo, senhores, que longe de vos haver traçado os serviços desta corporação e mostrado os titulos, os respeitos a que é credora por sua dedicação a maravilhosa obra de suas mãos, nada mais foi que esboçar-vos o painel que o representa na eminencia a que tem chegado. Colori-lo com cores vivas e luz que deixasse vestigios perduraveis de sua impressão, seria concedida a intelligencias mais felizes e cultivadas.

“Abundão aqui faltas, bem conheço; mas tambem sei que vos sobra intelligencia para desculpal-as, e a mim todo o direito desta desculpa, quando considerar-se, que se me animei a arriscar este trabalho tive unicamente por fim mostrar quanto desejo, mesmo naquillo em que nada posso prestar-me ao serviço do Instituto.

“Com tão pouco ser o que fiz ainda lutei com difficuldades em sua apresentação tendo de enunciar-me perante um congresso tão illustrado, honrado com a presença do digno Exm. Sr. presidente desta provincia, que manifesta nesta sua visita o interesse, que toma no adiantamento dos estabelecimentos scientificos, donde emanão principalmente as verdadeiras glorias da provincia submettida a seu governo.

“Que o veja V. Ex. prosperar, e nos melhores dias de sua realza reconheça o mundo que concorreu denodadamente para ella o Instituto Historico Geographico Rio Grandense.

“Porto Alegre 23 de Fevereiro de 1862.

“João Luiz de Andrade e Vasconcellos”.

Ao 1.º secretario succedeu o Sr. tenente coronel Felipe Bethézé d’Oliveira Neri, tomando a palavra para prehencher a falta do orador o Sr. Dr.

José Antonio do Valle Caldre Flão, e proferindo o discurso que áquelle competia na forma do art. 27 dos Estatutos; nelle percorreu o orador a phase de um anno do Instituto resenhando os factos mais transcendentos, e que tinham mediata relação com o seu andamento e o engrandecimento da provincia. Em tres partes dividido a sua oração, a primeira destinou o orador á parte moral e industrial registrando a serie de factos que durante o anno se passara, reverberando o augmento progressivo não tanto do Instituto, mas da provincia: forão themas a essa parte do seu discurso, a edificação publica de um templo dissidente no centro de um povo catholico; a entrada de um novo pastor na igreja Rio-Grandense; a inauguração da primeira exposição nesta provincia; a criação de um Instituto Agricola; na 2.^a parte fez o orador a menção das obras que socios do Instituto tinham dado e preparavão ao esplendor das letras; referindo a historia da republica do Paraguay pelo padre Gay; os quadros historicos do Sr. Raposo de Almeida; a nova grammatica latina do Sr. Carlos Hoefer; e por ultimo a refutação da pouco fiel e apaixonada relação da desastrosa jornada do Rosario pelo Sr. brigadeiro Machado d'Oliveira entre mãos do Sr. Miguel Meirelles.

Finalmente passou o orador á parte biographica dos socios fallecidos, recordando o passamento do socio João Vespucio de Abreu e Silva.

Terminado elle, o Exm. Sr. presidente levantou a sessão, convidando os Srs. socios para a sessão da eleição da directoria e commissões, que designa para o dia 2 do mez futuro.

O presidente *Barão de Porto Alegre.*

O 1.^o secr. int. *J. L. d'Andrade Vasconcellos.*

O 2.^o Secretar. interino *Antonio Maria Ulrich.*

MAPPA N.^o 1.

Socios effectivos entrados durante o anno.

Dr. João Luiz de Andrade Vasconcellos

Exm. Bispo D. Sebastião Dias Lorangeira

Porto Alegre 23 de Fevereiro de 1862. — O 1.^o Secretário interino,
J. L. d'Andrade Vasconcellos.

Datas da admissão.

3 de Março de 1861.

20 de Outubro de 1861.

MAPPA N.^o 2.

Socios correspondentes entrados durante o anno.

João Carlos Moré (S. Jeronymo)

Ten. Coronel Joaquim Antonio de Borba

José Joaquim d'Oliveira (Alegrete)

José Maria de Sousa (Alegrete)

Datas da admissão.

3 de Março de 1861.

”

”

”

Domingos Rodrigues Ribas (Pelotas)	20 de Outubro de 1861.
Dr. Pedro Tito Regis	"
Filiciano Antonio de Moraes	"
Dr. Abrahão dos Santos Sá (S. Borja)	"
Major Placido Gonçalves Meirelles (Caçapava)	"
Major João de Freitas Leitão (Rio Pardo)	"
Tenente Coronel Balthasar Jacinto Dias (Cangussú)	"
Candido Pinto Braga	"
Tenente Coronel Feliciano Ribeiro d'Almeida (Uruguayana)	"
Francisco Pinto da Fontoura Barreto (Porto Alegre)	"
Tenente Coronel Camillo Mercio Pereira	"
Commendador Bernardino José Borges (Rio Grande)	"
Capitão João Affonso de Freitas Amorim (Rio Grande)	"
Antonio Maria Ulrich (Porto Alegre)	9 de Junho de 1861
Porto Alegre 23 de Fevereiro de 1862. — O 1.º Secretário interino, <i>J. L. d'Andrade Vasconcellos.</i>	

MAPPA N.º 3.

Socios commissarios entrados durante o anno.

	<i>Datas da admissão.</i>
Vigario Manoel da Silva Guimarães Arachá (Cruz Alta)	26 de Março de 1861.
Antonio Mancio Ribeiro (Uruguayana)	"
Brigadeiro Manoel Luiz Osorio (Bagé)	26 de Outubro de 1861.
Major José Luiz Correa da Camara (Jaguarão)	"
Porto Alegre 23 de Fevereiro de 1862. — O 1.º Secretário interino, <i>J. L. d'Andrade Vasconcellos.</i>	

MAPPA N.º 4.

Livros doados ao Instituto durante o anno.

	<i>Doadores</i>
Dictionaire d'histoire et de geographie (Bouillet) 1 volume	Antonio Maria Ulrich.
Dictionaire des sciences, des letres et des arts (Bouillet) 1 volume	"
Le Budget. du Brésil par le comte Auguste Van der Stratew Ponthoz, 3 vols.	"
Porto Alegre 23 de Fevereiro de 1862. — O 1.º Secretário interino, <i>J. L. d'Andrade Vasconcellos.</i>	

MAPPA N.º 5.

Manuscriptos doados ao Instituto durante o anno.

Doadores

Apontamentos sobre a vida do Coronel Thomaz Luiz Osorio	Antonio Alves P. Coruja
Notas sobre as primeiras povoações da provincia	"
Mappa das villas da provincia	"
Nota das observações thermometricas feitas em horas de maior variação nesta cidade desde 27 de Maio até 8 de Junho	Francisco de P. Soares.
Copia da representação que ao senado dirigio em 1804 o povo do Rio Grande	Dr. M. P. da S. Ubatuba
Dita da certidão assignada pelo governo, provando ter sido abandonado o Rio Grande á invasão dos hespanhoes	"
Dita da representação que a camara da Capella de Viamão dirigiu a S. A. Real em 23 de Agosto de 1765	"
Dita da ordem do Coronel Marcellino em 1773, mudando o senado para Porto Alegre	"
Dita da certidão de medições de terras em 1760 para o estabelecimento de colonias em Itapuan	"
Apontamentos tomados pelo Dr. Ubatuba da acta do senado do Rio Grande, em Maio de 1822, que reclamara a S. M. R. convocação de uma assembléia geral	"
Copia do discurso que nessa occasião recitou o deputado Francisco Xavier Ferreira	"
Dita da acta da assembléa dos representantes do povo, em que forão motivadas as razões para crear o governo provisorio com mais attribuições ás do decreto de 29 de Setembro de 1821	"
Copia da acta da aclamação do Sr. D. Pedro I, em Outubro de 1822	"
Resenha feita pelo Dr. Ubatuba dos documentos mais importantes existentes nos archivos das camaras do Rio Grande	"
Mappa da barra do Rio Grande	"

Porto Alegre 23 de Fevereiro de 1862. — O 1.º Secretário interino,
J. L. d'Andrade Vasconcellos.

Objectos doados ao Instituto durante o anno.

Tres pedras — machados dos bugres da Vaccaria J. M. Spencer.
Porto Alegre 23 de Fevereiro de 1862. — O 1.º Secretário interino,
J. L. d'Andrade Vasconcellos.

FELICITAÇÃO FEITA EM NOME DO INSTITUTO NO ACTO DA
INAUGURAÇÃO DA ESTATUA EQUESTRE DO SR. D. PEDRO 1.º

Senhor. O Instituto Historico Rio-Grandense nos envia em commissão para representa-lo na festa inaugural da Estatua Equestre do Sr. D. Pedro I, Fundador do Imperio e da Monarchia.

Esta solemnidade tão tocante para o magnanimo coração de V. M. Imperial por vêr symbolisado em seu Augusto Pai o monumento commemo-rativo da Independencia Nacional, tambem, é para aquelles cujos avós desde passadas eras, arrastando perigos e descommodos, sacrificarão fortuna e vida em defender nos campos de batalha a integridade da Nação, sustentando para o Firmamento Brasileiro uma estrellta que nelle tão brilhante fulgura. O Instituto Historico Rio Grandense, composto de cidadãos votados á causa da Integridade e Independencia Nacional, da Monarchia, da Constituição e da Liberdade, não podia vêr sem doces recordações elevar-se um monumento á nossa feliz Independencia.

Eis-nos pois, Senhor, em nome do Instituto Historico Rio Grandense, felicitando a V. M. Imperial por um espontaneo acto de gratidão nacional, que, satisfazendo os votos de V. M. Imperial, enche de gloria á Nação que o pratica. Rio de Janeiro 25 de Março de 1862. — Antonio Alvares Pereira Coruja. — José Maria da Trindade.

STATISTICA.

*Ensaios statisticos da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, pelo
conselheiro Antonio Manoel Corrêa da Camara.*

HISTORIA.

(Continuação)

Sobrio, activo, generoso, e bravo; amigo sincero, e inimigo não despre-
ciavel; firme como um rochedo, e de invencivel constancia na maior adver-
sidade; entusiasta da gloria, e para conseguil-a anhelando os combates;

e correndo após o perigo com avidez insaciavel (25) mas preferindo as mais rudes fadigas de vivissimas operações militares a estação inactiva dos cantonamentos, e a que resultadas nossas guarnições de paz; menos disposto ao serviço do infante, que ao do cavalleiro sem deixar de desempenhar qualquer delles, quando lhe é destinado; dispersando-se algumas vezes; e retirando-se mais por incapacidade do chefe, que por falta de animo, de um campo de batalha; sensível em extremo ao beneficio, e perdoando poucas vezes um ultraje; inclinado ao bello sexo, cuja sociedade cultiva com urbanidade e delicadeza não vulgares, e que se fazem notaveis até nas classes menos bem educadas; soffrendo o frio, a fome, a sede, a calma intensa com resignação, e paciencia admiraveis; geralmente talentoso, e apto para cultivar as sciencias, em que muito teria aproveitado, se de mais tempo as leis e as instituições, que as fomentão, e mais felizes circumstancias tivessem concorrido para adjuda-lo; bom pai, excellente marido, filho respeitoso, o cidadão Rio-Grandense foi talhado de molde para exercer as virtudes civicas, e guerreiras que o fazem recommendavel; e será indubitavelmente tão bom agricultor, e fabricante como tem sido solícito criador de gado: tudo deve esperar-se finalmente de um povo, que atravessando a cega, mal conduzida guerra civil do seu paiz; que a todo o momento provocado pelo exemplo contagioso de tantas outras provincias, que constantemente arremessado para o charco immundo da brutalidade, immoralidade, impudor, e desenvoltura da ascorosa imprensa brasileira (aliquanta exceptione concessa) nem assim foi possivel degrada-lo, e corrompe-lo, conservando-se intacto seu genio cavalheiresco, seus brios, modestia, dignidade, e honra (26).

Faltaria todavia á verdade neste retrato graphico que faço dos Rio-Grandenses, se não admittisse algumas exclusões de que não está isempto

(25) Mais de um habitante da campanha, devendo correr cavalhadas, tem promettido missas ao Santo do seu nome; se durante a corrida lhe fizesse rodar o cavallo para ter a gloria de sahir em pé, ou bem parado. Factos desta natureza caracterisão mais do que quaesquer pomposas narrações, esse desejo ardente de distinguir-se que se tem apoderado de todos os espiritos, até nas classes mais obscuras: Foi esta mesma fome insaciavel de gloria, que illustrou um Raphael Pinto Bandeira terror dos hespanhoes do seu tempo; e que pondo em evidencia um Manoel dos Santos Pedroso, um José Borges do Canto nos procurou a preciosa conquista de Missões; tão mal recompensada na pessoa do segundo com o posto de capitão de auxiliares, e o melo soldo dessa patente, e depois da sua morte, a seu pai; que ainda vive e que jamais o percebeu!

(26) Certamente, que o matar a rez alheia para comer, abuso frequentemente praticado pelos vagabundos e proletarios da campanha, não é uma virtude, e que o roubo de cavallo, que tanto importa vedar; está longe de parecer-se com uma acção louvavel, e meritoria. Se attendermos porém a que esta licença reprehensivel foi tomada desde o tempo em que uma rez custava apenas na provincia a modica quantia de 640 rs.; isto é, o valor do seu couro; e tanto assim, que o confessor só o couro mandava restituir ao penitente, que se accusava desse peccado; si considerarmos a indifferença com que nessa mesma epocha a maior parte dos proprietarios, se não todos, olhavam para tal desvio da propria fazenda; ao mesmo passo, que o legislador nada fazia para vedar a continuação e progresso desse esbulho, e que a policia em nossa vastissima campanha, então como agora, carecia de um pessoal numeroso para vigiar essa mesma campanha, onde o vadio sempre em occasião, proxima do roubo, quasi seguro de o commetter sem testemunhas de ista, por temor algum é contido em suas depredações; então seremos levados a attribuir a existencias dos abactores, que infestão o paiz, menos a um vicio inherente á indole e predisposições daquella classe, que á causas que lhe devem ser estranhas, e que o emprego de leis apropriadas, e conveniente direcção dada ao exercicio de braços ociosos, devem fazer cessar.

nenhum corpo politico organizado. Felizmente pouco vulto fazem essas excepções desagradaveis: ellas representam diminuta fracção social, que tirada por circumstancias aziagas do circulo obscuro donde nunca deverião ter sahido, apresenta-se escoltada de todos os vicios proprios de sua origem, que o desmedido orgulho, o insupportavel pedantismo, a ambição sem limites, e falta de educação do homem recentirado do pó, soem augmentar. Então nenhum aventureiro estrangeiro sem merito algum pessoal é comparavel ao misero que venho de descrever: elle reune em si quanto tem de repugnante, e abjecto qualquer outro lixo ou sentina social. Este desditoso é essencialmente fanfarrão, traidor, e covarde; nada lhe custa uma calúnia, seu bisulco dente dilacera sem compaixão, ou remorso a reputação mais illibada; diante de meio algum recua; vil ou criminoso, que seja; para conseguir seus fins abominaveis: é seu Deus o interesse, a garrulice sua linguagem, o crime o seu recurso, o impudor, e a audacia excessiva, o escudo ignominioso com que em escandalosa lice se apresenta insultando e assoberbando a sociedade. Elle reduziria se pudesse á escravidão todos os livres indefesos para locupletar-se com o lucro, que dessa venda lhe resultasse; sem cessar de inculcar-se apezar disto tão puro como um anjo, tão inimigo da escravidão como Las Casas!

Parece, como se lê na correspondencia turca, que a natureza só pôde produzir nestas regiões afortunadas obras primas de perfeição ou defeitos; e que assim sahirão do setimo céu, para a gloria e para confusão dos homens Lucifer e o Archânjo, que commanda as invenciveis legiões do Omnipotente!

MEIOS DEFENSIVOS DO PAIZ.

Si se entende por defeza de um paiz cobrir unicamente aquelles pontos mais interessantes desse mesmo paiz, como sejam algumas cidades commerciaes, certos depositos, tal qual desfiladeiro situado sobre linhas de communicações etc.: não impedir nem podendo impedir, que o inimigo penetre impunemente por todos os outros, sem exclusão daquelles collocados no mesmo interior da provincia; se se entende por defeza transformar esse interior em theatro sanguinolento de guerra, sem que seja possível impedir o roubo do gado, o consumo dos viveres, o saqueio das casas, a mortandade dos cidadãos inermes, o rapto, o estupro, a violação das matronas, e donzellas; para que no fim de tantas affrontas, e estragos se celebre um tractado de paz desigual e vergonhoso; qualquer general nos basta, embora pertença á ordem daquelle, que foi compellido a acceitar batalha nos campos do Rosario ou Ituzaingo, e tambem bastará que o exercito encarregado da simples defensiva (o mais desigual e perigoso systema que pode adoptar-se de guerra) em pouca cousa exceda a força numerica do exercito invasor. Mas se a defeza consiste em constituirmo-nos sempre em circumstancias de a podermos sempre que occasião se apresente, transferir para o territorio inimigo os males que elle procura inferir ao nosso; se cumpre, para que estas operações sejam praticaveis estarmos em estado de poder cortar a cada passo as suas linhas de communicações, faze-lo temer a toda a hora pela segu-

rança de seus grandes depositos, encerral-o constantemente em um circulo ameaçador de projectos, e tentativas audaces e atrevidas; que comprometendo a sua propria linha de base o force a reduzir aquella das suas operações; offensivas e envolvendo-o por todos os seus flancos, sermos sempre senhores da escolha do dia, e do campo da batalha; subordinar o inimigo ao nosso plano e manobras, dar-lhe a lei nesta parte em vez de a recebermos, até ao ponto de conduzi-lo insensivelmente, e máo grado seu, a uma acção geral na occasião em que menos disposto esteja elle para acceita-la, fazendo-lhe pagar cara qualquer tentativa de occupação do nosso territorio, por uma derrota completa; atacando-o a um tempo, e vigorosamente pela totalidade das nossas forças habilmente concentradas ou reunidas; em tal caso força é collocar á frente do nosso exercito um general digno desse titulo, e ainda com elle não bastão 15,000 homens para completar a defeza, nem nos sobrarão 30,000 para fazer respeitar uma fronteira de 260 leguas de extensão. (27)

A configuração topographica de um solo tão variado como o nosso, onde não são muitos os campos de batalha em que possam estenderem-se 15,000 homens das tres armas em linha, semeado e dominado de alturas, coberto de bosques, cortado de rios, arroios e banhados, que se tornão intransitaveis principalmente no inverno, passadas algumas horas de grossa chuva; um paiz tal exige sem contradicção para sua defeza, apesar da grande exclusiva importancia, que por aqui se dá á cavallaria; que a maior parte da força do exercito seja composta pela infantaria, formando ao menos os tres quartos da totalidade combatente (28). E todavia a cifra restante, que nesta proporção tocaria á cavallaria lhe não deveria ser dada si se não attendesse ás operações, que ella poderá executar sobre o territorio visinho de aspecto e configuração bem differente; e no qual será forçoso penetrar no mesmo momento talvez da invasão, durante esta, e depois de uma derrota do inimigo arrojado do territorio nacional, afim de tirar da victoria toda vantagem possivel (29). Por iguaes motivos topographicos indispensavel é, que os tres quintos das baterias sejam de artilheria de montanha, dividindo-se os dous restantes entre as outras baterias ligeira e de posição.

(27) Sempre que a potencia invasora poder dispôr do territorio Oriental, e da Corrientes, ser-lhe-ha possivel em qualquer periodo da campanha, introduzir uma forte columna em Missões, fazendo-a atravessar o Uruguay ao N. e em frente do povo de S. Luiz, e ainda algumas leguas mais a E., desse indicado ponto no Uruguay em frente de S. Angelo, que tomaria pela retaguarda o nosso exercito. O general brasileiro que desprezasse aquella parte de linha de agua, porque precisaria o inimigo atravessar dous rios, e á abrir uma picada, certo que se não justificaria com um inepto e reprovado — Não cuidel.

(28) Levo incluída na cifra assignada á infantaria o pessoal da artilheria correspondente a um exercito de 30.000 combatentes.

(29) Attentas as razões que resultão da nossa configuração topographica comparada com as dos estados visinhos, parece que os dous terços da nossa infantaria, devem ser compostos de batalhões de 1.^a linha, e o terço restante de infantaria ligeira.

As frequentes linhas de agua de nado temporario ou permanente requerem pontes volantes para transito dos parques, e pesados transportes, e pelos menos duas companhias de pontoneiros. O máo estado dos caminhos na estação invernosa, a falta em muitas partes dos que communicão os districtos entre si (vicinaux), a necessidade frequente de os abrir em uma direcção qualquer durante os grandes movimentos do exercito, tornão indispensavel a presença nesse mesmo exercito de um batalhão ou meio de gastadores pelo inenos.

Não concedendo mais de 24,000 homens ao exercito inimigo, a defesa do nosso territorio seria bem incompleta e arriscada, oppondo-lhe sòmente da nossa parte 30,000 combatentes, sem attender ou desprezando outros meios de resistencia de que podemos lançar mão. E' essencialmente indispensavel recorrer ao systema dos pontos fortificados; tão sabia e opportunamente empregado pelo general conde de Caxias na sua brilhante e bem calculada campanha do Sul. Sem estas fortificações, preciso fôra elevar a força do nosso exercito ao duplo da que aqui lhe supomos, para pôr em segurança todos os nossos preciosos estabelecimentos de campanha; seria necessario que cobrisse com seus corpos e ad instar de uma linha continuada a nossa vastissima fronteira, e ainda cumpriria que sobre qualquer ponto para onde carregasse o inimigo com forças respeitaveis o podessemos receber com iguaes ou superiores. Sabe todo aquelle a quem não são totalmente desconhecidos os primeiros elementos da tactica sublime, com quanta facilidade uma fronteira de 260 legoas, apenas coberta por 30,000 homens, pôde ser a cada momento penetrada, o interior do paiz saqueado, as communicações cortadas, os depositos ameaçados, ou compromettidos por forças inferiores; que um exercito comparativamente ao terreno defendido de tão pouca força nenhum passo pôde dar além da sua fronteira em persecução do inimigo, que diante d'elle se retira depois de uma derrota; que nenhum completo resultado pôde tirar da sua victoria perseguindo esse inimigo batido até o centro, além do seu proprio territorio, e menos lhe será permitido demorar-se sobre elle o tempo necessario para preencher aquelles fins sem descobrir e abandonar totalmente a provincia, cuja defeza tem a cargo aos subsequentes projectos e tentativas do inimigo effectuadas como um meio de poderosa diversão, que em tal caso uma nuvem de pequenos destacamentos se lançarião sobre o paiz por mil defferentes pontos mui facéis de achar desguarnecidos ou mal observados em tão larga extensão, tudo destruindo, assolando, inutilizando, cortandó as communicações, e interceptando os combois do exercito, que tomou a offensiva e internando-se pelo territorio extranho.

Insta por tanto, que além do exercito de operações mais alguma força haja disponivel para guarnecer os pontos fortificados; força que pôde ser em parte organizada de individuos de 40 a 50 e mais annos, visinhos ou habitantes das localidades em que forem exigidas as obras de fortificação.

Cumpra da mesma sorte estabelecer convenientemente essas linhas de pontos fortificados, a que admiravelmente se presta a configuração do nosso solo, adaptando para o feito o systema da fortificação media e passageira:

quero dizer, já construindo obras fachinadas, já de formigão, (30) para nestas ultimas estabelecer os grandes depositos, e junto, e á retaguarda dos mesmos alguns campos fortificados, cuja guarda seria confiada á guarnição dos pontos fortificados: (que lhes servirão de reductos cobridores) até que esses campos fossem occupados pelo exercito, ou parte d'elle em opportuna occasião.

Considerando como mixta a nossa fronteira, creio que deve começar a linha dos pontos fortificados em Missões (2.^a sub-divisão da 1.^a secção territorial) levantando a primeira obra fortificada em um ponto proximo ás cabeceiras do Itacuruby affluente no Camaquã Chico, donde seria a linha continuada até Uruguayana (1.^a sub-divisão da 2.^a secção territorial) segundo ponto fortificado; erigiria a terceira obra fortificada proxima á entrada do Quarahim no Uruguay; a quarta em S. Diogo, a quinta em Bagé, a sexta no Serrito, terminando em Tahim (sobre a 7.^a sub-divisão territorial) e ultimo ponto fortificado da 1.^a linha.

Partiria a segunda linha tambem de Missões pelos quatro seguintes pontos fortificados: o primeiro em S. Martinho (2.^a sub-divisão da 1.^a secção), segundo em S. Gabriel, terceiro em Caçapava, quarto na Encruzilhada, contidos estes ultimos na 3.^a sub-divisão da 2.^a grande secção territorial.

Supponho a coberto de um golpe de mão passageiramente fortificadas e guarnecidas pela maior parte pelos proprios habitantes e visinhos, e por pequenos destacamentos de linha as cidades do Rio Grande, Pelotas, e as villas e freguezia de Santa Maria do Monte, Alegrete e S. Borja.

Não me conformei precisamente com o que prescrevem os mestres da arte pelo que respeita ás distancias a guardar entre os pontos fortificados, que aqui devem supprir as praças de 1.^a e 2.^a ordem etc.; por não ser compativel com nossos circumstancias, e meios semelhante applicação: além de que os meios offensivos de que sóe dispor o inimigo nos dispensão da rigorosa applicação daquelles principios de que em parte me separei.

Estão em começo de trabalhos quatro pontos da 1.^a linha, S. Gabriel, Caçapava, Bagé e Serrito. De mui pouca utilidade poderá servir a obra permanente encetada neste ultimo; o que se conhece do reconhecimento constante do caderno sob-letra (); e força é, que se occupe o governo em mandar conduzir com maior solidez os trabalhos até aqui feitos com os tres primeiros. Indispensavel foi a escolha do logar em que se assentou o forte Caxias durante a passada revolução, e força era ilhar a guarnição que o cobria dos habitantes da villa adjacente: em guerra porém com o inimigo exterior, cumpre escolher para local do forte um ponto situado sobre a mesma altura occupada pela villa, e a qual ficaria servindo de cidadella, correndo em torno della ao menos um profundo fosso, ou levantando para-peito atraz deste, o que seria melhor.

A Lagõa Mirim, a dos Patos, o Uruguay, desde o salto em frente de

(30) Taipa militar ou de guerra mui usada em Portugal, e na peninsula Hispana. Excellente construção arabe, adoptada pelos godos; e antes delles por Viriato no seu campo de Vizeu.

S. Nicoláo até a sua junção com o Quarahym, o Jacuhy desde sua bocca em frente da capital até a cidade do Rio Pardo, parte de Camaquam e Taquary, e em toda sua extensão o S. Gonçalo, exigem para defeza dos transportes, segurança de communicações; e para cortar o passo ao inimigo em muitas dessas linhas de agua, que elle queira atravessar, um grande emprego de força ligeira naval; talvez triplíce da que foi posta em acção durante a guerra civil. Um reducto pelo menos devia ser exigido no ponto dos Canudos, e sobre a margem direita do desaguadeiro ou sangradouro; alguns outros importa construir no passo das Pombas no Jacuhy, e nos lugares mais estreitos das correntes fluviaes, que o inimigo poderá accidentalmente occupar, e d'alli cortar as communicações, inquietar as embarcações armadas etc.

Tenho por indispensavel, que durante a guerra, uma ponte de barcas deverá estabelecer-se em frente de Pelotas, nem poderia de outro modo fazer-se effectivo qualquer soccorro de tropas em defeza de Tahim, e da cidade do Rio Grande.

Considerados deste modo os meios a empregar para assegurar a defeza, resta indicar de passagem aquelles pontos, que as sub-divisões do exercito devem occupar, em quanto não fôr o paiz insultado ou immediatamente ameaçado de invasão.

Eu collocaria 6,000 homens na 1.^a sub-divisão da 2.^a secção territorial em Alegrete; 6,000 na 2.^a sub-divisão da mesma 2.^a secção em S. Gabriel; 6,000 na 3.^a sub-divisão entre a capella do Herval e Bagé, 15 leguas distantes desta ultima povoação; 6,000 na 2.^a sub-divisão da 2.^a secção junto á cidade de Pelotas; 3,000 na 2.^a sub-divisão da 1.^a secção em Itaqui; 3,000 na 2.^a sub-divisão da 2.^a secção entre os arroios Velhaco e o Grande, tributarios do Camaquam.

Deste modo dispostas as grandes columnas do exercito, serão em estado de poderem mutuamente socorrerem-se, reunirem-se, e prevenir qualquer inopinado ataque do inimigo contra qualquer ponto sobre que pretenda cahir, com a maior parte ou ainda com todas as suas forças.

Pelo que fica dito, facil é entender, que a população do paiz poderá apenas fornecer as tres decimas partes da força numerica indispensavel á sua boa defeza, e tambem parece evidente que para concorrer com todas as despesas da guerra lhe faltão sommas sufficientes. Assim braços e numerario lhe serão em grande parte, como de razão, suppridos pelo imperio.

A pé de cavallos, para servir-me desta expressão dos habitantes da nossa campanha, será bem difficil, se não impossivel, have-los do proprio paiz, se a guerra se declarasse dentro de um anno, e mesmo alguma cousa mais tarde. Qualquer que seja o numero de potros, que possamos reunir, a fadiga que resulta de domal-os, a estação invernosa que os define, os fortes calores que os emmagrecem, quando no estio domesticadas o pessimo tracto que lhes dão os nossos soldados, a falta de policia regimental, e os mesmos arreios de que usão as tropas antes navalhas, que lombilhos; tudo concorreria para mui prompto inutilisa-los.

Ninguem duvida de que, uma vez em guerra com os nossos vizinhos,

não será raccionavel esperar que elles permitão a venda de uma arma essencial, se é que na hora mesmo em que estas linhas escrevo já não existem ordens prohibitivas de semelhante exportação: pouco será por tanto o que nos poderá vir daquelles estados ainda por via de contrabando.

Restaria o Paraguay, onde comprariamos cavallos para a remonta: mas alguma duvida tenho de que começadas as hostilidades, os possamos conduzir de Itapuã á nossa fronteira sem abrir-lhes caminho á força de lançadas e tiros de canhão; nem sei se evitaríamos taes encontros fazendo-lhes dar uma grande volta, isto é, partindo com elles da Candelaria e dirigindo-os ao N. das serras em cujo vertice jazem as ruinas do povo de S. José, e encaminhando-os por entre o 323° e 324° long. acima do povo de S. Xavier, onde cruzarião o Uruguay: custaria mais alguma cousa ao inimigo cortar-nos esta linha de communicações; mas nem assim deixará elle de tentar entrecaptal-a com o fim de privar-nos de tão util soccorro.

Na epoca supra indicada, e em quanto destituídos de cavallos diligenciarmos effectuar semelhantes remessas, nenhum movimento rapido e efficaz poderão fazer as nossas forças contra uma nuvem de partidas de cavallaria inimiga, que penetrarão por diversos pontos da nossa extensa fronteira, percorrerão por grande parte dos nossos estabelecimentos de campanha, e acabarão de consumir a ruina da mesquinha criação que temos de animaes cavallares; sem que possamos alcança-los nem á entrada nem á sahida do nosso territorio.

(Continua)

EXTRACTO DAS ACTAS DA CAMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE PORTO ALEGRE, TRABALHO OFFERECIDO AO ILLM. EXM. SR. CONSELHEIRO ANGELO MUNIZ DA SILVA FERRAZ, PELO DR. M. P. S. UBATUBA.

1812

25 de Janeiro. — Teve o senado participação de haver dado á luz a princeza D. Maria Thereza.

28 de Fevereiro. — Mandou que se concertasse a rua Formosa desde o lugar que mora o cirurgião Antonio Cabral de Mello até a rua dos Peccados Mortaes, fazendo os presos faxinas onde não houverem casas, afim de facilitar o transito da procissão de Passos.

18 de Maio. — Consta que era commandante o coronel Joaquim Felix da Fonseca.

20 de Julho. — Receberão a pauta dos vereadores e mais officiaes que hão de servir no corrente anno, datada do Rio de Janeiro 14 de Maio, que erão — Vereadores — capitão Antonio José Martins Bastos, Manoel José da Silva Lima. — Procurador — Manoel José de Freitas Travassos. — Thesoureiro José Manoel Corrêa, tomando posse a 24 de Julho.

5 de Agosto. — Dá noticia da chegada do desembargador juiz d'alfandega.

13 de Novembro. — Foi eleito o approvador de testamentos da Freguezia do Triumpho.

4 de Dezembro. — Resolveu que se remetteste ás camaras de Santo Antonio e Rio Pardo o provimento n. 2.

12 de Dezembro. — Nesta Vereança com a assistencia da nobreza e povo se accordou, visto a camara não ter meios para acudir ás suas despesas que são de 1:300\$ a 1:400\$ e para não se elevar o preço da carne, que se obtivesse donativos, procedendo-se logo uma subscrição.

16 de Dezembro. — Deu posse ao capitão nomeado José Francisco Silveira Casado.

22 de Dezembro. — Alem de outros fizerão donativos os Rvms. Antonio Martins Bayão, e Agostinho José de Sampaio.

1813.

15 de Janeiro. — Consta que Sant' Anna era capella.

Idem. — Mandou notificar a diversos ereos da Varzea do Portão para verem no dia 20 de Janeiro medir os seus terrenos.

19 de Fevereiro. — Posse do juiz de fóra Domingos Francisco Pereira d'Andrada.

26 de Fevereiro. — Receben uma carta regia que elege para vereadores do corrente anno — José de Medeiros Albuquerque, capitão Timotheo José de Carvalho, Roberto André Ferreira de Souza Alvim. — Procurador — Manoel José de Freitas Travassos. — Thesoureiro — João Coelho das Neves.

25 de Março. — Receben a provisão e alvará em que S. A. R. determina que esta villa seja cabeça de commarca, e residencia dos ouvidores.

5 de Maio. — Mandoü que o escrivão desse ao procurador uma relação das pessoas que devem o donativo de pedra correspondente ao manifesto de seus carros.

7 de Maio. — Mandou notificar o passageiro do arroio da Pintada para comparecer afim de ser ouvido sobre as queixas que fizerão diversos cidadãos.

19 de Maio. — Attribuia-se á ruins carnes que se vendião nos açougues ás enfermidades do tubo digestivo.

9 de Julho. — Fez-se a eleição do sargento-mór de ordenanças.

21 de Julho. — Forão propostos para juizes de sismarias — Joaquim Lopes de Barros, Joaquim Francisco Alvares e capitão Antonio José Martins Bastos.

25 de Agosto. — Pedirão ao vigario do termo um rol dos seus freguezes, cabeças de casas para serem multados na finta geral accordada para o pagamento das despesas feitas com as expostas.

22 de Setembro. — Pedirão aos capitães de milicias a lista das pessoas milicianas alistadas para não soffrerem a finta geral.

26 de Novembro. — Foi nomeado por D. Diogo o engenheiro Jacinto Desiderio Cany para medir os terrenos desta villo e assistir ás vestorias e medições nos seus contornos.

1814

3 de Janeiro. — Recebe a carta régia de 20 de Novembro proximo passado anno, que elege para o corrente anno — Vereadores — Lourenço Pinto de Miranda, alferes João Thomaz de Menezes, José Antonio da Silva Neves. — Procurador — Francisco Marques Bayão.

26 de Julho. — Proceheu-se á eleição para eleitores, e forão eleitos: capitão Antonio José Martins Bastos, 20 votos; tenente Roberto André Ferreira Souza Alvim, 16; tenente Manoel da Silva Lima, 18; Custodio José Teixeira de Magalhães, 15; Joaquim Lopes de Barros, 16; José da Costa Santos, 14.

29 de Julho. — Forão indicados para escrivães da Santa Casa, Henrique da Silva Lameiro, Manoel da Silva Lima, Antonio Bernardes Machado.

23 de Novembro. — Forão chamados á camara os fazendeiros visinhos para serem constrangidos na fórma da lei a fornecerem gados para os talhos publicos.

19 de Dezembro. — Reunida a camara, nobreza e povo acordarão que a camara administrasse os talhos, não querendo outro lucro que o de cada mez, e pagando os gados conforme o peso e preço corrente. O peso do gado era calculado em 10 arrobas.

1815

5 de Janeiro. — Approvarão para officiaes e mezarios da real casa de Misericórdia os Srs. marquez de Alegrete, provedor — vice-provedor, tenente general Joaquim Xavier Casado. — escrivão, brigadeiro Miguel Lino de Moraes. — thesoureiro, capitão-mór José Francisco Silveira Casado — Procurador, João Coelho das Neves — escrivão da receita e despeza, tenente Manoel da Silva Lima — mordomo-mór das presas, desembargador Luiz Corrêa Teixeira de Bragança — emfermeiro-mór, desembargador José Feliciano Fernandes Pinheiro — mordomo das expostas e escrivão da junta, Antonio Caetano da Silva — mordomo das presas, Rev. Amaro de Souza Machado — procurador dos expostos, coronel José Antonio da Silveira Casado — procurador das obras, Luiz Ignacio Pereira d'Abreu — procurador dos pobres — João Ignacio Teixeira.

3 de Março. — O juiz almotacé representou á camara contra o estado do calçamento das ruas, pedindo licença para cobrar a pedra que devião á camara os carreteiros, pagando os jornaes dos caceteiros com a venda da pedra que sobejasse.

12 de Outubro. — Pedio o almotacé José Moreira Maia 12 libras de polvora e chumbo para matança dos cães.

1816

8 de Janeiro. — Recebeu um officio do marquez de Alegrete que regulava o modo que a camara se deve haver na proposta dos officiaes de ordenança.

27 de Março. — Nomearão João Alves Carneiro carcereiro, por ter fugido o que servia Ignacio Barreto Pereira Pinto, por causa da fuga de um preso.

25 de Maio. — Recebeu parte de haver fallecido D. Maria I, no dia 20 de Março do corrente anno.

26 de Junho. — Mandou o marquez de Alegrete para camara o retrato do Sr. D. João VI.

21 de Agosto. — Reunida a camara, nobreza e povo concordarão na imposição de 20 rs. em cada canada de aguardente de cana, fabricada no termo desta vila, e nas mais da capitania que viessem a ella vender, e 20 rs. em cada alqueire de farinha de mandioca.

7 de Setembro. — Recebeu um officio do ouvidor geral com a copia da carta regia de 19 de Julho do corrente para a creação da junta de justiça.

14 de Setembro. — Acordarão em nomear no Rio de Janeiro um procurador para sollicitar alli os negocios do conselho.

30 de Dezembro. — Tendo encarregado ao vereador Domingos José de Araujo Bastos em occasião que elle ia para o Rio de Janeiro, de sollicitar a elevação lesta villa á cathegoria de cidade, veio nesta vereança declarar, que cumpriu a commissão e que ficava pendente da resolução de S. M.

30 de Dezembro. — Pediu escusa do lugar de escrivão da camara Lourenço José de Castro, e foi nomeado Libanio Pereira da Silva.

1817

14 de Fevereiro. — Recebeu a carta regia da eleição dos officiaes da camara para servirem neste anno. — Capitão Manoel José Pinheiro, Antonio Bernardes Machado, Antonio José da Silva Guimarães, procurador, Francisco Gonsalves Carneiro.

5 de Março. — Leu-se a participação official do marquez de Alegrete de ter sido a 6 de Abril acclamado El-Rei.

22 de Março. — Pedirão Francisco José Peixoto, alfaiate; e Wenceslão, mestre sapateiro, para fazerem os seus festejos publicos de danças e mascaras em applauso á feliz acclamação de S. M.

29 de Março. — Fizerão uma representação a S. M. pedindo que houvesse de fazer continuar no governo o actual governador marquez d'Alegrete.

26 de Abril. — Consta que era encarregado do plano da villa o sargento-mór João Vieira de Carvalho.

27 de Setembro. — Foi lida a copia da carta regia de 23 de Maio, de achar-se feito o contracto de casamento do Sr. D. Pedro com a Serenissima Senhora Archiduqueza d'Austria Carolina Josepha Leopoldina.

20 de Dezembro. — Recebeu officio do marquez d'Alegrete remettendo cópia da carta regia de 3 de Setembro do corrente anno, a respeito da celebração do casamento do principe D. Pedro d'Alcantara.

1818

5 de Agosto. — Accordou e firmou a postura prohibindo charquear-se e matar-se nos açougues, vaccas, sob pena de 6\$ réis de multa.

31 de Outubro. — Recebeu a resposta do officio que dirigiu o Dr. Julio Cesar Muzi ácerca de haver offerecido Antonio Candido Ferreira 100\$ rs. para pagamento do professor que se encarregasse de vaccinar, asseverando que o mesmo Muzi e medico Cassal gratuitamente se prestavão a esse serviço.

12 de Dezembro. — Reunida a camara e pessoas convocadas por editaes, resolveu-se que a camara administrasse o talho da carne verde, e na seguinte vereança o arrematasse Antonio José da Silva Guimarães por um anno e pelo prego de 500\$ rs..

1819

2 de Janeiro. — Recebeu-se a carta regia da nomeação dos officiaes da camara, que hão de servir no anno futuro.

16 de Janeiro. — Conta que era encarregado do plano da villa o capitão João Baptista Alves Porto.

30 de Janeiro. — Mandou fazer publico a arrematação do concerto das calçadas.

10 de Março. — Concederão licença ao sargento-mór Manoel José Pires Casado, para matar 500 vaccas velhas. A mesma licença concederão a diversos em outras occasiões.

31 de Março. — Remetteu-se á junta da real fazenda a quantia de 898\$668 do direito de aguardente, pertencente ao 2.º semestre de 1818.

5 de Maio. — O mordomo dos presos João Luiz Teixeira representou contra o estado da cadeia, que fazia os presos adoecerem.

19 de Maio. — Mandou embargar pelo juiz almotacé 200 alqueires de sal, que se achão a bordo da embarcação *Harmonia do Sul*, para abastecer os moradores.

14 d'Agosto. — O governador conde da Figueira remetteu cópia da carta regia, que participava o nascimento da princeza da Beira.

7 de Setembro. — O mesmo governador participou os fallecimentos de D. Maria Izabel, Carlos IV, e D. Maria Luiza de Bourbon.

7 de Outubro. — Recebeu uma provisão da mesa do desembargador do paço de 2 de Setembro, acompanhando o alvará que cria o officio de escrivão privativo para o juizo das sismarias.

10 de Novembro. — D. Anna Barbosa apresentou a sua carta de exame de parteira, e se lhe deferiu juramento.

20 de Dezembro. — Remetteu á junta da real fazenda, 868\$430 rs., importância do direito d'aguardente.

1820

19 de Janeiro. — Recebeu a carta regia da eleição dos officiaes que hão de servir no corrente anno.

19 de Janeiro. — Joaquim dos Santos Paiva apresentou a sua carta de sangrador.

15 de Abril. — Recebeu a provisão do tribunal da mesa do desembargo do paço com cópia de outro de 2 de Março, que marca as ceremonias que os parochos devem de praticar com a camara, quando ella fôr á Matriz.

29 de Abril. — Remetteu para a junta da real fazenda 914\$ rs. dos direitos d'aguardente do 2.º semestre de 1819.

10 de Maio. — Representou contra o vigario geral por não ter cumprido • que dispoz a provisão de 2 de Março do corrente, quando a camara foi á igreja assistir á festa da Padroeira.

20 de Maio. — Mandou convidar as pessoas que costumão andar na governança, para no dia 24 do corrente assistir á posse do juiz de fóra, bacharel Caetano Xavier de Brito.

17 de Junho. — Informarão-se requerimentos de diversos, e do padre José Rodrigues Malheiros Trancoso Souto Maior.

19 de Julho. — Ordenou ao juiz almotacé para mandar a Domingos de tal, collocar o relógio do sol no lugar em que estava e que seu caro poz a baixo.

27 de Setembro. — O governo interino desta capital participou a ausencia do conde da Figueira, verificada a 22 do corrente.

8 de Novembro. — Recebeu um officio do coronel engenheiro encarregado do plano da villa e encarregado da obra d'alfandega, pedindo que fizesse retirar deste lugar as quitandeiras, podendo-se ellas estabelecer na praça do Paraizo, destinado ao mercado do peixe.

18 de Novembro. — Tratou de lotar os campos.

1821.

23 de Abril. — Recebeu um officio do governo provisório dactado de 21 do corrente para no dia 30 se proceder ao juramento da constituição que se está organisando nas côrtes de Portugal.

23 de Abril. — Recebeu um officio de José Antonio de Miranda, participando estar nomeado ouvidor desta camara.

28 de Abril. — Teve conhecimento do nascimento do principe da Beira.

14 de Julho. — Reunido o Senado, officiaes militares e povo prestarão juramento ás bases da constituição.

31 de Julho. — Leu-se uma representação do povo, queixando-se e denunciando haver nesta vila uma facção para instalarem governo representativo, usando de força armada para chegarem aos seus fins, requererão que a camara se dirigisse ao commandante das rms pra providenciar.

17 de Agosto. — O governo interino participou achar-se nomeado governador João Carlos Saldanha d'Oliveira Daum, devendo tomar posse a 20 do corrente.

18 de Agosto. — Passarão editaes da sismaria que requereu o padre João Christostomo da Silva.

18 de Agosto. — Convocarão os commerciantes, lavradores e creadores

para no dia 20 do corrente se reunirem na camara para tratar sobre o novo methodo d'arrecadação dos dizimos.

25 de Agosto. — Recebeu um officio do governador da capitania para reunir-se o corpo do commercio e agricultura, afim de tractar da instalação da junta ou mesa da inspecção.

29 de Agosto. — Recebeu a proclamação do governador.

19 de Setembro. — Reunidos os cidadãos convocados para tratar do methodo do recebimento do dizimo, estabelecido pelo decreto de 16 de Abril deste anno, apresentarão o seu voto por escripto.

19 de Outubro. — Receberão as proclamações feitas pelas côrtes de Portugal aos habitantes do Brasil, as que fez o governador, e a ordem para serem ouvidos os ditos habitantes se desejão a nova fôrma de governo.

7 de Novembro. — Pedirão os moradores de Camaquã para ser dividido o districto em dous, o que foi deferido na fôrma requerida.

17 de Novembro. — Reunidas as pessoas desta capital e seu termo, afim de declararem se desejão differente fôrma de governo, affirmarão estar contentes com o actual governo do Exm. Sr. João Carlos Saldanha d'Oliveira Daun.

24 de de Novembro. — Requereu participação datada de 13 de Julho, de haver chegado S. M. a Lisboa.

27 de Novembro. — Deu-se posse ao capitão Domingos José de Araujo Bastos do cargo de juiz de medições.

27 de Novembro. — Receberão um officio do padre João de Santa Barbara deputado por esta provincia.

30 de Novembro. — Recebeu-se um officio do governador com a cópia de um officio de requisição a S. M. para conceder á provincia um governo provisorio.

10 de Dezembro. — Remetterão á junta da real fazenda, a quantia de 140\$ rs., do imposto da aguardente do 2.º semestre do anno passado.

15 de Dezembro. — Determinou um provimento do ouvidor, que só se abonasse a despesa feita com as festas de Corpus Christi, e Padroeira.

1822

5 de Janeiro. — Consta que fôra encarregado interinamente do plano da villa, o coronel José Pedro Cesar.

5 de Janeiro. — O governador capitão general em data de 15 de Dezembro enviou os impressos assignados pelo barão da Laguna, capitão general da provincia de Montevidéo, e papeis relativos a incorporação do Estado Cisplatino, ou Lago Oriental do Rio da Prata, ao Reino-Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

9 de Janeiro. — Receben a camara carta regia da nomeação dos officiaes que devião servir neste anno, e que tomarão posse a 12. — Custodio d'Almeira Castro. — Martinho José Affonso Perreira. — Procurador, José Antonio de Souza Leal.

23 de Janeiro. — Apresentou o Rev. conego provisor uma representa-

ção dos habitantes, em que ponderão ser a vontade geral, que pela installação do governo provisório deva ser general das armas, o Exm.^o João Carlos de Saldanha Oliveira Daun.

30 de Janeiro. — Verifica-se a conservação de S. A. R. no Brasil, occupando o lugar tenente de seu Augusto Pai, annullando-se o decreto das côrtes, que determinarão a nova fôrma de governo e a retirada de S. A. R., determinando que a camara se dirigisse a Sua Alteza, rogandolhe a sua conservação.

6 de Fevereiro. — Recebeu um officio do ouvidor, marcando o dia 9 do corrente, para dar posse ao seu successor o Dr. José Antonio de Miranda.

6 de Fevereiro. — Recebeu um officio do capitão-mór com data de hoje para se proceder á nomeação de capitães para as novas companhias creadas na Capella das Dores e S. João, o que se fez na sessão de 13 do corrente.

16 de Fevereiro. — Recebeu o senado ordem para convocar a reunião de eleitores para no dia 21 do corrente proceder á nomeação das pessoas que hão de compor a junta provisoria.

20 de Fevereiro. — Apresentou-se a representação dos habitantes desta cidade, para ser levada ao conhecimento dos eleitores de parochia.

20 de Fevereiro. — O coronel Manpel Carneiro da Silva Fontoura, por escripto, declarou ter no Rio de Janeiro, tomado a deliberação de unir-se por parte desta provincia aos votos e requisições do povo daquella capital, para S. A. R. Príncipe Regente do Brasil não partir para Lisboa: mandarão fazer estas publicas por haver S. A. ficado.

27 de Fevereiro. — Participarão ás outras camaras a installação do governo provisório no dia 25 do corrente, (está 25 porém pela participação que o governo provisório fez a camara (sessão de 2 de Março) consta ter sido installado a 22.

2 de Março. — O governo provisório remetteu a proclamação que fez para a camara publicar por editaes.

16 de Março. — A junta governativa ordena que o ouvidor dê as licenças para castigo dos escravos, depois de se lhe apresentar bilhete do escrivão da camara.

16 de Março. — Recebeu um officio do vigario do Rio Pardo, Fernando José Mascarenhas Castello Branco.

18 de Março. — Dirigirão congratulações a S.M. não só por ter resellido ficar no Brasil, com por ter-se installado o governo provisório da Provincia. Pediu tambem a elevação desta villa a cidade, accordando que fossem entregues os pedidos a Francisco Xavier Ferreira, membro da junta governativa, que estava a partir para o Rio de Janeiro, conferindo-lhe poderes n'um alvará de procuração para apresentar a S. A. não só as participações como as supplicas, encarregando de promover os interesses da camara como da provincia, dirigindo-se igualmente ao deputado ás côrtes por esta provincia, para tratar como o mesmo Xavier Ferreira, quanto cumpria a esta provincia, conforme as recommendações particulares desta camara.

20 de Março. — Recebeu a cópia do decreto de S. A. R. o Principe Regente do Brasil de 16 de Fevereiro deste anno, e ordem da junta governa-

tiva para reunir no mais curto tempo os eleitores, a fim de ser nomeada a pessoa que tem de exercer as funções de procurador geral desta provincia no conselho creado no Rio de Janeiro, pelo que passarão editaes, marcando o dia 17 de Abril.

27 de Março. — Ordenou a junta governativa que o senado reunisse quanto antes os homens bons e intelligentes dos districto, para assentarem de commum accordo sobre as tres formas propostas pela junta respeito á arrecadação dos dizimos da provincia.

10 de Abril. — Consta que era vice presidente da junta governativa o marechal de campo João de Deos Menna Barreto.

12 de Abril. — Teve participação de 11 de Março deste anno, de haver nascido uma princeza, filha do príncipe real do Reino-Unido de Portugal, Brasil e Algarve.

17 de Abril. — Consta que era patrão-mór da barra Francisco Marques Lisboa.

17 de Abril. — Procedeu-se á eleição do procurador geral da provincia.

24 de Abril. — Recebeu o resultado da eleição para procurador geral da camara de Santo Angelo.

27 de Abril. — Recebeu ordem da junta governativa para ouvir, por escripto, os votos dos chefes de familia, ácerca da creação de um batalhão de pé.

8 de Maio. — Officiou ao capitão-mór J. F. S. Casado para enviar uma lista dos pais de familias.

8 de Maio. — Recebeu a eleição de procurador geral da camara do Rio Grande.

8 de Maio. — Foi apresentada uma memoria sobre as formalidades para a recepção dos dizimos feita pelo cidadão Antonio Joaquim da Cruz, e outra de 80 moradores da Aldeia, que ficarão para serem juntas á informação que a camara devia dar.

11 de Maio. — A junta governativa participa, que no dia 13 do corrente, havia cortejo no palacio do governo depois do Te-Deum.

15 de Maio. — Forão apresentadas duas memorias sobre a arrecadação dos dizimos, uma do padre Marcellino Lopes Falcão, e outra de Joaquim José de Azevedo.

22 de Maio. — Recebeu o officio do capitão-mór remettendo a lista dos pais de familia.

1.º de Junho. — Um officio da junta governativa para ractificação das posses dos membros do governo, os Srs. Manoel Alves dos Reis Lousada, Antonio Bernardes Machado, Rev. Fernando José Mascarenhas Castello Branco.

6 de Junho. — Nesta sessão narra que o governo provisório mandou tirar do lugar da Igreja, destinado para a camara, as cadeiras que elle tinha ali mandado collocar pelo que houve entre a camara e governo provi-rio suas animosidades e representarão ao príncipe real, na sessão de 22 de Julho.

12 de Junho e outros seguintes. — Apresentarão-se pareceres sobre o modo de percepção dos dizimos.

19 de Junho. — Fez a apuração dos votos para a eleição do procurador do conselho e foi eleito o conego provisor e vigário geral Antonio Vieira da Soledade.

3 de Julho. — Recebeu um aviso do ministro e secretario dos negócios do reino de 24 de Maio deste anno, pelo qual, S. A. Real manda participar, que considera justa a requisição que esta camara fez para ser elevada a villa á categoria de cidade, reservando para apresentar a requisição ao conselho dos procuradores geraes.

15 de Julho. — Derão andamento á apresentação do povo apresentando-a á junta governativa para ella ptovindenciar como cumpre ao interesse e seguridade da provincia a respeito da retirada do Exm.^o general das armas, e presidente do governo João Carlos Saldanha Oliveira Daun.

24 de Julho. — Recebeu a carta de 21 de Junho para fazer a eleição dos deputados a assembléa geral constituinte e legislativa do reino do Brasil, em observancia do decreto de 3 do mez de Julho, pelo que passarão editaes para serem fixados na freguezia do termo, a saber: Triunpho, Aldeia dos Anjos, Viamão, e Sant'Anna.

31 de Julho. — Poserão edital para o concurso da cadeira de arithmetica, algebra e trigonometria.

17 de Agosto. — Recebeu participação do Dr. José Antonio de Miranda de haver sido accepta a demissão que pediu do lugar de ouvidor, corregedor etc.

22 de Agosto. — Derão os parabens pela resolução de S. A. Real ficar no Brasil, como pelo titulo de Defensor Perpetuo do Brasil, que lhe foi conferido.

7 de Setembro. — Recebeu a portaria de 29 de Agosto, participando o governo haver acceptado a demissão que pediu o general Saldanha.

28 de Setembro. — O padre Antonio Pereira Ribeiro, eleitor de Taquary officiou á camara, e o padre Ignacio Francisco Xavier dos Santos, eleitor de Rio Pardo, com o seu voto, por escripto, para deputado ás côrtes do Brasil.

2 de Outubro. — Recebeu pelo ministerio do reino o manifesto de S. A. de 1.^o de Agosto.

5 de Outubro. — Receben uma memoria de Fernando Rodrigues Braga, lembrando as necessidades de cconsentir-se a extração do oiro, nomeando-se a elle Braga guarda-mór do districto da villa de Cachoeira.

8 de Outubro. — Recebeu um officio da camara do Rio de Janeiro de 17 de Setembro, participando que a 12 de Setembro havia accordado em acclamar o Sr. D. Pedro d'Alcantara, Principe Regente do Brasil e seu Defensor Perpetuo, 1.^o Imperador Constitucional do Brasil, pelo que accordou das as providencias para no dia 12 do corrente se fazer igual acclamação por esta camara, ordenando que se pozessem luminarias, se fizesse Te-Deum e se officiasse ao Rvm. Thomé Luiz de Sousa par recitar um discurso.

9 de Outubro. — Recebeu ordem para fazer publico a criação da cadeia das primeiras letras do Triumpho.

9 de Outubro. — A camara do Rio Grande participou ter feito a acclamação no dia 12.

9 de Outubro. — Ignacio José Filgueira, mestre da capella, por si e por parte dos professores de musica, se offereceu para gratuitamente fazer o serviço de toda festividade da Acclamação.

9 de Outubro. — Se marcou o dia 16 para apuração dos votos dos deputados á A. G. C. e Legislativa do Brasil visto se terem recolhidos as eleições de toda a provincia a qual seria feita no salão da Santa Casa de Misericordia.

17 de Outubro. — Consta nesta acta que, sahirão eleitos: o desembargador José Feliciano Fernandes Pinheiro, Dr. Bernardino de Senna Ribeiro da Costa, e Antonio Martins Bastos, e supplentes o marechal Francisco das Chagas Santos, que preencherá o lugar durante a ausencia do desembargador Pinheiro, que se acha nas côrtes de Lisboa.

17 de Outubro. — Mandou o governo provisório que houvesse um juiz ventenário em cada freguezia e cada capella, e outro em cada um dos lugares em que houverem 20 fogos.

17 de Outubro. — Officiarão ao deputado Senna Ribeiro para felicitar, por parte da camara, a S. M., por ter sido acclamado 1.º Imperador do Brasil.

23 de Outubro. — Arrematou o açougue por 701\$ réis, sendo 390 rs. o o preço da aroba de carne.

26 de Outubro. — Recebeu um officio do deputado Senna Ribeiro, pedindo instrucções para poder promover os melhoramentos da provincia, pelo que se mandou passar editaes para os cidadãos apresentarem suam memorias.

26 de Outubro. — O Dr. J. M. S. G. M. Peçanha, participa estar nomeado ouvidor inteirino.

27 de Novembro. — O marechal de campo Francisco das Chagas Santos, deputado supplente, pede á camara instrucções sobre os objetos tendentes á prosperidade da provincia.

27 de Novembro. — Tendo Domingos José de Araujo Bastos, pedido demissão do cargo de juiz de medições, fez o senado a proposta, sendo indicados Antonio Pinto de Miranda, José de Bitencourt Cidade, e José Alves Carneiro da Silva.

7 de Dezembro. — Recebeu o decreto de 18 de Setembro, que marca a forma do escudo d'armas, bandeira mercantil, e tope nacional.

24 de Dezembro. — Recebeu o decreto de 19 de Novembro, que reconduz o Dr. Caetano Xavier Pereira de Brito no lugar de juiz de fôra.

24 de Dezembro. — Recebeu noticia da sagração e coroação de S. M., feita no dia 1.º do corrente, pelo que resolverão no dia 1.º do anno fazer Te-Deum.

24 de Dezembro. — Recebeu o decreto de 1.º do corrente, creando a ordem do Cruzeiro.

1823.

8 de Janeiro. — Entregou Francisco Xavier Ferreira a carta de mercê pela qual S. M. houve por bem elevar a cidade esta capital, por carta de 14 de Novembro de 1822.

9 de Fevereiro. — Recebeu a carta imperial de 4 de Dezembro, fazendo eleições dos officiaes da camara — José Narciso Monteiro de Araujo, Antonio José de Oliveira Guimarães, e Domingos d'Almeida Lemos, e procurador José Antonio de Sousa Leal. (Outros forão os que tomarão posse.)

1.º de Março. — Recebeu o decreto d e 24 de Janeiro, para se fazer a subscrição voluntaria para augmento da marinha de guera.

22 de Março. — Reuniu-se a camara e alguns cidadãos para tratarem acerca do methodo da cobrança do dizimo, depois de lidas as provisões, e o plano apresentado pelo thesoureiro-mór José Caetano Gomes, assim como o do governo provisorio pediu o ministro que os cidadãos declarassem os seus votos. O capitão João Marcos Vieira, fazendeiro creador, disse que era de opinião que os fazendeiros pagassem por cada rez 400 rs. O sargento-mór João Luiz Teixeira, negociante desta provincia, foi da mesma opinião, e que se continuasse a pagar os dizimos já estabelecidos, com isempção porem os lavradores pelo consumo, sendo arrematados por freguezias, e tambem o decreto sobre o gado, o que foi seguido pelo cidadão Manoel Jos- Freitas Travassos, e Rev. padre Francisco Santos Pinto, o cidadão Henrique da Silva Loureiro, foi do mesmo accordo, porém, que se fizesse o arrolamento da producção pelos capitães das ordenanças, na occasião defazer da população, sendo de opinião que em lugar do 5.º de couro se pagasse 200 rs. pelos de vacca, e 300 rs. de novillo, e por terem concorrido poucos cidadãos, requererão nova reunião afim de reunir mais fazendeiros e lavradores.

Fizerão donativos diversos cidadãos.

29 de Março. — Tiverão noticia do nascimento d'uma princeza.

5 de Abril. — Nomeou o senado uma comissão para examinar as posturas.

20 de Junho. — Reuniu-se na praça o tenente coronel Gaspar Francisco Menna Barreto, commandante do esquadrão de Dragões, e o sargento-mór José Luiz Menna Barreto para dirigir á tropa e povo um proclamação, que justificava os motivos que tinham para rectificar os seus juramentos de adhesões e fidelidade a S. M. I.

2 de Agosto. — Participou o procurador da provincia o conego Sole, dade, que por haver a assembléa geral constituinte dissolvido o conselho de procuradores geraes, tinham cessado os seus poderes.

13 de Agosto. — Em portaria de 21 de Julho, prohibiu o ministro do imperio a exportação de viveres para os portos occupados pelas tropas lusitanas.

25 de Agosto. — Medição da varzea do Portão.

4 de Outubro. — Receberão os donativos para augmento da marinha.

5 de Novembro. — O superintendente das decimas da freguezia do Tri-

ampho, pondera não ter cobrado as decimas dos orpprietarios remissos por falta de juiz ventanario.

15 de Novembro. — Remetterão a relação dos proprietarios de barcas.

22 de Novembro. — Arrematarão o talho de carne por 701\$ réis, sendo a aroba de carne 400 rs.

29 de Novembro. — Teve participação em 27 do corrente de ter sido encarregado da secretaria militar do governo provisório o sargento-mór José Joaquim Machado de Oliveira.

12 de Dezembro. — Recebeu provisão da junta da fazenda nacional para proporem tres pessoas para recebedores das sizas em lugar de Custodio José Teixeira de Magalhães.

17 de Dezembro. — Foi por S. M. encarregado da vaccina o cirurgião-mór Ignacio Joaquim de Paiva.

20 de Dezembro. — Recebeu uma proclamação, manifesto e quatro decretos de S. M. porticipando haver dissolvido a assembléa geral constituinte, a 12 de Novembro.

24 de Dezembro. — Recebeu o decreto de 17 de Novembro para proceder á eleição para a nova assembléa.

(Continuo.)

**RELATÓRIO CIENTÍFICO DAS VIAGENS DE ESTUDOS ETNOGRÁFICOS,
EMPREENHIDAS ENTRE 26 DE DEZEMBRO DE 1944 E 14 DE MARÇO DE
1945, PELO P. BALDUINO RAMBO S. J., LENTE DE ETNOGRAFIA E ETNO-
LOGIA DA FACULDADE DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DE PORTO
ALEGRE**

Pc. B. RAMBO, S. J.
Colégio Anchieta, Pôrto Alegre

A primeira viagem, de 26 de dezembro de 1944 a 16 de janeiro de 1945, a Quaraí, foi empreendida por iniciativa e despesas próprias; a segunda, de 3 de fevereiro a 14 do mesmo mês, a Florianópolis; e a terceira, de 21 de fevereiro a 14 de março, a Nonoai, foram realizadas por incumbencia e despesas da Universidade. Incluo neste relatório também os resultados da primeira, por constituirem uma ampliação considerável do inventário material indígena de R.G.S.

I. A INDÚSTRIA LÍTICA DE QUARAI

Incorporado na Tropa Nóbrega dos Escoteiros do Colégio Anchieta, cheguei a Quaraí à noite de 27 de dezembro; no dia seguinte segui para o rio Quaraí-mirim, estância do Dr. Aldo Pereira Giudice; armamos acampamento na mata de galeria junto ao rio, no triângulo formado por este e a sanga do Nhandubai.

A intenção primária fora de estudar e coletar a flora campestre da fronteira; secundariamente pensara em conseguir algum material lícito dos charruas, se possível. Logo na tarde do primeiro dia de excursão topei com os primeiros ves-

tígio de artefatos lascados, cuja coleta passou a constituir, daí por diante, a finalidade principal da viagem. Passo a dar uma notícia sucinta do que se poderia chamar, com toda a razão, **A ESTAÇÃO DO NHANDUBAI**.

1. **Situação geográfica.** — O terreno aqui estudado fica a cerca de 25 kms. a oeste de Quaraí; está compreendido ao leste e ao norte pelo Quaraí-mirim, ao sul pelo Quaraí (fronteira do Uruguai), ao oeste pelo rio Garopá. A distância mínima da fronteira é de cerca de 15 kms. A região mais explorada fica na Estância do Jarau, de propriedade do Dr. Aldo Pereira Giudice, que inclui parte dos campos e as ruínas da antiga estância de Bento Manoel Ribeiro.

2. **Aspecto fisionômico.** — A região é dominada pelo Cerro do Jarau, uma série de diques de arenito cosido estendidos em direção sudeste-noroeste, formando três blocos maiores, com altitude máxima de 90-100 metros. Daí descem várias sangas para o Garopá, o Quaraí-mirim e o Quaraí, das quais a mais importante é o Nhandubai.

O solo é constituído por duas rochas: o arenito triássico e o meláfiro de efusão; o primeiro ocorre em diques, geralmente de poucos metros de largura no campo e algumas centenas de metros no Cerro, havendo duas variedades, uma vermelha, outra azul (glauconítica), ambas mais ou menos metamorfasadas ao contato com as rochas de efusão; o segundo, em variantes espessas ou porosas, forma o solo geral do campo, coberto de inúmeros fragmentos e drusas de ágata com cristal de rocha.

A vegetação campestre é graminácea, relativamente pobre em espécies, mas bem desenvolvida; ao longo dos cursos de água e nas baixadas húmidas existem galerias de mato bem desenvolvido, contendo como elementos mais notáveis a corônda (*Gleditschia amorphoides* (Gris.) Taub.), a sombra de touro (*Acanthosyris spinescens* (Mart. et Eichl.) Gris.), a aroeira (*Lithraea molleoides* (Vell.) Engl.), o aguai (*Pouteria neriifolia* (Hook. et Arn.) Radlk.), e outras árvores de porte médio; o mato de parque, que irradia para o campo, consiste essencialmente de pinilho (*Acacia Farnesiana* (L.) Wild.) nhandubai (*Prosopis juliflora* D. C.), cinacina (*Parkinsonia aculeata* L.), tala (*Celtis spinosa* Spreng.) e outros arbustos baixos, xerófilos, geralmente espinhosos.

O quadro geral resultante é o seguinte: Do Cerro do Jarau, rochoso, erçados de pacotes de sedimentos em ruínas, revestidos de lichens cinzentos e entremeados de arbustos retorcidos, descem suavemente os campos sulcados de sangas. No campo são frequentes os guaraxains, os tatús, os zorrilhos, as lebres; junto ao rio há capivaras, pacas, jacus e muitas aves aquáticas e silvestres.

3. **Distribuição dos artefatos.** — As pedras lavradas (das quais mais adiante será dada uma descrição pormenorizada) se encontram de duas maneiras:

a. **Em dispersão pelo campo.** — Tal é sempre o caso das bolas, das pedras de moer e dos discos lenticulares; também as pontas lascadas existem isoladas em toda a região, mas com tendência nítida de se avolumarem ao longo e de ambos os lados da barra do Nhandubai.

b. **Em massa.** — Este caso, exclusivo dos artefatos lascados, se observa numa extensão de cerca de 5 kms. ao longo dum dique de arenito glauconítico cosido de ambos os lados da barra do Nhandubai, que é atravessado por este dique formando uma pequena cascata; a maior quantidade está à orla do mato nos ângulos

formados pela sanga com o Quaraí-mirim; este ponto evidentemente constitue o centro de irradiação dos artefatos.

4. **Deposição.** — Todos os artefatos se acham na superfície ou levemente enterrados pelas enxurradas. O próprio terreno, duro, de rocha à vista ou coberto de poucos centímetros de terra, impede uma deposição mais profunda; além disso, o terreno na zona ribeirinha da sanga, é quasi absolutamente plano, de maneira que não pode haver carreamento pela agua. Explorei o rio Quaraí-mirim e as sangas por muitos kms. de extensão, encontrando uma única ponta lavrada com sinais de carreamento fluvial. Não há vestígio do que se pudesse chamar deposição fossil; embora os barrancos do Quaraí-mirim mostrem expostas magníficas barreiras de argila amarelo-branca, contendo chapas da couraça de *Glyptodon* e peças de outros animais quaternários.

5. **Estado de conservação.** — As bolas e os discos, principalmente quando são de arenito mais mole, apresentam a superfície bastante carcomida pelos agentes de erosão natural; as pontas lascadas, ao contrário, tem a superfície absolutamente intata, coberta só às vezes de líquenes crustosos ou foliáceos.

6. **Material.** — As bolas, pedras de moer e os discos, lenticulares são todos de arenito mais ou menos cosido, fora dum único exemplar de bola pesada, que é de meláfiro amigdalóide. Na maioria dos casos é um arenito de cosimento fraco, de cor avermelhada; dois belos exemplares de bola redonda são de arenito glauconítico fortemente cosido e duríssimo. As pontas são na sua totalidade de arenito de grão muito fino e completamente cosido; na maioria dos casos se trata da variedade azul glauconítica; muitas vezes, porém, dentro da mesma peça variam camadas mais claras e mais carregadas, havendo até alternância de vermelho e azul; a cor provém do cimento natural do arenito: vermelho-cimento ferruginoso, azul-cimento de glauconita; o último, seja dito de passagem, parece existir no R.G.S. só na região da Fronteira.

Entre os mais de mil artefatos se contam só umas 5 pontas de sílex provavelmente lavradas.

7. **Técnica.** — Aquí é preciso distinguir radicalmente entre bolas, mós e discos de um lado, e pontas do outro.

a. As bolas e as mós por desgaste sobre lages de arenito (infelizmente não encontrei nenhum “amoladouro” deste gênero, o que talvez coere com a grande dispersão desses elementos); nos exemplares de arenito glauconítico, a lavra da superfície atinge um verdadeiro polimento. Os discos lenticulares perfeitos igualmente mostram esta técnica; em dois exemplares inacabados pode-se constatar, que se escolhiam seixos rolados do rio de forma mais ou menos apropriada, que em primeiro lugar eram desbastados por lascas grossas a partir dos bordos, sendo em seguida polidos sobre lages de arenito.

b. As pontas, ao contrário unicamente foram obtidas por lascamento. Isto se patenteia por seu simples aspecto, pois tanto as faces como as bordas cortantes mostram exclusivamente planos maiores e menores de fratura, sem polimento algum.

A prova direta é fornecida pelas “ferrarias de pedra”, que existem de ambos os lados do Nhandubai: milhares de fragmentos, na maior parte refugo, cobrem os afloramentos desbastados a rocha e se espalham em redor. Num lugar até

encontrei e fotografei um bloco separadamente colocado num plano rochoso, “descascado” de todos os lados; junto estava uma cunha tosca da mesma rocha com a ponta desgastada pelo golpe; evidentemente serviu de martelo ou marreta.

O processo de fabricação demonstrado pelos próprios artefatos era o seguinte:

Escolhia-se um bloco de arenito fortemente cosido e finamente granulado, de preferência glauconítico; depois se dirigia um golpe certo à superfície perto duma aresta natural (o esmagamento típico da pedra naquele ponto se pode constatar na maioria dos artefatos); saltava então uma lasca de forma fortemente sujeita ao acaso, ora grande, ora pequena, ora longa e estreita, ora curta e larga; se o golpe se dirigia para perto duma aresta natural, obtinham-se peças longas, volumosas, mais ou menos triangulares, terminadas em ponta; se o golpe atuava mais afastado da aresta, desprendia-se uma peça curta e larga em forma de valva de concha, mas levemente convexa na face de fratura e de borda cortante à exceção do trecho que corresponde à superfície natural do bloco.

Tais fragmentos obtidos pelo primeiro golpe, em muitos casos já se prestavam como instrumentos cortantes, pois, devido ao forte cosimento apresentam um fio tão fino que se podem cortar cabelos; não resta dúvida, tendo em vista o caráter sumário de toda esta indústria, que muitas vezes de fato se usavam tais lascas em estado bruto.

Geralmente porém, a peça era aperfeiçoada por lascamentos ulteriores, em dois passos. Em primeiro lugar se reduzia a grossura do fragmento; isto por golpes dirigidos contra as bordas, convergindo radialmente para a face externa do fragmento (acentuo, para a face externa”, isto é, a superfície natural, e não a face interna, isto é, o plano de fratura, que raríssimas vezes mostra sinais de lavra ulterior); resultavam, por fim, formas amigdalóides, de face externa fortemente convexa, cônica, piramidada ou em aresta, e de face interna plana ou fracamente convexa (=a fratura natural da rocha); muitas vezes este desbastamento se refere só a um, dois ou três lados do artefato, ficando intato o lado aonde se dirigiu o primeiro golpe. — Depois seguia o preparo do fio; como este, embora muito cortante, é frágil e sem resistência, dava-se-lhe maior solidez e eficiência por serrilhamento: isto se conseguia aplicando golpes leve e bem calculados obliquamente dirigidos alternadamente do lado externo para o interno e vice-versa; por tais “retoques”, isto é, desbordamentos mínimos, obtinha-se um fio em serrilha, reunindo as vantagens de faca e serra.

O acabamento técnico de todos os artefatos não é grande; a maioria deles, só aos olhos do entendido se apresentam como produto da mão humana.

8. **As bolas.** — O uso destes artefatos é conhecido: atavam-se em três em longas correias unidas num centro comum, e atiravam-se nas pernas do animal (avestruz, veado, gado das estâncias) a quem quebravam os ossos e imobilizavam.

a. **Forma.** — Entre os 7 exemplares obtidos em Quaraí (todos oferecidos pelo Dr. Giudice e seu peão João “Barulho”, pois pessoalmente não encontrei nenhuma) três são redondos, um imperfeitamente redondo, outros dois biovolados. O diâmetro está perto de 5-6 cm., o peso é de cerca de 300 gramas; só um exemplar esférico e sem sulco tem 7 cm. de diâmetro e pesa cerca de 500 gr.

b. **Tipos.** — Distinguem-se três: três exemplares perfeitamente redondos sem

vestígio de sulco; provavelmente se prediam num retovado de couro; um perfeitamente redondo com um sulco bastante largo mas muito superficial, evidentemente adaptado a uma correia mais larga; dois exemplares biovolados com sulco polar estreito e nitidamente incisado, que ao meu ver deram atadas a cordeis de fibra vegetal.

9. **As mós.** — Tenho um exemplar único completo (presente de João Carlos Giudice). Consta de duas peças: a mó inferior é um corte de cilindro, com 7 cm. de diâmetro e 4 de altura de arenito claro e finalmente granulado; a mó superior tem a forma de meia-laranja, já fortemente carcomida na superfície. Destas "meias-laranjas" tenho mais outro exemplar, porém parcialmente danificado, sem a peça complementar.

10. **Pedras lenticulares.** — Recebi dois exemplares do Dr. Giudice e achei mais três outros dispersos no campo. De todos estes, um único é perfeito. Tem a forma regular de lente levemente biconvexa e borda quasi cortante, com 6 cm. de diâmetro e cerca de 100 gr. de peso. Outra é de circumferencia irregular e sem borda afiada; as três por mim achadas são um pouco maiores, mas imperfeitamente polidas, conservando na borda as faces de fratura oriundas do lascamento preparatório. Segundo tradições locais, estes discos eram atirados com fundas, na horizontal (bolas de funda "perdidas").

11. **Artefatos lascados.** — Aqui não pode ser o lugar duma descrição completa da coleção, que conta mais de mil números, podendo colher-se com facilidade outros tantos. Em geral a classificação de artefatos tão pouco individualizados como são os de pedra lascada, cujo uso direto não se observou, esbarra em grandes dificuldades; os arqueólogos distinguem facas, serras, raspadores, punças, furadores, alisadores, descarnadores, percutores, martelos, polidores, pontas de flecha e lança, "cunhas de punho", etc. etc. Escolhemos os tipos mais bem individualizados:

a. **Facas.** — Existem em número de várias dezenas. Geralmente conservam a típica forma de valva de concha quasi plana, oriunda da forma natural da lasca. No exemplar mais perfeito que tenho (aliás o primeiro artefato que encontrei e que me chamou atenção ao assunto) o comprimento é de 5 cm., a largura de 3,5 cm.; lado de cima, com um característico "cone de esmagamento" produzido pelo golpe, tem a grossura de 1 cm., sendo plano e sem retoque algum; um dos lados curtos também é grosso, com uma reintrância; todo o resto da borda é cuidadosamente afiado com retoques. — Destina-se evidentemente ao uso manual, sem encaixe: deitando-se o índice sobre o dorso plano, encostando-se o polegar na chanfradura lateral e apoiando-se o dedo grande contra a face externa, resulta um instrumento cortante de efeito rudimentar, mas suficiente. — Nas outras "facas", a forma é raras vezes tão pronunciada; geralmente é uma simples lasca de borda retocada e dorso largo; também é preciso ter em mente, que muitos dos meus artefatos serão mero refugo de fabricação.

b. **Serras.** — Diferem das facas, por terem a borda fortemente retocada em dentes, a serem geralmente mais compridas; geralmente é uma lasca de 5-12 cm. de comprimento, com o lado externo em aresta e as bordas longos serrilhadas.

c. **Raspadores.** — Os arqueólogos distinguem uma série de tipos: raspadores, concavos em que a borda é concavamente reintrante, destinada a desbastar bas-

tões redondos como arco, cabo de lança etc.; raspadores de punção, em que só uma ponta delgada possui forte serrilhamento para perfurar; raspadores unguitulares, muito pequenos, em forma de unha de polegar, para trabalhos pequenos e exatos; raspadores de concha em forma de enxó para escavar madeira; raspadores de plaina, para desbastar madeira em movimento de vaivem; e muitos outros. — No material de Quaraí se encontram todos estes tipos mais ou menos pronunciados; são interessantes os grandes raspadores de plaina com a face externa em alto cone, a face interna plana e a borda arredondada totalmente retocada.

d. **Cunhas de punho.** — Exemplos típicos não são frequentes. Tem a forma de cunha de uns 10 cm. de comprimento, com cabeça volumosa e arredondada, as bordas retocadas e a ponta em cone ou fio. Representam o instrumento universal dos paleolíticos: manejadas sem encaixe, serviam para cortar, cavar, golpear etc. Noto que a cultura lítica do Nhandubai não é legítima "cultura de cunha de punho", pois os espécimens são raros, e nunca trabalhados em ambas as faces, diferindo assim dos espécimens do paleolítico.

e. **Percutores** (martelos, marretas). — O material é rico em formas pesadas, mais ou menos cuneiformes, cuja extremidade delgada mostra sinais evidentes de esmagamento pelo golpe em objeto duro; são geralmente núcleos restantes de blocos que se gastaram por lascamento; suponho que sejam os martelos, com que se obtiveram as lascas.

f. **Pontas de lança.** — Não há um único exemplar que se possa comparar aos tipos procedentes de Entreríos; não obstante, muitas peças não admitem outra explicação, principalmente quando se toma em consideração que os charruas usavam muito esta arma totêmica. Num exemplar o comprimento é de 7 cm., a largura máxima um pouco acima da base é outrotanto. A ponta é curta e larga e como os lados convexos cuidadosamente desbordada; acima da base se nota de cada lado uma chanfradura destinada ao encaixe; a base é grossa e sem retoques.

Talvez se devam incluir entre as pontas de lança os belos tipos de artefatos amigdalóides trabalhados em ambas as faces, caso muito raro nesta indústria.

g. **Pontas de flecha.** — Recolhi cerca de uma centena. São geralmente muito pequenas, as vezes só do tamanho duma unha. Tem a forma das pontas de lança em estilo menor. A ponta quasi sempre é arredondada e cortante, e os bordos convexos. Só um ou outro exemplar apresenta vestígios sumários de farpas. A base é reta, mas muitas vezes provida de ligeiras chanfraduras para o encaixe.

12. **Discussão etnológica.** — Os artefatos de Quaraí pertencem evidentemente a cultura dos charruas; tanto as bolas e discos como os instrumentos de pedras lascadas são de larga difusão em todo o território outrora percorrido por estes índios e congêneres; concordam perfeitamente com a descrição e as figuras de Antonio Serrano, *Etnografía de la antigua Provincia del Uruguay, Paraná, 1936*. Como elemento cultural pertencem às civilizações pampeanas prolongando-se até a Patagônia. Historicamente está fora de dúvida, que os charruas constituem irradiações dessas culturas.

Acrescentamos algumas considerações histórico-culturais:

a. As bolas e os discos lenticulares são elementos exogamo-matriarcais, que na América meridional sempre se relacionam com as culturas andinas; no R.G.S. são abundantes as bolas em toda a metade meridional do Estado; na Serra começam

a rarear; de Sta. Catarina para o norte os achados são raríssimos. — Os discos lenticulares são muito menos frequentes do que as bolas; fora dos 5 exemplares colhidos em Quaraí conheço apenas um único espécimen no Museu do Estado, provindo de Uruguiana.

b. As mós, na forma que as encontrei em Quaraí, parecem ser raras; como se trata dum exemplar único, não quero aventurar-me a conclusões de ordem geral: podem ser de origem matriacal, mas ainda podem pertencer a outros conjuntos culturais.

c. Os artefatos lascados de per si constituíam matéria duma monografia especial; aqui só quero fazer ressaltar as conclusões fundamentais. Primeiro, o tipo e a técnica coincidem perfeitamente com os artefatos do acheuléano, segundo período do paleolítico francês; nele, pertencem a chamada "indústria de lâminas de Levallois". Duzias e duzias de espécimens são de tal maneira iguais, que seus contornos cobrem perfeitamente as figuras nos livros que tratam do assunto.

Convém salientar, que os cunhos de punho lavradas de todos os lados quasi não ocorrem; a grande maioria pertence a "cultura de lâminas" unilateralmente talhadas, em oposição à "cultura de cunhas de punho". Segundo Oswaldo Menghin, as duas culturas se estendem através de todas as "idade de pedra", desembocando as cunhas de punho nos machados polidos dos matriarcais, as lâminas nas pontas dos totêmicos; ainda segundo ele, as cunhas são próprias de habitantes das florestas, as lâminas de habitantes das estepes.

O grande número de pontas caracteriza os charruas, como fortemente influenciados pelo círculo totêmico, com suas características armas de ponta, punhal e lança.

O fato de serem os artefatos do tipo paleolítico médio poderia levar à ideia, como si fossem da mesma idade antiga como os franceses; nada mais errado do que isto, pelos seguintes motivos: Primeiro, os artefatos europeus e asiáticos deste tipo sempre são fosseis; os de Quaraí, ao contrário, por sua deposição superficial, seu perfeito estado de conservação são evidentemente recentes; segundo, os europeus antecederam qualquer história cronologicamente fixavel; os de Quaraí (como os uruguaio e argentinos do mesmo tipo) foram vistos na mão dos charruas pelos descobridores.

13. **Conclusão.** — A estação lítica do Nhandubai é um legítimo "paradeiro" dos charruas, rudes caçadores dos Pampas e da Campanha; sua data não excederá 300-400 anos, época em que estes índios conheceram e adotaram o ferro; etnologicamente falando, representam dois elementos desta cultura mixta: as bolas matriarcais de procedência andina, e as lâminas totêmicas em conexo com a Patagônia.

Estas últimas no R.G.S. (e no Brasil) se constataam pela primeira vez.

ANALISES QUÍMICAS DAS TINTAS USADAS NA CERÂMICA PELOS EXTINTOS INDÍGENAS DA CACHOEIRA DE EMAS, RIO MÓGI GUASSU

MANUEL PEREIRA DE GODÓI

Biologista da Estação Experimental de Biologia e
Piscicultura em Pirassununga, São Paulo

Sempre que os etnógrafos e os arqueólogos estudam as pinturas indígenas, consideram-nas sob o ponto de vista físico, artístico, religioso, social, etc., esquecendo, freqüentemente, a química das pinturas, de grande interesse também. Desde as primeiras crônicas escritas sobre os índios do Brasil, aparecem, quando se fala da pintura corporal, as cores vermelha e preta sobretudo, extraídas, respectivamente, do urucu (*Bixa orellana* — *Bixaceae*) e do genipapo (*Genipa americana* — *Rubiaceae*). Notaram os vários cronistas que a cerâmica dos índios brasileiros era ornamentada em vermelho e preto e, por analogia às cores usadas na pintura do corpo, extendiam, muitas vezes, a utilidade do urucu e do genipapo à cerâmica. Contudo, matérias do reino mineral forneciam tinturas aos oleiros indígenas e a literatura sobre essa fonte pintorial é reduzidíssima e quase todos os autores, pelo menos quando tratam de uma maneira generalizada do assunto, são açordes em que as cores vermelha e preta principalmente são de origem vegetal. A química prova o contrário.

Consultando bibliografia sobre diversos povos, notamos que o reino mineral fornecia as várias cores para a pintura das cavernas, das inscrições rupestres, dos trançados de taquara e de embira, da cerâmica raras vezes, etc.

FIGUIER (1883) falando do homem da idade da rena, na Europa, diz que o mesmo usava o ferro oligisto e o óxido de ferro para as pinturas das cavernas e dos chifres que serviam para as suas utilidades. BEUCHAT (1912) falando sobre a pintura dos aztecas diz que o vermelho era extraído do *achiote* (*Bixa orellana*) e da cochonilha, o verde claro de carbonatos e acetatos de cobre e o azul escuro do índigo. TEODORO SAMPAIO (cit. em ANDRADE, A. A. de, 1926) diz que “as inscrições lapidares, em sua polychromia, tinham geral prática com matérias de origem mineral: para as cores as tabatingas várias. Entretanto, para o negro era sempre recurso o genipapo”. MARTIUS (cit. pelo mesmo autor) diz que os índios do sul da Bahia se “servem do decoto da casca de diversas *Myrtaceae* e de um barro preto, fino, para tingi-los”. KARL VON DEN STEINEN (1939) diz que o branco,

na pintura Bakairi, é extraído da argila pura, o preto do carvão de lenha e fuligem, da polpa da semente de genipapo e de várias resinas e o vermelho de um barro, mas de uso restrito. Este autor, falando dos Bororos diz que os mesmos tingem as embiras de preto com o auxílio de tijuco podre. MARINA VASCONCELOS (1939), num estudo sobre a cerâmica do Marajó, cita o urucu, o caraju, a oca e o carvão vegetal. PEREIRA JÚNIOR (1941) estudando os sinais encontrados numa gruta do Serrote da Rôla no Ceará diz que os mesmos são feitos com uma tinta encarnada escura, indelével. KRAUSE (1941-43) cita que os Karajás usam o vermelho do urucu, o preto do genipapo e da fuligem das árvores carbonizadas e o branco da argila pura. O vermelho do urucu servia para pintar vários utensílios, inclusive os seus potes e pedras para machados. Para as pinturas escuras, às vezes, usavam terras pretas, que denominavam *zoublulú*. Os Kaiapós pintam o corpo, os objetos de madeira, as embiras e os cordéis de algodão com urucu e genipapo. COLBACCHINI e ALBISETTI (1942) dizem que os Bororos usam o vermelho do urucu e o preto de pó de carvão misturado com *kiddoguro*, seiva vegetal, nas suas pinturas.

Num trabalho que concluí em 1945 sobre os Paingúas da Cachoeira de Emas, disse que as pinturas vermelha e preta da cerâmica são de origem vegetal, baseado em KRAUSE e outros autores. Nenhum autor publicou um estudo químico da pintura da cerâmica dos nossos índios e nem chamou a atenção para semelhantes estudos; entretanto, como a natureza da pintura, depois, me revelasse uma origem mineral, procedi a várias análises, como seguem:

Análises com o vermelho.

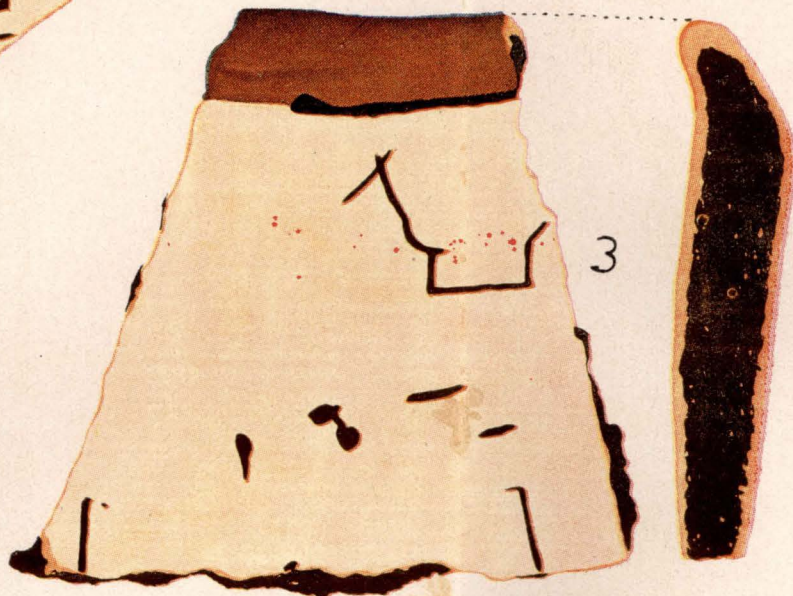
- 1.º) Solúvel em água, álcool, xilol e ácido clorídrico.
- 2.º) Raspado cuidadosamente e triturado foi, em parte, atraído pelo imã.
- 3.º) Fiz uma solução de 2 grs. de pó vermelho e 80 cc. de água acidulada (HCl a 10 %). Pouco solúvel. Aqueci a solução, filtrei-a e dividi o resultado em vários tubos de ensaio:
- 4.º) Solução + permanganato de potássio, KMnO_4 , = não descorou, índice de sal férrico.
- 5.º) Solução + ferrocianeto de potássio, $\text{K}^+[\text{Fe}(\text{CN})_6]^-$, = precipitado azul de ferrocianeto férrico, $\text{Fe}^+[\text{Fe}(\text{CN})_6]^-$, chamado azul da Prússia.
- 6.º) Solução + ferricianeto de potássio, $\text{K}^+[\text{Fe}(\text{CN})_6]^-$, = precipitado azul claro, tendendo para um verde, de ferricianeto férrico, $\text{Fe}[\text{Fe}(\text{CN})_6]$.
- 7.º) Solução + sulfocianeto de potássio, KCNS , = coloração vermelho-sangüínea de sulfocianeto férrico, $\text{Fe}(\text{CNS})_2$.
- 8.º) Os ferrocianeto, ferricianeto e sulfocianeto férricos se decompõem em presença do ácido oxálico, COOH , e do hidróxido de sódio, NaOH .
- 9.º) Solução + hidróxido de sódio, NaOH , = precipitado gelatinoso de



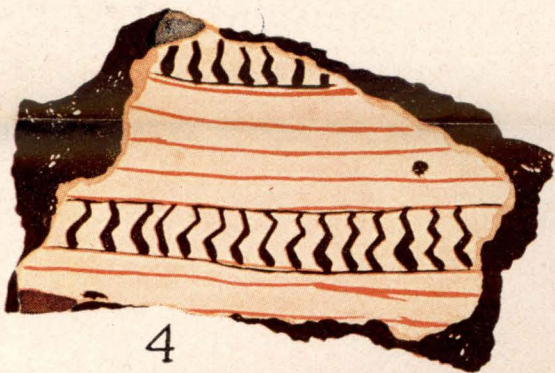
1



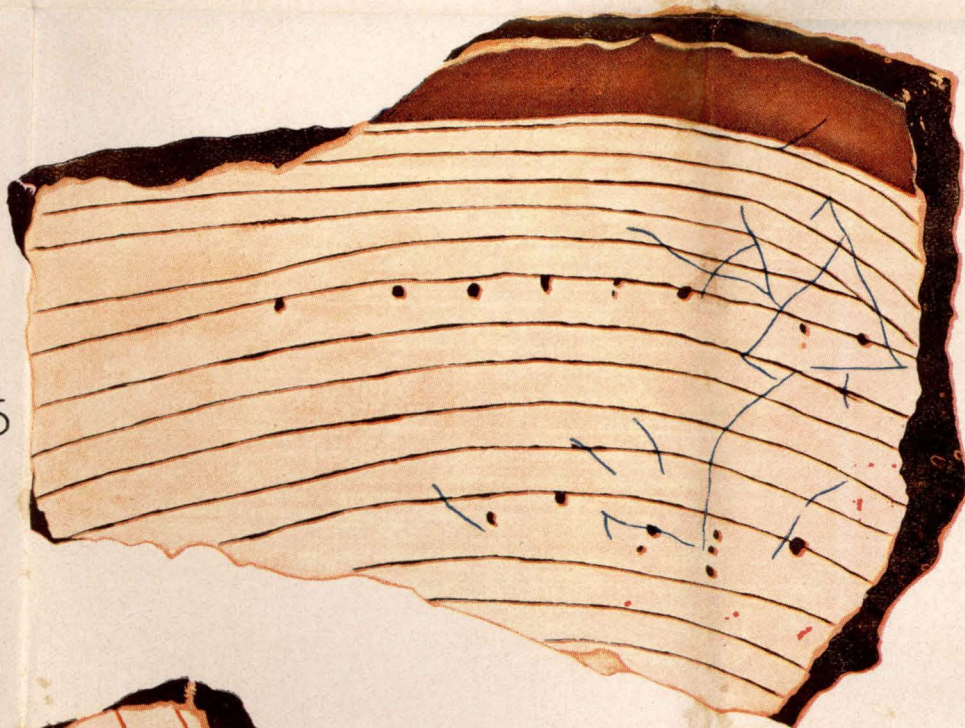
2



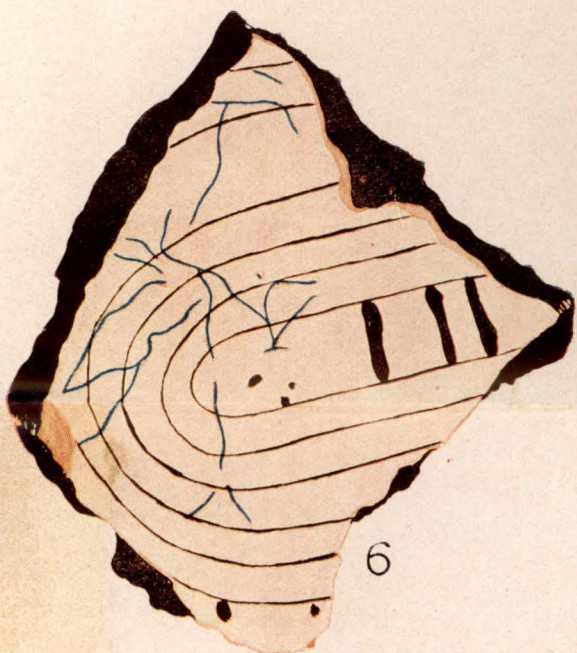
3



4



5



6



7



8

5 CMS.

W. Goddard

II-1946



Fragmento de urna funerária, encontrado a 1.200 metros da margem direita do Rio Mogi Guassu, Cachoeira de Emas. Notamos uma larga faixa em vermelho de óxido férrico; abaixo desta, quase paralelos, quatro traços em preto de óxido férrico, assim como a ornamentação pontual e em forma de arcos e linhas retas e quebradas. Por todo o fragmento há, de uma maneira irregular, traços em azul de óxido férrico. Na faixa vermelha, na parte raspada, verificamos os traços em azul, provando, assim, que o azul foi pintado primeiramente.

Fragment of cover of funerary urn, discovered at 1.200 metres of the right side of the Mogi Guassu River, "Cachoeira de Emas". We observe a large band in ferric oxid red; down of this, almost parallels, four delineations in ferric oxid black as well as the pointed, bow, straight and breaked lines ornamentation. Oh all the fragment there are, of an irregular manner, delineations in ferric oxid blue. In the red band, in the scraped part, we verify the blue delineations, proving that firstly the blue was painted.

hidróxido férrico, $\text{Fe}(\text{OH})^3$, que, com o passar das horas, adquire uma coloração vermelha-ferrugem.

- 10.º) A solução de pó vermelho apresenta sempre um resíduo de argila e sílica.
- 11.º) Pela incrustação forte da pintura vermelha, nota-se que a mesma foi passada *antes* que o vaso fôsse queimado.

Análises com o preto e o azul.

Resultados idênticos aos obtidos com o vermelho.

Análises com o branco.

Raspada uma parte que constitui sempre o *fundo*, o pó foi tratado com ácido sulfúrico, H^2SO^4 ; há separação de sílica que se dissolve em hidróxido de potássio, KOH. O resíduo resultante, quando colocado novamente no fragmento, dá uma substância amorfa e preta.

Análises realizados com o vermelho e o preto da cerâmica do litoral do Rio Grande do Sul acusaram iguais resultados.

CONCLUSÃO: — O Paingá da Cachoeira de Emas, nas suas pinturas na cerâmica usou o vermelho, o preto, o azul e o branco de origem mineral; as três primeiras cores são constituídas por três variedades de óxido férrico e a última é uma argila pura ou caolim.

RESUMO: Na literatura sobre a pintura da cerâmica dos nossos índios há referências quanto ao uso vegetal e mineral das tintas vermelha e preta principalmente. Procedi a várias análises com a pintura vermelha, preta, azul e branca da cerâmica dos extintos Paingás da Cachoeira de Emas e os resultados foram os seguintes:

Vermelho

- 1.º) Raspado e triturado foi, em parte, atraído pelo imã.
- 2.º) Solução + permanganato de potássio, KMnO^4 , = *não descorou*, índice de sal férrico.
- 3.º) Solução + ferrocianeto de potássio, $\text{K}^4[\text{Fe}(\text{CN})^6]$, = ferrocianeto férrico, $\text{Fe}^3[\text{Fe}(\text{CN})^6]^3$.
- 4.º) Solução + ferricianeto de potássio, $\text{K}^2[\text{Fe}(\text{CN})^6]$, = ferricianeto férrico, $\text{Fe}[\text{Fe}(\text{CN})^6]$.
- 5.º) Solução + sulfocianeto de potássio, KCNS, = sulfocianeto férrico, $\text{Fe}(\text{CNS})^3$.
- 6.º) Solução + hidróxido de sódio, NaOH, = hidróxido férrico, $\text{Fe}(\text{OH})^3$.
- 7.º) A solução apresenta sempre um resíduo de argila e sílica.
- 8.º) A incrustação da pintura revela que a mesma foi passada *antes* que o vaso fôsse queimado.

Preto e Azul — Resultados idênticos aos obtidos com o vermelho.

Branco — Raspado foi tratado com ácido sulfúrico, H^2SO^4 ; separação de sílica que se dissolve em hidróxido de potássio, KOH.

Os resultados revelam que o vermelho, o preto e o azul são variedades de óxido férrico. O branco é uma argila pura ou caolim.

SUMMARY — In the literature about the painting of the ceramic of the brazilian Indians there are references of using vegetal and mineral matter for the red and black colors principally. I proceeded to various analysis with the red, black, blue and white colors of the ceramic of the extinct *Paingúas* of the *Cachoeira de Emas*, Mogi Guassu River and the results was the following:

- Red* — 1st.) Scraped and trituated it was, partly, attracts by the magnet.
2nd.) The incrustation of the color reveals that the same was painted *before* which the vase was burned.
3th.) Solution + potassium permanganate, $KMnO^4$, = *it no discolored*, index of ferric salt.
4th.) Solution + potassium ferrocyanide, $K^4[Fe(CN)^6]$, = ferric ferrocyanide, $Fe^4[Fe(CN)^6]^3$.
5th.) Solution + potassium ferricyanide, $K^3[Fe(CN)^6]$, = ferric ferricyanide, $Fe[Fe(CN)^6]$.
6th.) Solution + potassium sulfocyanide, KCNS, = ferric sulfocyanide, $Fe(CNS)^3$.
7th.) Solution + sodium hydroxide, NaOH, = ferric hydroxide, $Fe(OH)^3$.

Black and Blue — Identic results to the obtained with the red.

White — Scraped was dissolved in sulfuric acid, H^2SO^4 , having separation of silica which dissolves in potassium hydroxide, KOH.

Results reveal that the red, the black and the blue are varieties of ferric oxid. White is a pure clay or kaoline.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, A. A. de, 1926, Estudo das matérias corantes de origem vegetal em uso entre os índios do Brasil e das plantas de que procedem. *Arg. do Museu Nacional, Rio de Janeiro*, 28:177-199.
BEUCHAT, H., 1912, Manuel d'Archéologie Américaine. *Librairie Auguste Picard, Paris*, pp. 170-678.
COLBACCHINI, A. e ALBISETTI, C., 1942, Os Bororos Orientais. *Brasiliانا*.

- Cia. Ed. Nacional, São Paulo, s. 5.ª, 4:147.*
- DECKER, JOÃO S., 1936, Aspectos biológicos da flora brasileira. *Rotermund & Cia., São Leopoldo, R. G. do Sul*, p. 190.
- FIGUIER, LOUIS, 1883, O Homem Primitivo. *Empresa Literária Luso-Brasileira-Editora, Lisboa*, p. 179.
- F.T.D., 1932, Lições de química. *Livraria Paulo de Azevedo & Cia., São Paulo*, pp. 402-414.
- GODÓI, MANUEL PEREIRA DE, 1946, Los extintos painguás de la Cachoeira de Emas. *Rev. de la Univ. Nac. de Córdoba, Argentina*, 2.º trimestre (no prelo).
- KRAUSE, FRITZ, 1941, Nos Sertões do Brasil. *Rev. do Arq. Municipal, São Paulo*, 79:261-279.
- KRAUSE, FRITZ, 1942, Nos Sertões do Brasil. *Rev. do Arq. Municipal, São Paulo*, 85:159-174.
- KRAUSE, FRITZ, 1942, Nos Sertões do Brasil. *Rev. do Arq. Municipal, São Paulo*, 87:183-199.
- KRAUSE, FRITZ, 1943, Nos Sertões do Brasil. *Rev. do Arq. Municipal, São Paulo*, 93:131-142.
- PEREIRA JÚNIOR, J. A., 1941, Notas sobre inscrições lapidares. *Rev. do Arq. Municipal, São Paulo*, 78:195-214.
- PUIG, INÁCIO, 1932, Curso geral de química. *Livraria do Globo, Porto Alegre*, pp. 330-341.
- STEINEN, KARL VON DEN, 1939, Entre os aborígenes do Brasil Central. *Rev. do Arq. Municipal, São Paulo*, 53:188-189.
- STEINEN, KARL VON DEN, 1939, Entre os aborígenes do Brasil Central. *Rev. do Arq. Municipal, São Paulo*, 55:55-63.
- TREADWELL, F. P., 1944, Química analítica. Análise qualitativa. *Edit. Guanabara, Rio de Janeiro*, pp. 223-237.
- VASCONCELOS, MARINA, 1939, Cerâmica de Marajó. *Rev. do Arq. Municipal, São Paulo*, 56:178-185.

A G R A D E C I M E N T O

Consigno aqui os meus agradecimentos ao Snr. Diretor da Escola Normal de Pirassununga, por me ceder o Laboratório de Química da referida Escola para a elaboração deste trabalho; ao Dr. Otto Schubart e às Snrtas. Professoras Yolanda Storni e Lourdes de Arruda pela valiosa colaboração.

Trabalho da Estação Experimental de Biologia e Piscicultura. Divisão de Caça e Pesca. Ministério da Agricultura.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS E LIVROS ENTRADOS PARA A BIBLIOTECA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Anais do Arquivo da Marinha	1 Volume
Anales de la Universidad de Santo Domingo "Trujillo"	2 Volumes
Anuario de la Universidad de Santo Domingo "acompanha duas publicações" (Trujillo)	3 Volumes
Anais da Sociedade Brasileira de Filosofia	1 Volume
Anais do Segundo Congresso de História Nacional (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro)	1 Volume
Boletim do Museu Nacional "Diversos"	
Boletim Municipal "Pôrto Alegre"	2 Volumes
Boletim Geográfico "Instituto Brasileiro de Geografia". Rio de Janeiro	9 Volumes
Boletim de la Academia Argentina de Letras	2 Volumes
Boletim de Filologia "Montevideo"	1 Volume
Boletim Bibliográfico Dominicano	1 Volume
Boletim del Arquivo General del Gobierno	3 Volumes
Boletim de Historia Y Antigüedades	4 Volumes
Boletim del Instituto de Investigaciones Históricas	1 Volume
Boletim Bibliográfico "São Paulo"	1 Volume
Boletim del Instituto Cultura Latino-Americana	3 Volumes
Publications on Latin American History	1 Volume
Quarterly Journal	2 Volumes
The Florida Historical Quarterly	2 Volumes
The Hudson River School	1 Volume
Geographical Review	2 Volumes
The Southwestern Historical Quarterly	3 Volumes
American Literature	3 Volumes
The American Journal of Sociology	4 Volumes
The Catholic Historical Review	2 Volumes
The United States Quarterly "Book List"	3 Volumes

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo	6 volumes
Revista Marítima Brasileira	4 volumes
Revista da Sociedade de Geografia (RIO)	4 volumes
Revista do Instituto Hist. Brasileiro	1 volume
Revista do Instituto G. e Geologico	2 volumes
Revista Brasileira de Geografia	4 volumes
Revista Militar Y Naval	2 volumes
Revista de la Univesidad C. Bolivariana	2 volumes
Revista de la Universidad N. del Litoral	3 volumes
Revista de la Universidad de Buenos Aires	2 volumes
Revista "ORIENTACION" Centro Militar	3 volumes
Revista "INFORMACION" Panamá	1 volume
Revista do Instituto Histórico (Alagoas)	1 volume
Revista do Instituto de G. e H. Militar	2 volumes
Revista do Instituto H. e Geográfico (Serg.)	1 volume
Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico (Pernambuco)	1 volume
Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais	1 volume
Revista Brasileira de Estatística	1 volume
Revista de Medicina R. G. do Sul	4 volumes
Revista do Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional	1 volume
Revista de História de América, junto está um "INDECE"	2 volumes
Província de São Pedro	1 volume
Estatísticas Culturais de 1943	1 volume
Salubridad Y Asistencia (Organo de la Secretaria) México	4 volumes
Publicações do Arquivo do Estado da Bafa "Sabinada"	1 volume
Humanidades "Univesidad Nacional de la Plata	2 volumes
Archivos de la Univesidad de Buenos Aires	2 volumes
O MÊS D. E. I. P. Abril de 1945	1 volume
Revista del Archivo Nacional "Bogotá"	3 volumes
" Marítima Brasileira	2 volumes
" Nação Armada	1 volume
Universidad de San Francisco Xavier (Bolivia)	3 volumes
" Nacional de Columbia	1 volume
" de San Domingo (Trujillo)	2 volumes
Revista de Historia (Colombia)	1 volume
Arquivos do Museu Nacional (Pref.)	1 volume
Publicaciones del Museo Etnografico — Facultad de F. e Letras	1 volume
Ministério da Agricultura — O dia do Indio — Expedição ao Rio Renuro	2 volumes
Os Imortais da América	1 volume
O presidente Truman	1 volume
Jamais esqueceremos	1 volume
De Volta a Manila	1 volume

Biblos	1 volume
Florida Highways	1 volume
Natural History	6 volumes
Turismo nel Uruguay	3 volumes
Em Guarda	7 volumes
Revista da Semana	6 volumes
Revista de Engenharia Militar	4 volumes
Revista de la Academia Colombiana	2 volumes
Revista do Museu Nacional	1 volume

TÍTULO	VOLUMES	AUTOR
Pro Aris Et Focis	1 "	F. C. Rodrigues
Esboço da Filosofia Política de Silveira Martins	1 "	F. C. Rodrigues
História do Brasil em 1944	1 "	Helio Viana
O Brasil na Conferência de São Francisco	1 "	P. L. Veloso
Algumas Verdades acêrca do Des- cobrimento do Brasil	1 "	L. A. O. Bello
Dois Titans do Imperio	1 "	L. A. O. Bello
Los Vásquez de Velasco	1 "	F. Trazegnies
Folklore Y Nativismo	1 "	Ataliva Herrera
JULIA DA COSTA (Conferência)	1 "	Nascimento Júnior
Exemplos e Inspirações	1 "	J. D. de Oliveira
Rasgos Psicológicos del Pueblo Entrerriano	1 "	C. B. P. Colman
Algunos aspectos históricos de nu- estros simbolos nacionales	1 "	F. Medina
Instituto Pestalozzi em Canôas	1 "	
Memoria Del Instituto Social	1 "	
Memoria, Correspondiente Al Pe- riodo 1917-1918	1 "	
Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico do Pará	1 "	
Entre-Rios a Martinho Leguizamon	1 "	
Semana da Pátria (S. E. e Cul- tura)	1 "	
Os Titulares Souza-Leão	1 "	G. Auler
Município de Caçapava (Lei de Or- çamento)	1 "	
Congresso Internacional de Histó- ria de América	1 "	
Ata de Fundación — Estatutos e etc.	1 "	
Bibliografia da Questão Religiosa	1 "	

- Etenografia e Língua Tupi-Guarani 1 Volume
Memórias del Museu de Entre Rios 2 Volumes
LETRAS da Província
Teoria e Pesquisa em Sociologia
No Altar da Caridade
Higiene e Educação da Saúde
O Descobrimento da América

Noções Básicas de Estatística
O Estado
Spinoza
Minha Nova Ordem
Introdução às Obras do Barão do Rio Branco — Questão de Limites
Latin American Civilization
História Marítima Brasileira
Subsídios para a
Linde to Materials for American

History in Russian Archives
Notas de Viagem (Minist. da Marinha)
Aspectos Gerais de Pelotas = de Municípios Rio-grandenses —
Novidades de 1943 — 5 anos de atividade e aspectos gerais de
Porto Alegre

M. Vellinho
D. Pierson
L. Moschetti
Carlos Sá
Th. O. M. Souza
L. L. Thourstone,
Ph. D.
R. M. Mac-IVER
L. Dujovne
A. Hitler

M. R. Exteriores
Diffie

M. da Marinha

Franz A. Golder (of.
de Paula Couto)

Luiz de Saldanha

Fortunato Pimentel